

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ



Cadernos

Universidade do Vale do Itajaí
Pró-Reitoria de Ensino

FORMAÇÃO
CONTINUADA
Ensino Superior

de Ensino
de

PRODUÇÃO

ACADÊMICO-CIENTÍFICA:
A PESQUISA E O ENSAIO

ITAJAÍ - SC

Outubro/2011

Ano 7 - nº 9

FICHA CATALOGRÁFICA

U3p

Universidade do Vale do Itajaí.

Produção acadêmico-científica [recurso eletrônico] : a pesquisa e o ensaio/Universidade do Vale do Itajaí. – Itajaí : [Universidade do Vale do Itajaí], 2011.

133 f. il.– (Cadernos de ensino. Formação continuada. Ensino Superior ; Ano 7, n.9).

Incluem apêndices.

Bibliografia: p. 106-108

1. Pesquisa – Estudo e ensino (Superior). 2. Ciência - Metodologia. 3. Universidade do Vale do Itajaí - Pesquisa. I. Título II. Série.

CDU: 001.8(047)

Projeto

Cássia Ferri
Coordenação

Elisabeth Juchem Machado Leal
Autoria e Edição

Hildo Rocha Neto
Nilton Córdova
Fotografia

José Roberto Azevedo Júnior
Capa

Camila Morgana Lourenço
Projeto gráfico

Dilsonir Martins Júnior
Elaboração de ilustrações

LCD – Laboratório de Criação Digital
Univali - Unidade Ilha

Diogo M. Dorneles
Editoração Eletrônica

LCD – Laboratório de Criação Digital
Univali - Unidade Ilha

Exemplares: 2.000

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	7
	PARTE I - A PESQUISA	9
1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEITOS INICIAIS: pesquisa, planejamento, projeto	13
3	O PROCESSO DA PESQUISA: seus elementos e processo de elaboração	15
3.1	O tema: sua escolha e levantamento da bibliografia	16
3.1.1	A delimitação do tema	19
3.1.2	Crítérios para delimitação do tema	20
3.2	O problema da pesquisa	23
3.2.1	O problema e seu contexto	24
3.2.2	O problema e suas bases teóricas	25
3.3	Perguntas e hipóteses de pesquisa	27
3.3.1	Perguntas de pesquisa	27
3.3.2	Hipóteses de pesquisa	28
4	TIPOS DE PESQUISA	31
4.1	Tipos de pesquisa segundo os fins e objetivos	32
4.1.1	Pesquisa exploratória	32
4.1.2	Pesquisa descritiva	32
4.1.3	Pesquisa explicativa	33
4.1.4	Pesquisa aplicada	34
4.1.5	Pesquisa metodológica	34
4.1.6	Pesquisa de intervenção	34
4.2	Tipos de pesquisa de acordo com objetos e fontes a serem investigados	34
4.2.1	Pesquisa teórica	35
4.2.2	Avaliação do estado da arte	35
4.2.3	Revisão de pesquisas (research review)	35
4.3	Tipos de pesquisa segundo as estratégias ou meios empregados na busca da informação	36
4.3.1	Pesquisas que usam dados criados	36
4.3.2	Pesquisas com dados existentes	38

4.3.2.1	Pesquisa bibliográfica	39
4.3.2.2	Pesquisa documental	39
4.3.2.2.1	Pesquisa de e com imagens	39
4.3.2.3	Levantamento ou survey.....	40
4.3.2.4	Estudo de caso	42
4.3.2.5	Pesquisa-ação.....	44
4.3.2.6	Pesquisa etnográfica	46
5	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	49
5.1	Observação	50
5.1.1	Observação assistemática ou não estruturada	51
5.1.2	Observação sistemática ou estruturada.....	51
5.1.3	Observação participante	52
5.1.4	Observação não participante.....	52
5.2	Entrevista	52
5.2.1	Entrevista dirigida, padronizada ou estruturada	53
5.2.2	Entrevista semiestruturada ou semipadronizada	53
5.2.3	Entrevista centrada ou focal (focused interview)	54
5.2.4	Entrevista não diretiva ou em profundidade.....	54
5.2.5	Entrevista clínica.....	54
5.3	Questionário	55
5.3.1	A elaboração do questionário	56
5.3.1.1	O pré-teste do questionário	57
6	ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA.....	59
6.1	Estrutura do projeto de pesquisa	61
6.1.1	Elementos pré-textuais.....	61
6.1.2	Elementos textuais	61
6.1.3	Elementos pós-textuais	65
6.2	Apresentação do projeto de pesquisa	65
7	ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA.....	67
7.1	Estrutura do relatório de pesquisa.....	68
7.1.1	Elementos pré-textuais.....	68
7.1.2	Elementos textuais	69
7.1.3	Elementos pós-textuais	69
7.2	Apresentação do relatório de pesquisa	70

	NOTAS	71
	REFERÊNCIAS.....	72
	 PARTE II - O ENSAIO	 75
	INTRODUÇÃO.....	77
1	O QUE É O ENSAIO?.....	79
2	CARACTERÍSTICAS DO ENSAIO COMO GÊNERO.....	83
3	O ENSAIO E A ACADEMIA	91
4	O ENSAIO COMO TRABALHO ACADÊMICO-CIENTÍFICO: aspectos a considerar	95
4.1	Há demanda para ensaios no universo das publicações acadêmicas?	103
	NOTAS	105
	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICES	109
	APÊNDICE A - Todo problema é um problema de pesquisa?	111
	APÊNDICE B - Aspectos do desenvolvimento do estudo de caso como estratégia de pesquisa	113
	APÊNDICE C – Anotações sobre a técnica da entrevista	117
	APÊNDICE D – Modelo de capa do projeto de pesquisa	126
	APÊNDICE E – Modelo de folha de rosto do projeto de pesquisa	127
	APÊNDICE F – Exemplo de sumário	128
	APÊNDICE G – Roteiro para avaliação de projetos de pesquisa	129
	APÊNDICE H – Pôster	131

APRESENTAÇÃO

Os Cadernos de Ensino, publicação criada pela Pró-Reitoria de Ensino para apoiar o Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Superior em seu propósito de impulsionar a ação de um docente investigativo e comprometido com a formação profissional de qualidade de seus acadêmicos, chega ao seu nono número centrado no tema da produção acadêmico-científica.

Produzir conhecimentos ou aprender a agir de forma investigativa depende da maneira de encarar os problemas e de responder a eles. E isso exige abertura de espírito, ou seja, o desejo de se ouvir mais do que uma opinião, de reconhecer possíveis alternativas, de admitir a possibilidade do erro porque pesquisadores se perguntam constantemente porque estão a fazer o que fazem. Exige também responsabilidade que se reflete na cuidadosa ponderação das consequências de uma determinada ação; exige ainda sinceridade no sentido de fazer com que a abertura de espírito e a responsabilidade sejam, de fato, os componentes centrais na vida daqueles que se dedicam ao ensino e à pesquisa.

Não apenas os docentes como também os acadêmicos dos cursos de graduação e de pós-graduação constituem o público-alvo deste número dos Cadernos de Ensino, pois a aprendizagem da pesquisa e a prática da produção acadêmica têm, como se sabe, importância fundamental para sua formação como profissionais de nível superior, além de contribuir para seu aproveitamento no curso.

A publicação está organizada em duas partes: a primeira tem por objeto a pesquisa, seu processo, tipos, técnicas e instrumentos, enquanto a segunda examina detidamente o ensaio e suas possibilidades como trabalho acadêmico. Representa, assim, um suporte à ação de todo docente que tem como propósito estimular a vocação científica de seus alunos, identificar talentos potenciais entre eles e introduzi-los nas técnicas e nas artes da produção acadêmico-científica, que vai do pensar criativo e ao mesmo tempo metódico, próprio da prática científica, à elaboração do texto escrito, seja sob a forma de um relatório de pesquisa, seja de um ensaio teórico.

Cássia Ferri

Pró-Reitora de Ensino

Parte 1

A PESQUISA

1 INTRODUÇÃO

A ciência e sua criação mais exitosa, a tecnologia, verdadeiros símbolos do Século XX, conquistaram corações e mentes com a ideia de sua capacidade inquestionável de encontrar a solução mais correta e adequada para resolver todo e qualquer problema.

Como vem acontecendo desde o final do século XIX, e mais acentuadamente no decorrer do século XX e anos iniciais deste século, a produção científica e tecnológica nas mais variadas áreas do conhecimento – e nas últimas décadas nas áreas da genética, da informática e computação, da robótica e automação, entre outras – gera em todo o planeta grandes transformações de difícil dimensionamento, seja no campo do trabalho, do lazer, das relações sociais, da circulação do conhecimento e das informações, da educação.

Embora dificilmente possa ser imaginado um mundo sem todo o aparato já criado pela ciência e tecnologia, muitas pessoas, notadamente as mais jovens, assim como têm seu interesse despertado por inovações tecnológicas que são rapidamente incorporadas ao seu cotidiano, também começam a ter sua confiança na geração de tecnologias abalada por fatos como os ocorridos, no início de 2011, em usinas atômicas do Japão. De todo modo, a perspectiva crítica, não ingênua, em relação às descobertas da ciência e sua tradução em novas tecnologias, deve ser estimulada pela formação de nível superior promovida pela Univali, universidade que tem entre seus valores a produção e uso da tecnologia a serviço da humanização.

Assim, a aproximação do acadêmico de conceitos e procedimentos próprios da ciência e, na sequência, sua familiarização com eles, contribui para um dos principais objetivos da formação universitária: a necessidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo para nele viver e se inserir como cidadão e como profissional, e serve a dois propósitos:

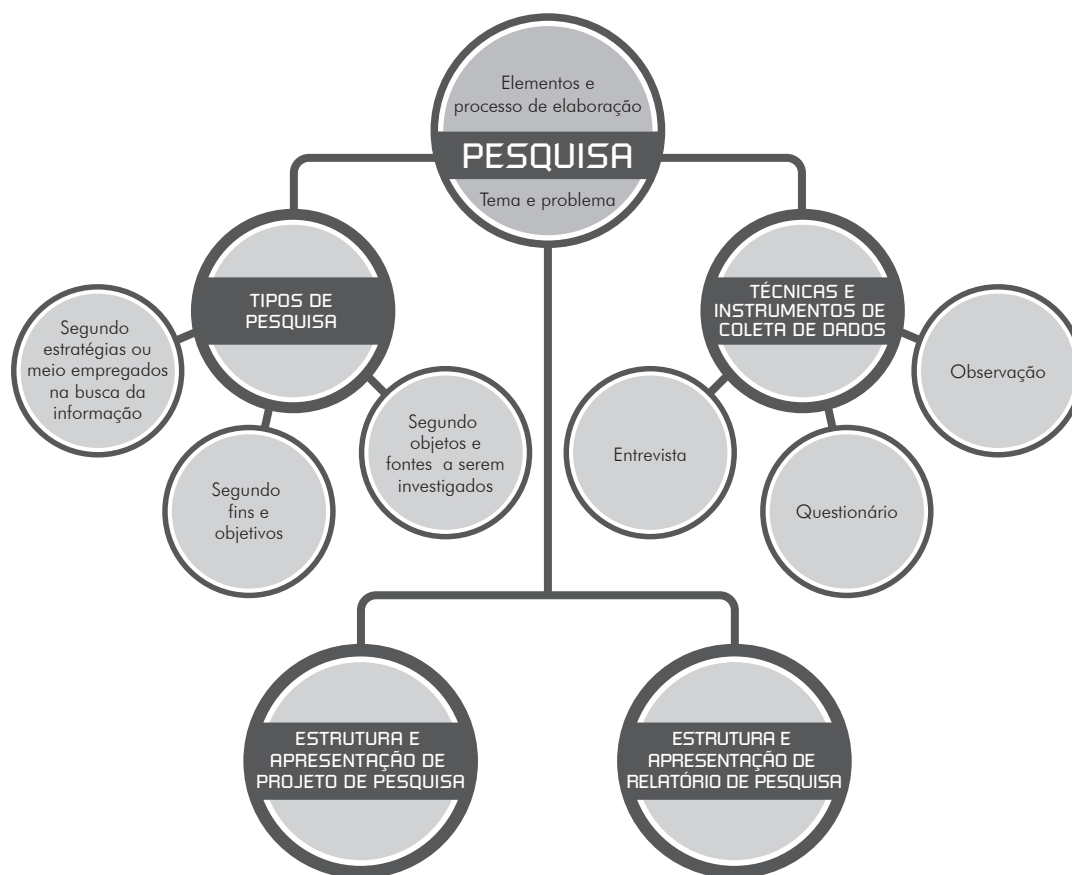
- o primeiro propósito é o de consumir pesquisa de modo esclarecido, crítico, sabendo-se que o conhecimento produzido pela ciência, mesmo que pelos meios mais qualificados, é sempre um conhecimento provisório, nunca definitivo e irrefutável. Na sociedade contemporânea, em que o conhecimento e a informação são produzidos, controlados, armazenados e circulam em quantidade e velocidade crescentes,

“[...] é provável que não se passe um dia sem que nos sejam apresentados os resultados de uma pesquisa – sobretudo através da mídia ou da publicidade, mas também nos discursos públicos, em nossas trocas com os outros, etc. Nossa sociedade [...] tornou-se uma sociedade da informação. Uma boa quantidade dessa informação serve-se dos resultados de pesquisa.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 276).

- o segundo propósito é o de fazer pesquisa, seja como um dos requisitos próprios do currículo acadêmico de graduação ou de pós-graduação ou em atividades próprias de profissionais de nível superior que requerem a preparação de um formulário ou questionário, a realização de uma entrevista, a observação de comportamentos, a busca de informações,

a interpretação de dados estatísticos, seja na esfera pessoal quando se apresentam problemas que precisam ser examinados e resolvidos mediante a busca de informações e exame das alternativas que se apresentam para sua solução (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Na primeira parte desse número dos Cadernos de Ensino dedicado à pesquisa, seu planejamento e apresentação, os leitores encontrarão o seguinte conteúdo:



2 CONCEITOS INICIAIS: pesquisa, planejamento, projeto

○ que se entende por pesquisa? ○ que significa planejar uma pesquisa? ○ que é um projeto de pesquisa?

Pesquisar origina-se do verbo *perquiro*, do latim, que significa procurar, fazer uma busca diligente, examinar, inquirir, indagar. Pesquisar é, portanto, fazer uma busca cuidadosa, criteriosa, de algo; no caso da pesquisa científica, trata-se da busca exaustiva, metódica, de resposta a uma pergunta ou questão, a fim de preencher uma lacuna de conhecimento.

A consulta a obras dedicadas à metodologia científica possibilita o exame de conceitos diversos de pesquisa, cada qual enfatizando uma faceta, ou mais de uma, dessa complexa atividade.

Pesquisa, atividade básica das Ciências, diz Minayo (2000, p. 23), é “[...] uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.”

Pesquisar, de acordo com Lüdke e André (1986, p. 1), significa “[...] promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele.”

São características da pesquisa científica a sistematização de seus procedimentos, a utilização de métodos próprios e de técnicas

específicas, assim como a busca de um conhecimento cuja referência é a realidade empírica (RUDIO, 1986).

Finalidades da pesquisa

- Resolver problemas: fornece respostas para problemas específicos; descreve fenômenos.
- Formular teorias: pesquisas exploratórias buscam descobrir a existência de relações entre fenômenos.
- Testar teorias: observações empíricas podem ser usadas para testar teorias científicas.

A pesquisa é classificada como científica quando satisfaz a determinadas condições:

- seu objeto deve ser perfeitamente definido de forma que possa ser reconhecível e identificável por todos;
- o estudo deve acrescentar algo ao que já se sabe sobre o assunto;
- o estudo deve ser útil como fonte de pesquisa: fornecer elementos que permitam a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas, tendo em vista a sua continuidade.

Toda pesquisa, por ser um procedimento sistematizado, controlado e crítico, que se vale de métodos próprios e de técnicas específicas,

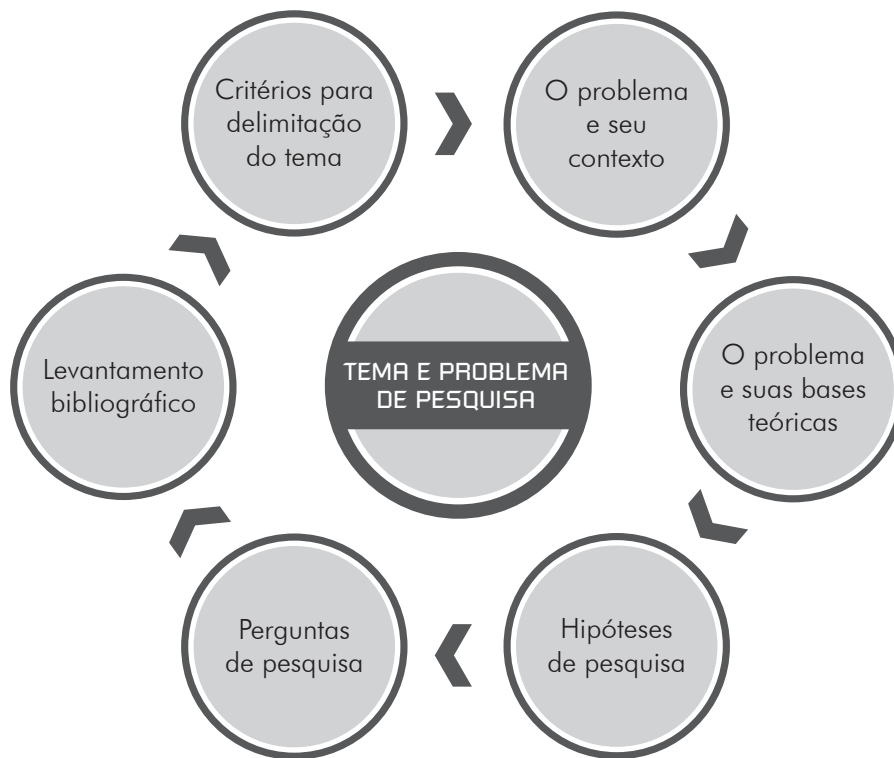
requer um planejamento cuidadoso.

O planejamento, como sabemos, é uma atividade de preparação de uma determinada ação, de um conjunto de procedimentos visando à realização de algo. Planeja-se tanto a realização de uma viagem e a compra de um carro, como a construção de uma casa ou a oferta de um curso. Nos dois primeiros casos, o planejamento é mais ou menos informal; nos dois últimos, o planejamento é formal: a construção de uma casa requer plantas, detalhamentos muito precisos de espaços, materiais, equipamentos, infraestrutura, recursos etc.. No caso da pesquisa, o planejamento também é formal; sua formalização se concretiza em um projeto.

O projeto, “descrição escrita e detalhada de um empreendimento a ser realizado”¹, é um instrumento de planejamento. O projeto de pesquisa possibilita a previsão e o traçado de procedimentos, de instrumentos e de ações que se desenrolarão no decorrer da pesquisa. Assim, ao elaborar o projeto de pesquisa o pesquisador organiza suas ideias, define suas metas, antecipa as características da pesquisa e as etapas de sua execução. O projeto, portanto, mapeia o caminho que será seguido na investigação, esclarece os rumos da pesquisa para o próprio pesquisador, que poderá corrigi-los caso haja necessidade, pois a flexibilidade é um princípio de todo e qualquer planejamento.

3 O PROCESSO DA PESQUISA: seus elementos e processo de elaboração

O esquema a seguir representa o conteúdo que os leitores encontrarão nesta seção.



3.1 O tema: sua escolha e levantamento da bibliografia

O passo inicial do processo de elaboração de um projeto de pesquisa consiste na escolha do assunto ou tema da pesquisa, ou seja, do objeto da pesquisa. A busca de respostas para duas perguntas pode orientar a escolha do tema:

- Que assunto tenho interesse em pesquisar?
- Que temas precisam/devem ser pesquisados?

As respostas a essas perguntas se referem aos fatores que devem ser considerados pelo pesquisador ao escolher o tema ou o objeto de sua pesquisa, principalmente no caso do pesquisador iniciante.

A primeira pergunta remete a fatores internos ou pessoais, que não podem, em nenhum caso, ser desconsiderados, pois o pesquisar, atividade trabalhosa e exigente, requer considerável investimento em energia pessoal e dedicação. São os seguintes os principais fatores internos ou pessoais:

- interesse pessoal – quanto maior for o gosto do pesquisador, sua atração pelo assunto, tanto maior prazer lhe trará a atividade de pesquisa;
- os limites de sua capacidade – o pesquisador avalia se o assunto está compreendido em sua área de formação e julga sua qualificação intelectual para pesquisá-lo com êxito;
- o tempo disponível que o pesquisador terá para os trabalhos da pesquisa.

A segunda pergunta (temas que precisam/

devem ser pesquisados) tem a ver com fatores externos ou sociais:

- o significado, o interesse ou o valor do assunto para determinado segmento ou grupo social, organização, localidade ou região;
- o tempo fixado para a conclusão da pesquisa (no caso de trabalhos de conclusão de curso, de bolsas para a realização de projetos, ou de projetos financiados);
- a existência de fontes de consulta sobre o assunto (a escassez de bibliografia ou de dados sobre o assunto é uma dificuldade importante a ser considerada), bem como a disponibilidade ou acessibilidade das fontes para o pesquisador.

Para orientar a escolha de um tema, o pesquisador pode considerar as cinco fontes de ideias para a pesquisa descritas por Cozby (2003, p 31-37):

- senso comum: “as coisas que consideramos verdadeiras” podem ser boas fontes de ideias. “Testar uma ideia de senso comum pode ser útil porque essas noções nem sempre são corretas ou a pesquisa pode mostrar que o mundo real é muito mais complicado do que as ideias do senso comum levam a supor.” (COZBY, 2003, p. 32);

- observação do mundo a nosso redor: os fatos ou o comportamento de pessoas ou grupos que cercam o pesquisador são potenciais fontes de ideias para pesquisas, desde que a curiosidade o motive. Ser um observador atento e curioso sobre o mundo ao seu redor oferece, além de inspiração para a formulação de ideias, a chance de descobertas

acidentais. Após relatar a descoberta acidental do condicionamento clássico por Pavlov ao estudar o sistema digestivo de cães, Cozby (2003, p.33) conclui: “Só é possível fazer descobertas acidentais desse tipo quando se vê o mundo com olhos curiosos”.

- teorias: a primeira função importante da teoria é a de organizar e explicar uma diversidade de fatos específicos, fornecendo um referencial teórico (conjunto de conceitos abstratos) que torna o mundo mais compreensível; a segunda função refere-se à geração de novos conhecimentos, pois as teorias, além de orientar a observação do pesquisador, são muitas vezes modificadas com o desenvolvimento de novas pesquisas. Cozby (2003, p. 34) exemplifica:

A teoria gera hipóteses sobre o comportamento e o pesquisador realiza estudos para verificar se elas são corretas. Se os estudos confirmarem a hipótese, a teoria ganha suporte. À medida que se acumulam evidências consistentes com a teoria, aumenta nossa confiança de que a teoria é correta. No entanto, a pesquisa pode também revelar fraquezas numa teoria e forçar os pesquisadores a modificá-la ou desenvolver uma teoria nova, mais abrangente.

- pesquisas anteriores: o pesquisador familiarizado com pesquisas já desenvolvidas sobre o tema de sua escolha tem uma evidente vantagem quando se trata de ideias inspiradoras para novas pesquisas, pois é comum autores de artigos científicos apontarem estudos subsequentes ou adicionais às pesquisas relatadas. As próprias conclusões de pesquisas publicadas podem sugerir ao pesquisador, por exemplo: – a possibilidade de articular teorias de duas áreas afins, ou de utilizar uma metodologia própria de uma área em área afim; – a possibilidade de identificar inconsistências ou de encontrar

explicações alternativas para os resultados apresentados;

- problemas práticos: os problemas com possibilidade de aplicações imediatas também podem estimular novos estudos.

Para que a etapa de escolha do tema de pesquisa seja produtiva, o pesquisador (principalmente o iniciante) pode se beneficiar tanto de discussões sobre o tema com colegas e/ou com seu professor orientador, como da leitura de obras sobre o assunto, localizadas mediante levantamento bibliográfico.

Para tanto, o pesquisador localiza, junto a bibliotecas, bancos de dados e serviços de informações existentes, as fontes bibliográficas (livros, periódicos, teses, dissertações) e documentais e dados relacionados ao tema que elegeu.

O levantamento da bibliografia tem diversas finalidades:

- esclarece o pesquisador sobre o que já foi publicado a respeito do assunto que assim evita retomar questões ou abordagens suficientemente exploradas;
- possibilita mapear o “estado da arte” de uma área ou campo de estudo;
- atualiza as informações que o pesquisador dispõe sobre o assunto.

Como já deve ter ficado claro, o levantamento da bibliografia implica a leitura das principais obras, artigos ou relatórios e o exame dos diversos materiais localizados, atividade indispensável para os passos seguintes do processo de elaboração do projeto: a delimitação do tema e a formulação do problema da pesquisa.

O levantamento bibliográfico pode ser agilizado com a utilização das ferramentas de busca da internet, entre as quais: Altavista, Excite, Google Acadêmico, Google Livros, Infoseek, Lycos, Yahoo, Radar Uol, Cadê. Na Biblioteca da Univali, o acadêmico da graduação e/ou da pós-graduação tem a sua disposição, além da Biblioteca Virtual, os seguintes portais:



Acesse as bases de dados da EBSCO



Acesse as bases de dados da Dotlib



Acesse periódicos disponíveis pela CAPES



Acesse obras de domínio público no site do governo



Formate sua bibliografia em segundos



Pesquise material científico nesta ferramenta



Acesse teses, dissertações e monografias on-line



Peça materiais de outras bibliotecas através do COMUT



Pesquise milhões de livros em bibliotecas e editoras no mundo todo



Artigos das revistas produzidas na instituição



Indexação Compartilhada de Periódicos



Biblioteca Digital Mundial

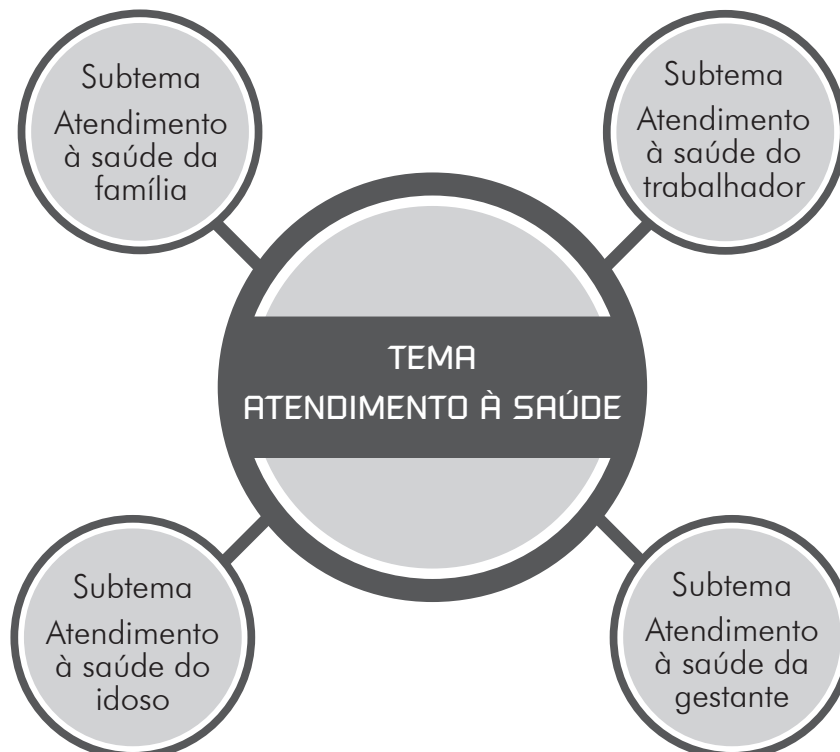
3.1.1 A delimitação do tema

O tema ou assunto de uma pesquisa caracteriza-se por ser amplo, genérico, vago, pouco definido. Tais características podem ser identificadas nos seguintes exemplos de temas de pesquisa: a degradação ambiental, a exportação de bens, o atendimento à saúde, o desenvolvimento econômico, a pesca, a política educacional etc..

Afirmou-se anteriormente que ter um objeto perfeitamente definido é um dos requisitos da pesquisa científica. Ter um tema, portanto, não basta para se iniciar um projeto de pesquisa. É necessário especificar, definir, delimitar o tema, pois, como tal, ele não é ainda um objeto de estudo.

Estando o tema escolhido, o pesquisador deve delimitá-lo, ou seja, recortá-lo, para que tenha contornos mais definidos. É útil ter em mente que temas amplos e complexos não permitem aprofundamento (notadamente no caso de pesquisador iniciante e de pesquisa como trabalho acadêmico, seja de graduação ou de pós-graduação); por outro lado, delimitar o tema não implica tornar a pesquisa menos relevante.

Consideremos como exemplo o tema do atendimento à saúde. Inicialmente podemos decidir entre alguns subtemas: o atendimento à saúde da família, o atendimento à saúde do trabalhador, o atendimento à saúde da gestante, o atendimento à saúde do idoso etc..



Esses subtemas – amplos e pouco definidos também – possibilitariam, por sua vez, diferentes pesquisas. Para dar continuidade ao nosso exemplo, escolhemos o subtema “atendimento à saúde do trabalhador”.

3.1.2 Critérios para delimitação do tema

Um primeiro critério que podemos considerar para recortar o tema é delimitar o espaço que será focado na pesquisa, isto é, definir o local onde o fenômeno que se pretende estudar ocorre: o atendimento à saúde do trabalhador no município de Itajaí.

Usou-se aqui o critério espacial: é aquele que restringe o tema a uma região, área ou local; pode-se definir um município, uma região, um Estado da Federação, uma empresa, determinado setor de uma empresa, um órgão público, uma instituição etc..

Considerando que “trabalhador” é uma categoria bastante ampla, poderíamos fazer novo recorte, tendo como critério um tipo determinado de trabalhador. Teríamos, portanto: o atendimento à saúde do trabalhador portuário no município de Itajaí, indicando já com alguma especificidade, a população alvo da investigação.

Nesse caso foi usado o critério populacional, ou seja, aquele que limita o tema a um segmento da população: classe, grupo, categoria, gênero, tipo etc.. É importante esclarecer que população de uma pesquisa se refere a “quem” será investigado, podendo compreender, além de um determinado grupo de pessoas, um conjunto de hospitais, de escolas, de hotéis, de indústrias, de empresas fornecedoras de determinados serviços etc..

Uma delimitação mais precisa do espaço

poderia ser feita, sinalizando que será investigado o atendimento à saúde do trabalhador portuário do Porto de Itajaí. Como se vê, o critério espacial foi novamente usado para indicar o local onde a pesquisa será realizada.

Pode-se dar continuidade ao processo de delimitação do tema, utilizando um critério temporal para definir o período de tempo a ser abrangido pela pesquisa: o atendimento à saúde do trabalhador portuário do Porto de Itajaí, no período 2005-2010. O critério temporal é usado quando é necessário, ou quando se deseja limitar a pesquisa a um determinado período de tempo que tanto pode ser uma época, um século, um período de vários anos, um ciclo, um ano etc..

Embora nessa altura do processo de delimitação, já se tenha mencionado a população a ser investigada, poderíamos precisá-la mais, restringindo-a aos trabalhadores de um determinado setor de atividade do porto: a estiva. Nesse caso empregou-se um critério qualitativo, aquele que limita o tema a um aspecto, atributo, condição, ou propriedade da população a ser pesquisada (exemplos: empresas virtuais, cidades turísticas, pessoas portadoras de deficiência física, trabalhadores desempregados, mães solteiras, ex-fumantes, estratégia empresarial etc.). No caso do exemplo que se está desenvolvendo, trabalhadores da estiva.

E assim o tema da pesquisa de nosso exemplo estaria, enfim, delimitado.

Tema de pesquisa delimitado:

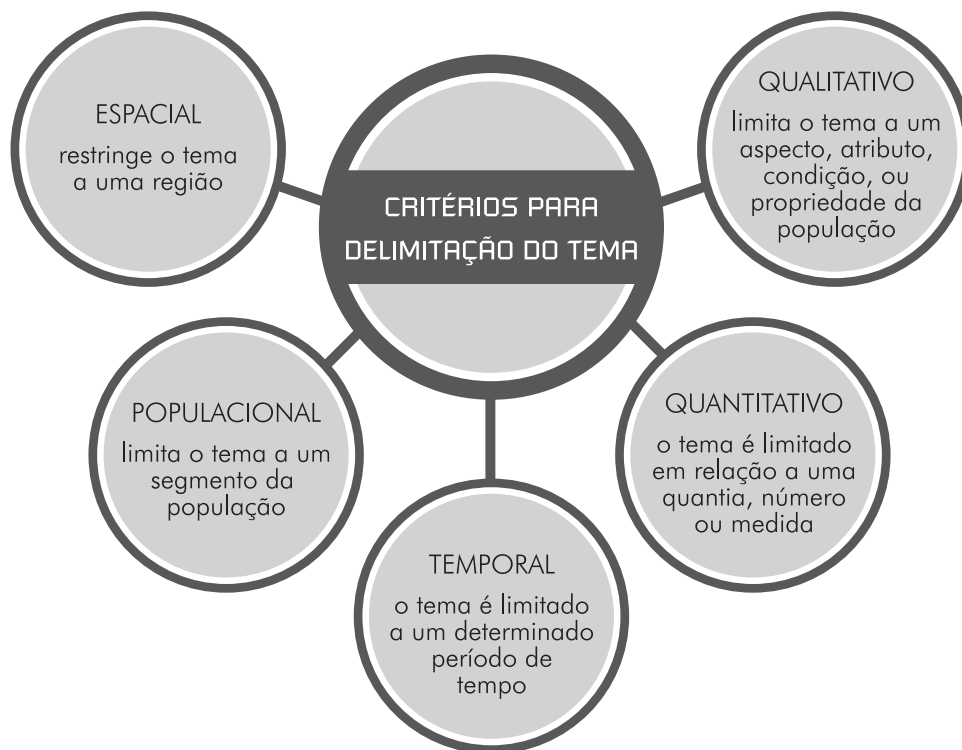
O atendimento à saúde do trabalhador da estiva do Porto de Itajaí, no período 2005-2010

O processo de delimitação do tema possibilitou identificar:

- o objeto de estudo: atendimento à saúde;
- a população a ser investigada: trabalhadores da estiva;
- o local ou a área de abrangência da pesquisa: o Porto de Itajaí;
- o período de tempo a ser abrangido pela investigação: 2005 a 2010.

O tema do exemplo – o atendimento à saúde do trabalhador – foi delimitado mediante o uso de critérios, os quais são avaliados pelo pesquisador à luz dos fatores internos/pessoais e externos/sociais, já mencionados.

Há ainda um quinto critério que não foi aplicado ao nosso exemplo. Trata-se do critério quantitativo, mediante o qual o tema é limitado em relação a uma quantia, número ou medida; por exemplo: número de habitantes, renda familiar, faixa etária, número de empregados de empresas, faturamento de empresas, volume de exportação ou importação etc...



Passos iniciais da elaboração do projeto de pesquisa

- ✓ escolha do tema
- ✓ primeiras aproximações: leituras exploratórias, discussões com pessoas experientes na área escolhida, com professores, com colegas
- ✓ delimitação do tema

Como se pode concluir, o processo de delimitação do tema da pesquisa não é um processo aleatório. Ao contrário, é orientado por uma série de considerações e razões tanto de ordem prática como de ordem teórica. As questões sugeridas a seguir, articuladas aos critérios de delimitação, podem orientar a reflexão sobre tais razões:

- Por que esse tema merece uma pesquisa?
- Que benefícios uma pesquisa sobre esse tema poderia trazer?
- Qual a viabilidade da pesquisa?
- Que tipo de informações e/ou de conhecimentos a pesquisa desse tema poderia produzir?
- O pesquisador já possui algum conhecimento relacionado com esse tema? Qual ou quais?
- Por que o pesquisador está interessado em pesquisar esse tema (experiências, valores, motivações)?

As reflexões originadas dessas questões e anotadas pelo pesquisador poderão ser aproveitadas posteriormente para a elaboração da justificativa do projeto de pesquisa.

Ao delimitar o tema, o pesquisador está tão somente delineando o foco inicial da pesquisa. É preciso que, a partir daí, problematize o tema, procurando refletir sobre o que o atraiu, preocupou ou intrigou em relação ao tema.

[...] o conhecimento, principalmente em ciências humanas e sociais, é sempre contextualizado nos ambientes sociais em que é produzido, bem como individuado, dependendo da perspectiva e da subjetividade de seus autores. (VASCONCELOS, 2002, p. 14)

3.2 O problema da pesquisa

O termo problema pode ter diversos significados: obstáculo, dificuldade, estorvo, assunto controverso, questão social que provoca transtornos ou, ainda, segundo o Dicionário Aurélio – Século XXI, “questão matemática proposta para que se lhe dê a solução; questão não solvida e que é objeto de discussão; proposta duvidosa, que pode ter numerosas soluções; qualquer questão que dá margem a hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou de resolver”. No âmbito da pesquisa científica, o conceito de problema se refere a questões pouco conhecidas ou desconhecidas que, podendo ter interesse prático imediato ou não, se apresentam como um desafio para o conhecimento e necessitam ser discutidas.

Ainda que o processo de planejamento da pesquisa requeira que o pesquisador focalize um problema ou fenômeno específico, é preciso considerar a teia de interesses e significados dos diversos atores sociais que envolve e constitui o problema. Por essa razão a descrição do problema da pesquisa exige sua contextualização.

Para atender tanto a delimitação bem focada do problema de pesquisa, como a possibilidade de diferentes perspectivas de abordagem, evitando o risco de dispersão, Vasconcelos (2002) propõe algumas estratégias que indicam as etapas a cumprir para a explicitação do problema de pesquisa:

- enquadrar o objeto o mais precisamente possível;
- definir com a clareza possível o que se busca;
- distinguir, em relação ao problema da pesquisa, o que constitui o objeto principal e o que se refere aos elementos ou questões contextuais;
- definir o tipo de pesquisa adequado aos objetivos propostos.

Como já foi dito, toda pesquisa – e, por conseguinte, o projeto – parte de uma interrogação que remete a uma lacuna de conhecimento. O problema de pesquisa, então, pode/deve ser expresso em uma pergunta que o sintetiza.

Nem todos os problemas com que nos deparamos se prestam necessariamente à pesquisa científica. Um problema de pesquisa supõe a possibilidade de buscar informações a fim de esclarecê-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou contribuir para sua solução.

No texto “Todo problema é um problema de pesquisa?” (Apêndice A), o leitor encontra exemplos de problemas que se prestam e que não se prestam à pesquisa científica.

3.2.1 O problema e seu contexto

A descrição do problema ou objeto da pesquisa requer sua contextualização. Dado que nenhum fato ou aspecto da realidade humana e social é independente do contexto em que está inserido, o exame desse contexto não apenas é imprescindível para a compreensão do problema, como sua explicitação pode orientar a busca de respostas para as questões da pesquisa. Isso porque os problemas humanos e sociais a serem investigados são processos complexos, “[...] que constituem fenômenos multideterminados, multidimensionais e em interação com seu contexto, frutos de conflitos e contradições, em processo

ininterrupto de transformação, e sempre articulados a interesses, sentidos e significações múltiplas.” (VASCONCELOS, 2002, p.142).

Contextualizar o problema significa historicizá-lo, apontar os fatores que o envolvem e atuam sobre ele: aspectos éticos, legais, ambientais, econômicos, políticos, entre outros. “[...] a contextualização deve sempre incluir visões comparativas com realidades e experiências semelhantes em diferentes contextos, bem e mal sucedidas, pois aprendemos também com os erros cometidos.” (VASCONCELOS, 2002, p.148).

No texto *Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação*, de Angotti e Auth (2001), o leitor encontrará, sob o título "A problemática" (p. 15-19), uma interessante contextualização do objeto do artigo: o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas dirigidas para uma alfabetização científica e tecnológica, com base em aspectos históricos e epistemológicos e atenta à "questão das concepções, valores e atitudes dos indivíduos nas suas ações em sociedade".

A importância para o pesquisador do “mergulho” na realidade contextual, na etapa da formulação do problema da pesquisa, está no potencial esclarecedor das diversas facetas do contexto que podem alterar, corrigir e colocar em uma perspectiva mais adequada o problema da pesquisa.

Por um lado, a partir do estudo do contexto, o pesquisador pode concluir que um aspecto

antes considerado central é apenas a manifestação de outro aspecto mais importante ou determinante para o problema da pesquisa. Por outro, o exame acurado do contexto pode mostrar que um determinado aspecto é tão relevante, ou até mesmo determinante, que obriga o pesquisador a incorporá-lo ao problema de pesquisa, deixando de considerá-lo como elemento do contexto.

3.2.2 O problema e suas bases teóricas

A contextualização do problema é, portanto, uma etapa da pesquisa que possibilita ao pesquisador fazer a passagem de uma percepção inicial do problema da pesquisa – que pode ser bastante intuitiva e mais ou menos difusa –, para uma compreensão mais clara e circunscrita sobre as origens do problema, sobre os aspectos mais relevantes de sua natureza e sobre as questões iniciais que lhe concernem.

Para dar continuidade ao processo de explicitação do problema, o pesquisador faz agora um novo “mergulho”, dessa vez na bibliografia específica, em busca dos elementos teóricos necessários à elaboração da fundamentação teórica que vai sustentar e orientar sua investigação.

Ler e analisar o que produziram outros pesquisadores, que anteriormente pesquisaram realidades e fatos de alguma forma semelhantes a seu objeto de estudo, possibilita ao pesquisador selecionar tudo aquilo que possa servir em sua pesquisa. Apropriando-se desses conhecimentos e articulando-os aos que já possui – decorrentes de sua experiência pessoal, de sua trajetória de vida –, refina suas perspectivas teóricas, aguça a percepção de seus próprios valores, torna mais articuladas suas intenções, aclara e objetiva seu ‘aparelho conceitual’. (LEAL, 2002, p. 234).

Valendo-se, então, de um conjunto de pressupostos (conceitos, princípios, leis, teorias, etc.), o pesquisador descreve o problema de pesquisa, ou seja, elabora o quadro de referência teórico da pesquisa.

O quadro de referência teórico orienta todo o trabalho de coleta, análise dos dados e interpretação dos resultados da pesquisa.

É um equívoco imaginar que a elaboração do quadro de referência teórico possa resultar de uma mera incursão pela literatura selecionada, da leitura apressada de uma ou duas obras, ou, pior ainda, do recorte e colagem de trechos copiados da internet. O quadro de referência teórico resulta das exigências internas que o problema da pesquisa demanda. Sua elaboração requer o conhecimento das alternativas existentes, o que implica conhecimento da bibliografia pertinente ao tema.

A revisão de literatura, afirmam

Contandriopoulos et al. (1997, p. 26), “[...] tem como objetivo mostrar que a pesquisa proposta participa do progresso geral dos conhecimentos. Ela deve permitir ao leitor compreender a situação em que estão os conhecimentos sobre o objeto da pesquisa apresentada.”

De outra parte, é preciso lembrar que “[...] a formulação e a resolução de problemas científicos só podem ser feitas por quem tem um bom conhecimento das teorias científicas de sua área. Por isso, é importante familiarizar-se com as pesquisas mais recentes de

determinada área de conhecimento através da pesquisa bibliográfica.” (GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 65).

Os trabalhos relevantes para a situação do conhecimento devem ser recentes. No entanto o caráter recente de um estudo nem sempre garante sua qualidade ou importância. Por outro lado, não podemos deixar de incluir nesta lista os chamados ‘clássicos’ do assunto estudado. (Contandriopoulos et al., 1997, p. 27-28).

Uma competente revisão da literatura permite que o pesquisador:

- esclareça para si mesmo seu problema de pesquisa e compreenda os diversos enfoques sob os quais ele já foi estudado por outros pesquisadores, bem como as metodologias por eles utilizadas;
- avalie os artigos e demais trabalhos selecionados e escolha apenas aqueles

de maior qualidade e cujas abordagens sejam mais adequadas ao seu problema de pesquisa;

- considere no quadro de referência autores ou obras fundamentais para o tema da pesquisa (“esquecê-los” pode ser indício de debilidade teórica);
- disponha de um corpo teórico no qual fundamentará sua pesquisa e que orientará, numa etapa posterior, a análise e interpretação de seus dados [além de representar um certo anteparo ao senso comum].

As sugestões de leituras dadas pelo orientador ou por um professor conhecedor da área de estudos em que o problema de pesquisa se insere são indispensáveis para o aluno da graduação ou da pós-graduação que inicia uma pesquisa. O orientador/professor saberá indicar os principais autores, obras e artigos a serem lidos, as fontes (confiáveis) de pesquisa na internet, os profissionais que poderão ser consultados, a documentação a ser localizada etc..

Lembrete

A organização das referências (bibliográficas e outras) é da maior importância. À medida que o pesquisador for localizando e lendo o material selecionado, deve fazer o registro de suas leituras, que compreende a referência do livro, artigo ou documento, além de uma pequena síntese do seu conteúdo; também é útil registrar onde foi encontrado o material (biblioteca, propriedade do professor, de colega, etc.), assim como arquivar em seu computador artigos e outras matérias pertinentes disponíveis na internet.

Essa é uma prática constitutiva do trabalho do pesquisador que, quando negligenciada, se transforma num problemão no final do trabalho.

3.3 Perguntas e hipóteses de pesquisa

As perguntas ou as hipóteses de pesquisa, apresentadas logo após a descrição do problema, devem expressar com precisão o problema de pesquisa. Por isso a formulação das questões ou das hipóteses de pesquisa exige do pesquisador um considerável esforço de síntese.

Embora perguntas e hipóteses desempenhem papel bastante semelhante no projeto e no processo de pesquisa, há diferenças a serem consideradas. O uso de hipóteses de pesquisa – uma provável resposta ao problema de pesquisa – está vinculado, em geral, à pesquisa quantitativa. Neste tipo de pesquisa, segundo a definição de Kerlinger (1980, p.12), “[...] a hipótese é uma suposição de que existe uma relação entre duas ou mais variáveis. Sempre aparece em forma de oração afirmativa e relaciona, de maneira geral ou específica, uma variável com a outra [...]”.

Na pesquisa qualitativa, por outro lado, como não “se trata de querer mostrar que X determina Y” (THIOLLENT, 1986, p. 56), a preferência do pesquisador recai em questões ou perguntas de pesquisa, pois sua formulação expressa uma postura investigativa aberta em busca de compreensão dos fenômenos sociais.

De qualquer forma, o problema da pesquisa pode ser expresso sob a forma de questão ou conjunto de questões, ou, então, de hipóteses – ambas as formas são enunciados de relações entre fatos ou fenômenos.

Nas pesquisas exploratórias, por exemplo, Contandriopoulos et al. (1997, p. 31) admitem que as hipóteses possam se tornar questões de pesquisa, as quais, “[...] pela sua especificidade, devem dar testemunho do

trabalho conceitual efetuado pelo pesquisador e, pela sua clareza, permitir uma resposta interpretável.” Cozby (2003), por outro lado, denomina perguntas ou questões de pesquisa de “hipóteses informais”.

3.3.1 Perguntas de pesquisa

As “boas” perguntas ou questões de pesquisa, ou seja, as que definem o foco do projeto de pesquisa e facilitam o percurso do pesquisador pelos caminhos da pesquisa, devem ser:

- significativas: são aquelas perguntas que, além de serem suscetíveis de solução, guiam o pesquisador nas decisões futuras da pesquisa, apontam os dados que precisam ser coletados;
- claras: são perguntas que não contêm ambiguidades. A pergunta: “Como tem se comportado a indústria catarinense em face da globalização?” não é uma boa pergunta de pesquisa por ser excessivamente ampla e pouco precisa. No caso hipotético dessa pergunta, conceitos e expressões como globalização e “comportamento da indústria” precisariam ser esclarecidos, pois a clareza da pergunta decorre também do cuidado com que o pesquisador explicitou seus conceitos quando descreveu o problema da pesquisa;
- exequíveis: são perguntas que implicam na disponibilidade de tempo, de instrumentos e de recursos (também financeiros) necessários para recolher as informações e tratá-las. Para que o pesquisador se assegure da exequibilidade de

suas perguntas, ele precisa considerar as dificuldades práticas que poderá encontrar na etapa de coleta e tratamento dos dados, por vezes mais relevantes no caso do pesquisador iniciante.

Ainda que o pesquisador formule, em seu projeto, um conjunto de questões de pesquisa com tais qualidades, poderá sentir a necessidade, no decorrer da realização da pesquisa, de reformular, substituir, ou abandonar algumas dessas questões, em decorrência, por exemplo, de observações realizadas ou evidências percebidas durante a coleta de dados (ALVES-MAZZOTTI, 1999).

3.3.2 Hipóteses de pesquisa

Assim como as questões de pesquisa, a hipótese cumpre função importante no processo de pesquisa:

[...] ajuda o pesquisador a identificar as informações necessárias; evita a dispersão, servindo de guia à investigação; possibilita a focalização em aspectos específicos do problema em estudo; sugere critérios para selecionar e ordenar os dados; orienta a busca de explicações para o problema, assim como atua na tarefa de interpretação de um conjunto de dados. (FERRI; LEAL; HOSTINS, 2004. p. 21).

A hipótese representa uma suposição prévia, uma tentativa de resposta antecipada que o pesquisador formula com base nos elementos teóricos que informam seu problema. É uma proposição ou um conjunto de proposições que expressa uma conjetura provisória, uma suposta resposta – algo aceito como bastante provável à luz de elementos teóricos, conceitos ou fatos solidamente estabelecidos –, destinada a guiar a investigação.

Onde “buscar” hipóteses? Quais podem ser as fontes de inspiração para a formulação de hipóteses?

Ferrari (1982, p. 132-133) indica quatro fontes para a formulação de hipóteses: o conhecimento familiar ou “a intuição que se tem dos fatos do mundo”, a observação mais sistemática dos fatos, as constatações de estudos realizados por pesquisadores e a própria teoria.

As hipóteses, além de serem passíveis de teste, devem ser compatíveis com o conhecimento científico (com parte dele). Gewandsznajder (1999, p. 70) explica: “Entre outros motivos, porque, como qualquer experiência científica pressupõe uma série de conhecimentos prévios, uma hipótese que não tenha qualquer relação com esses conhecimentos dificilmente poderá ser testada.”

Assim, quanto maior for o conhecimento acumulado de uma área de estudo, tanto mais “[...] a precisão das hipóteses deve refletir a situação do avanço dos conhecimentos.” (CONTANDRIOPOULOS et al., 1997, p. 31). É a hipótese que transpõe, então, uma proposta teórica para o mundo empírico.

A clareza e a especificidade das hipóteses de pesquisa são exemplificadas por Contandriopoulos et al. (1997, p. 32):

- a prática de uma atividade aeróbica de 30 minutos, três vezes por semana, diminui a pressão arterial;
- os programas de diagnóstico de câncer do seio por mamografia diminuem em um terço o risco de mortalidade por este câncer;
- o consumo de 500 ml de leite por dia diminui o risco de osteoporose e de fratura de bacia nas mulheres de 65 anos e mais [...]

A apresentação de hipóteses é imprescindível em um projeto de pesquisa? A resposta a essa pergunta vai depender do tipo de pesquisa que o pesquisador propõe.

Vasconcelos (2002, p. 142) entende que nas pesquisas que adotam “[...] o paradigma da simplicidade e uma abordagem positivista ou empiricista em ciências naturais ou humanas [...]”, o pesquisador toma o objeto da pesquisa como um fato e o isola de seu contexto para investigar um aspecto específico do fenômeno. É o caso das pesquisas experimentais, em que a hipótese, como suposição da existência de relações entre duas ou mais variáveis, não é apenas útil, como necessária.

No entanto, quando a perspectiva epistemológica é distinta, ou seja, quando os fenômenos humanos e sociais são entendidos e estudados como processos complexos, indissociáveis de seus contextos, diz Vasconcelos (2002) que “[...] a utilização de hipóteses como estratégia central de formulação do objeto de pesquisa na área humana, social e da saúde é francamente

desencorajada [...]”. Esclarece, porém, que isso não significa o abandono do raciocínio hipotético pelo pesquisador, pois as hipóteses têm papel fundamental no planejamento do ato investigativo e na análise crítica dos fenômenos, havendo necessidade de sua formulação, reformulação e testagem no dia-a-dia da investigação, de modo a “[...] estar atento ao novo e ao imprevisto que emergem cotidianamente”. (VASCONCELOS, 2002, p. 143-144).

O termo hipótese, de conotação positivista, tem hoje seu conceito reinterpretado e problematizado, como explica Minayo (2000, p. 95): “Na abordagem qualitativa, as hipóteses perdem a sua dinâmica formal comprobatória para servir de caminho e de baliza no confronto com a realidade empírica.”

Até mesmo Contandriopoulos et al. (1997), ainda que privilegiem o modelo experimental de pesquisa e a necessidade da formulação de hipóteses, admitem que nas pesquisas exploratórias estas sejam substituídas por questões de pesquisa.

Uma hipótese bem formulada, além de ser clara e específica, deve ser:

consistente: seu enunciado é compatível com a teoria;

verificável: suas referências empíricas estão relacionadas às técnicas disponíveis;

relevante: tem poder explicativo e/ou preditivo.

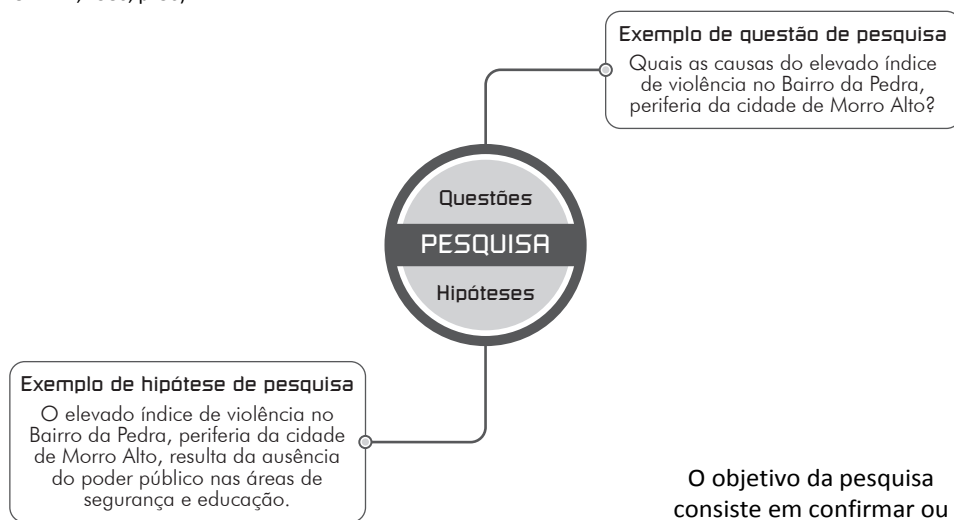
QUESTÕES DE PESQUISA VERSUS HIPÓTESES DE PESQUISA

São enunciadas sob a forma de perguntas que tendem a ser abertas e descritivas

Focalizam como são as coisas, quais as suas causas, quais as suas conseqüências

Na pesquisa qualitativa, não “se trata de querer mostrar que X determina Y. Para fins descritivos, a hipótese qualitativa é utilizada para organizar a pesquisa em torno de possíveis conexões ou implicações não-causais, mas suficientemente precisas para se estabelecer que X tem algo a ver com Y na situação considerada.” (THIOLENT, 1986, p. 56)

A pergunta ou questão de pesquisa deve ser significativa, clara e exequível



O objetivo da pesquisa consiste em confirmar ou refutar a(s) hipótese(s) formulada(s)

As hipóteses são respostas supostas e plausíveis, ainda que provisórias, para o problema de pesquisa

São enunciadas sob a forma de afirmações, com termos específicos e formais

Na pesquisa quantitativa, “a hipótese é uma suposição de que existe uma relação entre duas ou mais variáveis. Sempre aparece em forma de oração afirmativa e relaciona, de maneira geral ou específica, uma variável com a outra...” (KERLINGER, 1980, p.12)

4 TIPOS DE PESQUISA

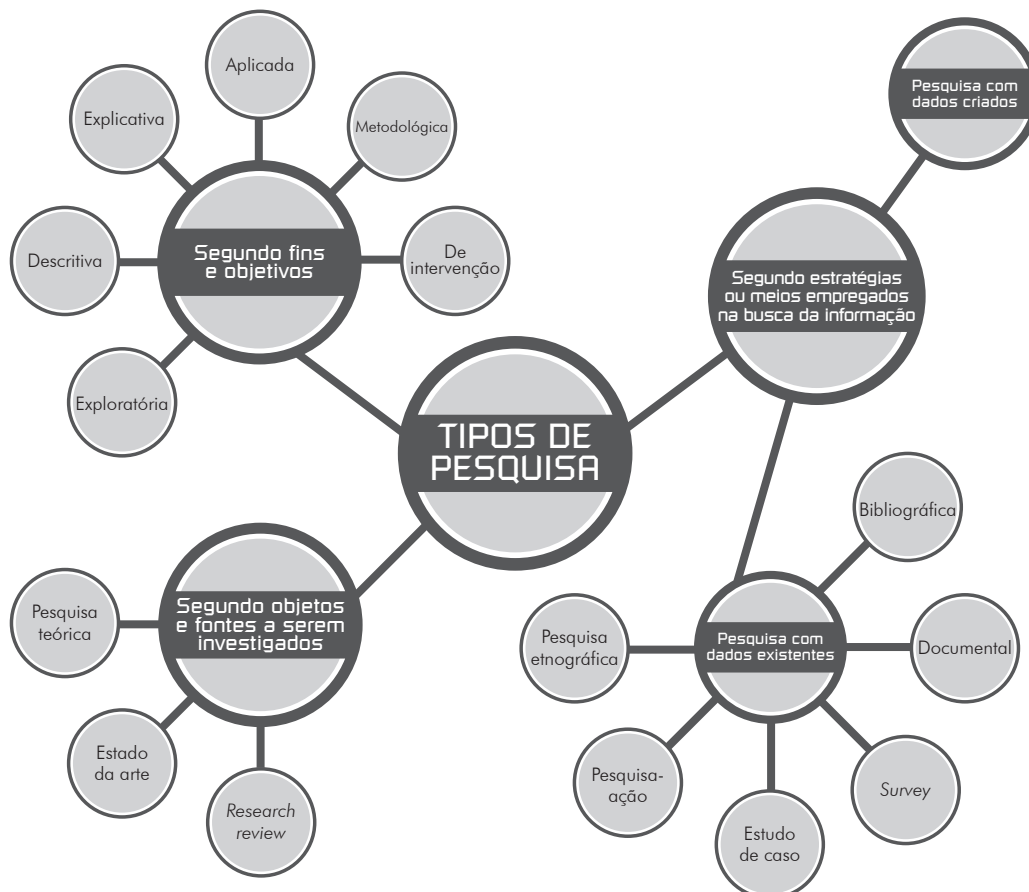
Para maior orientação do pesquisador no delineamento de seu projeto de pesquisa, explicitam-se a seguir os diversos tipos de pesquisa. A adoção de um ou de outro, ou a combinação num mesmo projeto de mais de um tipo, vai depender do problema, dos objetivos, das questões (ou das hipóteses) que foram previamente delineados. Tendo sempre presente esses elementos do

projeto, o pesquisador precisa considerar:

- os tipos de pesquisa segundo os fins e objetivos, em articulação com

- os tipos de pesquisa segundo as estratégias ou meios empregados na busca da informação.

O esquema a seguir apresenta o conteúdo da seção.



4.1 Tipos de pesquisa segundo os fins e objetivos

O problema da pesquisa, as questões (ou hipóteses) e, principalmente, os objetivos que o pesquisador definiu vão nortear a escolha do tipo mais adequado de pesquisa entre os vários tipos possíveis. Para fazer uma

escolha correta, é importante conhecer os principais tipos existentes, suas características mais destacadas, os propósitos para os quais são mais indicados e algumas de suas implicações.

4.1.1 Pesquisa exploratória

É aquela realizada em áreas (de conhecimento) ou focada em problemas a respeito dos quais há escasso ou nenhum conhecimento acumulado e sistematizado.

É uma pesquisa temática com foco mais aberto para investigação de fenômenos (culturais, sociais, técnicos, históricos, etc.) pouco sistematizados e/ou passíveis de várias perspectivas de interpretação.

Vasconcelos (2002, p.158), denominando-a também de pesquisa ensaística, observa ser um tipo de pesquisa bastante comum “[...] em ensaios históricos, sociológicos, antropológicos, filosóficos, políticos, em psicanálise, etc..”

Tem por objetivos aprimorar ideias; levantar hipóteses sobre assuntos pouco explorados; estabelecer relações entre fenômenos; identificar cursos relevantes de ação; obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem.

Tipos mais comuns de pesquisa exploratória: pesquisa bibliográfica e documental; estudos de caso.

Procedimentos metodológicos usuais: levantamentos em fontes secundárias (bibliográficas,

documentais, etc.), levantamentos de experiências / análise de casos, entrevistas não padronizadas.

4.1.2 Pesquisa descritiva

Os objetivos da pesquisa descritiva se referem à obtenção de informações sobre um fenômeno ou sobre determinada população e à descrição de suas características; também se referem ao estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa não tem compromisso com a explicação dos fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação.

Tipos mais comuns de pesquisa descritiva: descrição de características de grupos (sexo, idade etc.); levantamento de opinião e atitudes de uma população sobre uma situação (ex.: pesquisas eleitorais); caracterização do funcionamento de organizações; identificação do comportamento de grupos. A maioria dos estudos que caracterizam mercados é descritiva.

Dependendo dos objetivos da pesquisa descritiva, os estudos podem ser transversais ou longitudinais.

No estudo transversal, a coleta dos dados se dá num único instante do tempo, obtendo-se um recorte momentâneo do fenômeno investigado.

No estudo longitudinal, a coleta dos dados ocorre em dois ou mais momentos, permitindo um acompanhamento do desenrolar do fenômeno considerado.

As pesquisas descritivas utilizam comumente técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário; observação sistemática/padronizada.

4.1.3 Pesquisa explicativa

Este tipo de pesquisa se propõe a:

- explicar a razão dos fenômenos, tornar inteligíveis e justificar seus motivos;
- identificar fatores que contribuem para sua ocorrência e como esses fatores estão associados entre si;
- compreender a natureza de um fenômeno social;
- aprofundar o conhecimento da realidade.

São explicativas as pesquisas que, por exemplo, têm por objetivo: compreender aspectos psicológicos de um grupo de profissionais; analisar atitudes e motivações de adolescentes; explicar os fatores de sucesso ou fracasso de uma organização.

Quanto aos procedimentos metodológicos, as ciências naturais (e nas ciências humanas a psicologia experimental, por ex.) utilizam, quase que exclusivamente, o método experimental, caracterizado pela intervenção deliberada do

pesquisador nos eventos com o propósito de verificar os efeitos da intervenção.

Entre os procedimentos metodológicos mais utilizados pelas ciências sociais citam-se a observação (na Psicologia, por ex.), as entrevistas abertas na coleta de informações, o uso da técnica de análise de conteúdo. O estudo observacional caracteriza-se, em geral, pela coleta de dados sem influência do pesquisador nos eventos observados.

As pesquisas explicativas requerem pesquisas descritivas e exploratórias como base para suas explicações.

4.1.4 Pesquisa aplicada

É a pesquisa feita para que seus resultados tenham utilização imediata na solução de problemas concretos. É um tipo de investigação que busca encontrar soluções inovadoras para o desenvolvimento de produtos, metodologias, processos e serviços.

A pesquisa aplicada tem por objetivo a resolução de determinados problemas através da aplicação do conhecimento científico. Um exemplo de formulação do objeto de uma pesquisa aplicada é dado por Vasconcelos (2002, p. 152): “Diagnóstico e planejamento de estratégias de enfrentamento do quadro de sofrimento psíquico em trabalhadores da empresa X, no município Y, no período de (mês/ano) a (mês/ano).”

A palavra “aplicada” é utilizada para se referir ao trabalho prático em uma área que aplica ou deveria aplicar um conhecimento que foi amplamente desenvolvido em outro lugar.

4.1.5 Pesquisa metodológica

Refere-se ao tipo de pesquisa voltada para a inquirição de métodos e procedimentos adotados como técnicos e/ou científicos.

Compreende os estudos que se referem a instrumentos de captação, coleta de dados e/ou intervenção na realidade. Esses estudos tratam, portanto, dos caminhos, das formas, das maneiras, dos procedimentos para atender determinados fins.

Por exemplo: uma pesquisa metodológica pode propor o seguinte problema: Como medir o custo do estudante do curso de graduação X? Esse estudo pode se valer de dados empíricos sobre o custo real do estudante do curso X, porém sua principal contribuição não é medir esse custo, mas estabelecer ou identificar caminhos, procedimentos e instrumentos para estudos que tenham o propósito de medir o custo de estudantes de cursos de graduação.

4.1.6 Pesquisa de intervenção

Trata-se de um tipo de pesquisa concebida e realizada em estrita associação com uma ação para resolução de um problema coletivo.

Seu principal objetivo é interferir na realidade estudada para modificá-la. Não se satisfaz, portanto, somente com dar explicações.

A pesquisa de intervenção se distingue da pesquisa aplicada pelo seu compromisso em propor não apenas resoluções de problemas, como também em resolvê-los efetivamente e de forma participativa. Os resultados da ação, por sua vez, realimentam a pesquisa.

4.2 Tipos de pesquisa de acordo com objetos e fontes a serem investigados

Diferentemente das pesquisas cujo objeto principal se refere a uma realidade concreta a ser investigada, há “[...] pesquisas baseadas apenas em material bibliográfico secundário, ou seja, sobre aquilo que já foi escrito e/ou publicado por pesquisadores e analistas a

respeito do tema.” (VASCONCELOS, 2002, p. 159). Esse autor apresenta os seguintes tipos de pesquisa que têm como fonte de pesquisa o universo bibliográfico, que podem ser consideradas tipos específicos de pesquisa bibliográfica.

4.2.1 Pesquisa teórica

Também denominada pesquisa pura, básica ou fundamental, tem por objeto a problemática teórica e/ou conceitual de um determinado campo/área de conhecimento; dedica-se ao exame de teorias e conceitos, com vistas à reconstrução de teorias, estruturação de sistemas e modelos teóricos e geração de novas hipóteses.

4.2.2 Avaliação do estado da arte

Também chamadas de estado da arte, são pesquisas que fazem um inventário e uma avaliação da produção científica em um determinado campo de conhecimento: examinam os autores e seus estudos, as tendências, as diversas perspectivas teóricas e metodológicas, os desafios existentes (parcialmente enfrentados ou não enfrentados). Analisam aspectos e dimensões que vêm sendo privilegiados em distintas épocas e sociedades, identificam lacunas de conhecimento, assim como apontam as possibilidades/necessidades futuras de desenvolvimento dos estudos.

A importância desse tipo de pesquisa para os pesquisadores de um campo de estudo está justamente em poder oferecer-lhes uma espécie de mapa do que já foi ou é objeto de pesquisas no passado e no presente (no país e/ou num conjunto de países), dos aspectos teóricos que foram consolidados e daqueles que foram refutados, no espaço de tempo considerado.

A definição do propósito da pesquisa de Njaine e Minayo (2004, p.202) exemplifica o foco desse tipo de estudo: “Neste artigo

busca-se apontar as principais contribuições das pesquisas sobre violência na mídia e seu impacto na infância e adolescência, identificadas na literatura internacional e nacional do campo da saúde.”

A avaliação do estado da arte dificilmente poderia ser indicada para um pesquisador iniciante, pois requer considerável capacidade crítica e reflexiva, além de experiência de pesquisa acumulada na área de estudo em questão.

As revisões bibliográficas ou da literatura podem ser consideradas pesquisas desse tipo, porém mais simples e apenas descritivas; geralmente constituem parte de pesquisas empíricas de maior amplitude.

4.2.3 Revisão de pesquisas (research review)

Esse tipo de pesquisa, segundo Vasconcelos (2002), consiste numa revisão bibliográfica que focaliza tão somente as pesquisas empíricas existentes sobre determinado fenômeno.

4.3 Tipos de pesquisa segundo as estratégias ou meios empregados na busca da informação

Para decidir sobre que estratégias ou meios de coleta de dados serão utilizados na fase empírica da pesquisa, o pesquisador precisa refletir, principalmente, sobre as perguntas ou hipóteses de pesquisa que formulou, perguntando-se que dados deverá buscar e como poderá buscá-los.

São as perguntas ou as hipóteses de pesquisa que ditam a conduta e os caminhos que o

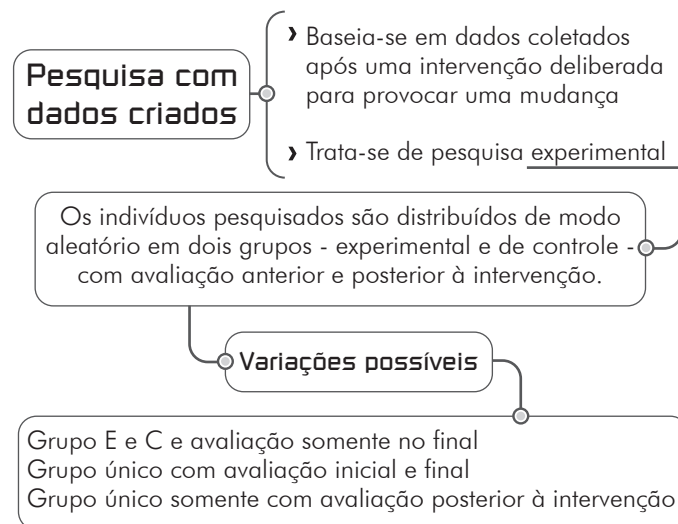
pesquisador deverá seguir e os instrumentos de que vai precisar para localizar, produzir (se for o caso) e coletar os dados que lhe permitirão dar respostas às perguntas, ou testar as hipóteses.

Laville e Dionne (1999) classificam os tipos de pesquisa segundo as estratégias ou meios empregados na busca de informação em: pesquisas com dados criados e pesquisas com dados existentes.

4.3.1 Pesquisas que usam dados criados

As pesquisas com dados criados remetem a único tipo: a pesquisa experimental com as possíveis variações, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Pesquisa com dados criados



Nota: Elaboradora pela autora.

São pesquisas realizadas mais comumente no campo das Ciências Físicas e Biológicas (Física, Química, Biologia) e nas áreas técnicas (Engenharia, Medicina), com alguma tradição na Psicologia e na Sociologia (estudos do comportamento animal e humano, efeitos da propaganda, avaliação de condições ambientais e de processos de trabalho etc.).

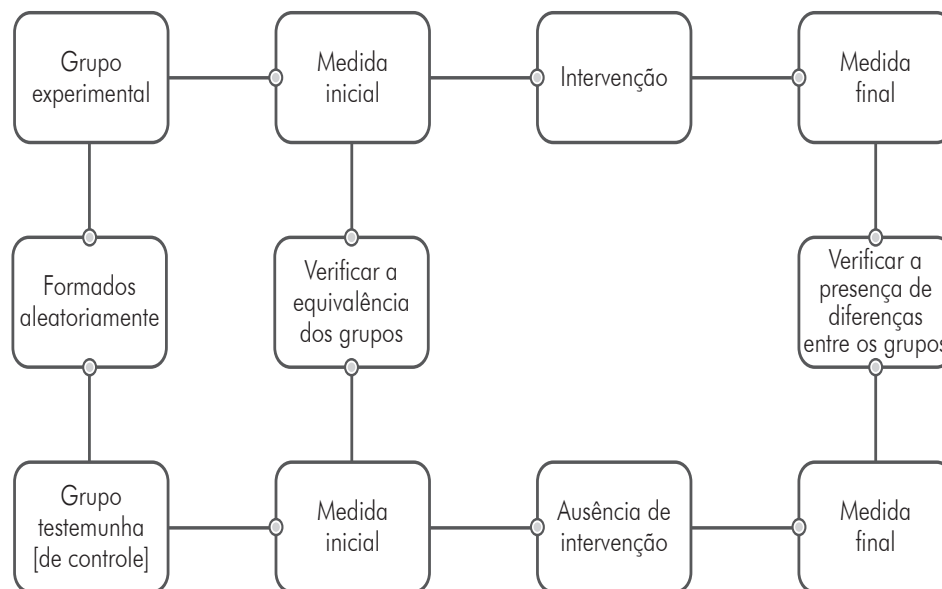
Em qualquer desses campos, a pesquisa experimental, além de exigir instrumentos específicos de pesquisa (aparelhos, laboratórios, testes padronizados), requer que o pesquisador crie uma situação, ou faça uma intervenção em uma determinada situação, para então obter os dados que deseja. É, portanto, toda e qualquer pesquisa que envolve algum tipo de experimento.

A pesquisa experimental, em linhas gerais, consiste em:

- determinar um objeto de estudo (comportamento de cães de mesma raça e idades, por exemplo, distribuídos em dois grupos: grupo experimental e grupo de controle);
- selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo (atitudes agressivas do treinador com um dos grupos);
- definir as formas de controle do experimento (número de contatos treinador-cães, tempo de exposição ao treinamento etc.);
- definir a forma de observação dos efeitos (anotações, filmagem etc.) que as variáveis produzem no objeto (comportamento dos cães);
- comparar o comportamento dos cães dos dois grupos após a intervenção.

No esquema da Figura 2 estão representados os componentes e procedimentos básicos da pesquisa experimental.

Figura 2 – Pesquisa experimental



Fonte: Laville & Dionne, 1999, p. 139.

4.3.2 Pesquisas com dados existentes

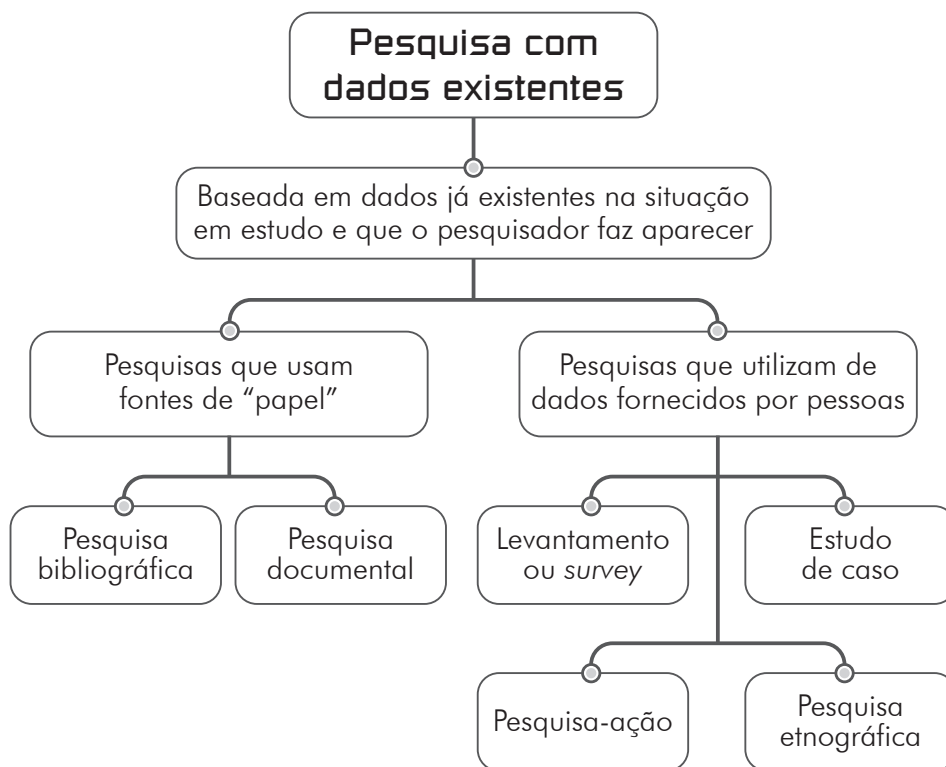
Compreendem aquelas pesquisas cujos dados necessários para responder as questões de pesquisa, ou testar as hipóteses, necessitam ser “revelados” pelo pesquisador que, “[...] pela escolha de um ponto de vista e o recurso a diversos instrumentos, seleciona alguns elementos, transformando-os em informação significativa.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 139).

As pesquisas com dados existentes podem ser agrupadas em (Fig. 3):

- pesquisas que usam fontes de “papel” e
- pesquisas que utilizam dados fornecidos por pessoas.

Entre as primeiras, estão as pesquisas bibliográficas e as pesquisas documentais. Pesquisas que utilizam dados fornecidos por pessoas compreendem o levantamento ou *survey*, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa etnográfica.

Figura 3 – Pesquisa com dados existentes



Nota: Elaborado pela autora.

4.3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Consiste no estudo sistematizado desenvolvido a partir de material publicado em livros e artigos científicos, cujo conteúdo constitui seu material de estudo. A pesquisa bibliográfica produz instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, como também pode se esgotar por si mesma. Esse tipo de pesquisa, na verdade, faz parte de toda e qualquer pesquisa, tanto nas etapas iniciais – escolha do tema e formulação do problema –, como ao longo de seu desenvolvimento.

4.3.2.2 Pesquisa documental

Nesse tipo de pesquisa a fonte de coleta de dados restringe-se a documentos, que podem ser de dois tipos: escritos e não escritos.

São documentos escritos: documentos oficiais, jurídicos, publicações administrativas, registros, atas, anais, anuários estatísticos e censos, prontuários médicos/clínicos, regulamentos, jornais, revistas, circulares, ofícios, memorandos, balanços, documentos particulares, comunicações informais, entre outros. Embora no passado esses documentos fossem exclusivamente “de papel” (impressos ou manuscritos), hoje também podem ser apresentados em formatos eletrônicos/digitais.

As informações obtidas em documentos escritos podem ser diretas – nesse caso as fontes de pesquisa são denominadas fontes primárias (de primeira mão) – e indiretas, quando as fontes usadas são secundárias (de segunda mão). No primeiro caso, o pesquisador utiliza apenas documentos originais, como, por exemplo, as obras originais de um autor, os resultados do censo publicados pelo IBGE, o texto de uma lei. No

segundo caso, o pesquisador utiliza traduções da obra de um autor, estudos que utilizam os dados do censo publicados pelo IBGE, a interpretação de um jurista sobre uma lei, por exemplo.

“De um modo geral, quanto mais ‘oficial’ for um documento, mais primária será a fonte.” (LUNA, 2000, p. 54). A pesquisa que utiliza fontes primárias é, em geral, mais valorizada do que a pesquisa que se vale de fontes secundárias.

Entre os documentos não escritos, podem ser citados: iconografia, fotografia, objetos, vestuário, canções folclóricas, filmes, vídeos, discos etc.

Para o desenvolvimento de pesquisa qualitativa que utiliza documentos não escritos, recomenda-se a obra *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*, de Bauer & Gaskell (2002).

4.3.2.2.1 Pesquisa de e com imagens

A incorporação de imagens – fotografias, filmes, vídeos, pinturas, desenhos etc. – e suas análises à pesquisa são defendidas por Banks (2009) e Loizos (2003) com os seguintes argumentos:

- “[...] as imagens são onipresentes na sociedade e, por isso, algum exame de representação visual pode ser potencialmente incluído em todos os estudos de sociedade” (BANKS, 2009, p. 17);
- “[...] o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação [...] Consequentemente, o ‘visual’ e a ‘mídia’ desempenham papéis importantes na vida social, política e

econômica.” (LOIZOS, 2003, p. 138);

- “[...] o estudo de imagens ou um estudo que incorpore imagens na criação ou coleta de dados pode ser capaz de revelar algum conhecimento sociológico que não é acessível por nenhum outro meio.” (BANKS, 2009, p. 18).

São duas, segundo Banks, as principais correntes de pesquisa visual nas ciências sociais, não mutuamente exclusivas. A criação de imagens pelo pesquisador (fotografias, filmes, vídeos, desenhos) “[...] para documentar ou subsequentemente analisar aspectos da vida social e interações sociais” representa uma das correntes. Nesses casos, o objetivo do projeto “[...] pode não ser especificamente visual.” (BANKS, 2009, p. 19).

A segunda corrente desse tipo de pesquisa “[...] gira em torno da coleta e do estudo de imagens produzidas ou consumidas pelos sujeitos da pesquisa. Aqui o foco do projeto de pesquisa é mais obviamente visual, e os sujeitos de pesquisa têm, de forma mais evidente, uma conexão social e pessoal com as imagens.” (BANKS, 2009, p. 21).

As metodologias de pesquisa visual prestam-se mais à exploração do que à confirmação de fenômenos, pois

[...] as metodologias visuais não são tão empregadas como métodos de coleta de dados de dimensão e formas predeterminadas que vão confirmar ou refutar uma hipótese previamente postulada, mas sim como método destinado a levar o pesquisador a esferas que ele pode não ter considerado e em direção a descobertas que não tinham sido previstas. (BANKS, 2009, p. 24).

Loizos faz um alerta ao pesquisador que deseja se valer de registros visuais, pois tais

registros não são isentos de problemas, nem estão acima de manipulações. A esse respeito aponta duas falácias: a primeira está implícita na frase ‘a câmera não pode mentir’; quem maneja a câmera, no entanto, pode mentir e falsificar, como bem se sabe. A segunda falácia é que a fotografia é “[...] acessível a qualquer um do mesmo modo – que ela opera transculturalmente [...] de tal modo que todos a verão e entenderão o mesmo conteúdo [...] A informação pode estar na fotografia, mas nem todos estão preparados para percebê-la em sua plenitude”. (LOIZOS, 2003, p. 139-141).

4.3.2.3 Levantamento ou survey

Esse tipo de pesquisa, próprio da pesquisa quantitativa, tem por objetivo obter informação sobre uma determinada população. O termo informação pode compreender tanto a opinião de uma população sobre um dado assunto, como as “[...] intenções e atitudes das pessoas quanto às suas necessidades, comportamentos e recursos.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 152).

“O termo [*survey*] pode incluir censos demográficos, pesquisas de opinião pública, pesquisas de mercado sobre preferências do consumidor, estudos acadêmicos sobre preconceito, estudos epidemiológicos, etc.” (BABBIE, 1999, p. 95).

Os levantamentos ou *surveys* podem ter distintos propósitos: de descrição, de explicação e de exploração.

Os *surveys* permitem fazer descrições sobre uma população. O pesquisador propõe-se a observar, registrar, descobrir a distribuição de certos traços e atributos, correlacionar e descrever fatos ou fenômenos de uma

determinada realidade sem manipulá-los ou pretender explicá-los. Exemplos:

- descrever a extensão do desemprego no país;
- descrever os percentuais do eleitorado que votará nos vários candidatos a presidente;
- descrever a distribuição de atitudes em relação à campanha de prevenção da AIDS;
- descrever amostras e subamostras e compará-las.

Os *surveys* possibilitam produzir explicações sobre uma população, como, por exemplo:

- porque determinados eleitores preferem um candidato, enquanto outros optam pelos candidatos que se opõem ao primeiro;
- porque parte da força de trabalho está empregada e o restante, não;
- porque o número de famílias chefiadas por mulheres vem crescendo nos últimos anos no país.

A explicação requer análise multivariada, ou seja, exame de duas ou mais variáveis. Exemplo: explicar a preferência por determinado candidato por variáveis como: educação, sexo, região do país, *status* etc.

Com propósitos exploratórios, os *surveys* possibilitam “mecanismo de busca” para o início de uma pesquisa sobre um tema a respeito do qual se tem pouca informação ou quando há suspeita de que as informações existentes são parciais ou mesmo equivocadas.

Os *surveys* podem ser interseccionais e longitudinais (BABBIE, 1999).

Nos *surveys* interseccionais os dados são colhidos de uma amostra selecionada para descrever certa característica de uma população, em um determinado momento, como, por exemplo, nas pesquisas para determinar a intenção de voto.

Os *surveys* longitudinais são os que permitem uma análise de dados ao longo do tempo. Há diferentes modalidades de *surveys* longitudinais:

- estudos de tendências investigam uma amostra de uma população em diferentes ocasiões; mesmo que pessoas diferentes sejam os respondentes em cada *survey*, as amostras utilizadas devem representar sempre a mesma população. As pesquisas eleitorais ao longo de uma campanha política são exemplos desses estudos;
- estudos de coortes focalizam a mesma população cada vez que os dados são coletados, embora as amostras estudadas possam ser diferentes. Exemplo: Identificar as atitudes em relação à futura profissão de uma amostra dos alunos calouros do curso de Direito de uma universidade e, quatro anos depois, selecionar uma amostra de alunos do 8º semestre do mesmo curso, com o mesmo propósito;
- estudos de painéis consistem na coleta de dados, ao longo de um determinado tempo, da mesma amostra de respondentes. Tomando-se o exemplo anterior, os mesmos alunos do curso de Direito que integraram a amostra inicial seriam reentrevistados, em intervalos regulares, ao longo do curso.

Nos *surveys*, a unidade de análise é geralmente uma pessoa (consumidor, aluno, eleitor, portador de deficiência visual, professor etc.);

mas pode ser também famílias, empresas, cidades, escolas, clubes, estados de uma federação, nações etc.

4.3.2.4 Estudo de caso

O estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2001, p. 32).

O estudo de caso é diferente de um experimento: neste tipo de pesquisa o fenômeno é deliberadamente separado de seu contexto para que o pesquisador possa dedicar sua atenção a algumas variáveis apenas. O estudo de caso difere de uma pesquisa histórica que lida com acontecimentos do passado, não contemporâneos. É diferente também de um levantamento que requer um número limitado de variáveis a serem investigadas (YIN, 2001).

Os estudos de casos constituem um tipo de pesquisa² adequado:

- ao estudo de processos, pois possibilita uma análise processual, contextual e longitudinal;
- para responder a questões “como” e/ou “por que”, questões explicativas que tratam de processos que ocorrem ao longo do tempo (mais do que de frequências ou incidência);
- para o estudo de fenômenos ou eventos contemporâneos, em um contexto de vida real, quando comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas podem ser realizadas observações diretas e entrevistas sistemáticas.

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos complexos e de suas características mais significativas, razão pela qual tem sido usado em muitos campos: Ciência Política e Administração Pública; Psicologia e Sociologia; Administração. Também é usado em estudos (interdisciplinares) de cidades e pesquisas de planejamento regional: estudos de planos de desenvolvimento, de bairros etc.. Em Economia o estudo de caso possibilita investigar, por exemplo, o desenvolvimento da economia de uma cidade ou de uma região.

Não se pode considerar o estudo de caso um tipo de pesquisa exclusivamente qualitativa, nem confundir estudo de caso com pesquisa qualitativa. Há estudos de casos clínicos, de Serviço Social, de Direito que não são necessariamente qualitativos. Ainda assim, as características do estudo de caso o inserem entre as pesquisas qualitativas, pois:

- visam à descoberta (novas questões podem surgir e ser propostas durante a pesquisa);
- focalizam a realidade em profundidade;
- são adequados ao estudo de processos;
- usam variadas fontes de informação para explorar o fenômeno de vários ângulos;
- procuram apresentar os diferentes pontos de vista das pessoas que vivenciam a situação.

O estudo de caso caracteriza-se por uma análise holística, ou seja, por uma abordagem que prioriza o entendimento integral do caso ou dos casos, em oposição ao procedimento analítico em que os componentes de um fenômeno são tomados isoladamente.

A totalidade pretendida da análise, no entanto, é algo construído pelo pesquisador

com base no que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa. O pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância/significado, orientado tanto por seu quadro teórico, como por seus propósitos de pesquisa.

A pesquisa que adota o estudo de caso como estratégia pode ter como objeto um caso único ou pode enfocar casos múltiplos. O caso único, em ciências sociais, raramente é um indivíduo, diferentemente da pesquisa médica e psicológica (que deram origem ao estudo de caso como estratégia de pesquisa) que pretende explicar a origem e a dinâmica de uma patologia explorando intensamente um único caso (como os casos clínicos descritos por Freud).

Tanto no estudo de caso único, como no estudo de caso múltiplo, a unidade de análise pode ser indivíduos, grupos, organizações, eventos, países ou regiões.

A decisão por um caso único como objeto de pesquisa precisa estar bem fundamentada. O pesquisador pode tomar essa decisão quando se trata de:

- um caso crítico para testar uma teoria bem formulada;
- um caso extremo ou singular tão raro que vale a pena documentar;
- um caso politicamente importante;
- um caso oportuno, no sentido de ser representativo de novas tendências ou de oferecer a possibilidade de investigar eventos inesperados;
- um caso conveniente porque poupa tempo, recursos etc..

O estudo de casos múltiplos – denominado, em algumas áreas, como administração pública e ciência política, de método de caso comparativo – é preferido quando há possibilidade de comparar semelhanças e de contrastar diferenças entre os casos selecionados. Os critérios acima mencionados para seleção do caso único também orientam a escolha dos casos múltiplos.

Yin (2001) aponta alguns preconceitos em relação ao estudo de caso como estratégia de pesquisa, admitindo, no entanto, que se originam de problemas existentes e pouco superados:

- falta de rigor da pesquisa: decorrente da negligência do pesquisador quando este aceita evidências equivocadas ou se deixa influenciar por visões tendenciosas, embora outros tipos de pesquisa não estejam isentos de vieses semelhantes;
- “impossibilidade” de generalização dos resultados: “[...] os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos.” (YIN, 2001, p. 29);
- os estudos de casos são muito demorados: ideia ligada à confusão entre estudo de caso e etnografia ou observação participante, que requerem, especialmente a primeira, longos períodos no campo.

Alguns aspectos do desenvolvimento do estudo de caso como estratégia de pesquisa estão detalhados no Apêndice B.

4.3.2.5 Pesquisa-ação

É um tipo de pesquisa social concebida e realizada em estreita associação com uma ação, ou com a solução de um problema coletivo, distinguindo-se dos demais tipos de pesquisa pela estreita cooperação entre o(s) pesquisador(es) e os participantes representativos da situação investigada.

A definição de Thiollent (1997, p. 14) esclarece suas características e propósitos:

A pesquisa-ação consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real. Simultaneamente há produção e uso de conhecimento.

A construção de relações democráticas, a participação dos sujeitos, o reconhecimento de direitos individuais, culturais e étnicos das minorias, a tolerância a opiniões divergentes, a convicção de que os sujeitos mudam mais facilmente quando impelidos por decisões grupais, conjunto de valores nos quais Kurt Lewin³ pautava seu trabalho, estão na origem da pesquisa-ação e caracterizam essa metodologia. Seu trabalho com a pesquisa-ação teve um desenvolvimento expressivo nas empresas em atividades ligadas ao desenvolvimento organizacional. (FRANCO, 2005).

A pesquisa-ação, cujo enfoque está na informação, na interação e na colaboração, é um processo no qual os membros de uma equipe trabalham juntos para solucionar um problema refletindo criticamente sobre suas

ações e suposições.

Uma situação social concreta a modificar é o ponto de partida da pesquisa-ação; as modificações ou transformações que vão surgindo sob a influência da pesquisa inspiram os movimentos subsequentes da equipe, na qual o pesquisador deve assumir constantemente os dois papéis: de pesquisador e de participante do grupo.

“Quase imediatamente depois de Lewin haver cunhado o termo na literatura, a pesquisa-ação foi considerada um termo geral para quatro processos diferentes: pesquisa-diagnóstico, pesquisa participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental” (TRIPP, 2005, p. 445).

A pesquisa-ação diagnóstica procura elaborar planos de ação solicitados, por exemplo, por uma organização ou grupo de pessoas. A equipe de pesquisadores tem acesso a uma situação existente, potencialmente problemática ou claramente conflituosa, estabelece o diagnóstico e recomenda medidas para sanar o problema.

A pesquisa-ação participante envolve, desde o início da pesquisa, os pesquisadores e os membros da comunidade estudada.

A pesquisa-ação empírica consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais semelhantes.

A pesquisa-ação experimental exige um estudo controlado da eficiência relativa de técnicas diferentes em situações sociais semelhantes.

Ao longo do tempo, de acordo com Tripp (2005), a pesquisa-ação vem sendo

desenvolvida em diferentes campos de aplicação: no final da década de 1940 e início da década de 1950, em administração, desenvolvimento comunitário, mudança organizacional e ensino. Na década de 1970 foi desenvolvida com propósitos de mudança política, conscientização, outorga de poder (*empowerment*) e na agricultura (desenvolvimento nacional); mais recentemente, em negócios bancários, saúde e geração de tecnologia.

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática

e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (TRIPP, 2005, p. 445-446).

Por considerar que a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, esse tipo de pesquisa terá, para Tripp (2005), características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica. A tabela que segue mostra as características da pesquisa-ação em relação a algumas das diferenças entre a prática e a pesquisa, além de distingui-la da pesquisa científica.

Onze características da pesquisa-ação			
	Prática rotineira	Pesquisa-ação	Pesquisa científica
1	habitual	inovadora	original/financiada
2	repetida	contínua	ocasional
3	reativa contingência	pró-ativa estratégica-mente	metodologicamente conduzida
4	individual	participativa	colaborativa/colegiada
5	naturalista	intervencionista	experimental
6	não questionada	problematizada	contratual (negociada)
7	com base na experiência	deliberada	discutida
8	não articulada	documentada	revisada pelos pares
9	pragmática	compreendida	explicada/teorizada
10	específica do contexto		generalizada
11	privada	disseminada	publicada

Fonte: Tripp, 2005, p. 447.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa recomendado para trabalhos de conclusão de curso de graduação, ou mesmo para dissertações de mestrado?

Tripp (2005) aponta duas razões que desaconselham a adoção da pesquisa-ação em trabalhos acadêmicos:

- a dificuldade, até mesmo a impossibilidade, de especificar com antecedência, no projeto apresentado pelo acadêmico para aprovação da pesquisa a ser realizada, “qual conhecimento será obtido nem quais resultados práticos serão alcançados” (TRIPP, 2005, p. 459);

- num projeto de pesquisa-ação, seu autor não pode especificar os tópicos sobre os quais trabalhará, pois esses deverão surgir da análise da situação e serão selecionados pelos participantes da pesquisa (pesquisador e membros do grupo em questão) e não apenas pelo pesquisador.

Além desses aspectos, outra peculiaridade da pesquisa-ação representa um obstáculo concreto para a proposição desse tipo de pesquisa em trabalhos acadêmicos, os quais dispõem de prazos bastante delimitados para sua conclusão: “[...] a pesquisa-ação, para bem se realizar, precisa contar com um longo tempo para sua realização plena. Não pode ser um processo aligeirado, superficial, com tempo marcado. A imprevisibilidade é um componente fundamental à prática da pesquisa-ação.” (FRANCO, 2005, p. 493).

4.3.2.6 Pesquisa etnográfica

A pesquisa etnográfica tem o propósito de compreender um determinado universo em seu próprio contexto: uma organização ou uma empresa (sua cultura), um grupo de moradores de rua, uma comunidade religiosa, um partido político, uma gangue etc.

Esse tipo de pesquisa tem sua origem na Antropologia e no estudo do comportamento animal. A etnografia⁴ desenvolveu-se no final do século XIX e início do século XX, como uma tentativa de observação mais holística dos modos de vida das pessoas. Nas Ciências Sociais tem sido usada para o estudo de um grande número de fenômenos, nos mais diferentes ambientes sociais e organizacionais.

Diferentemente dos métodos tradicionais de pesquisa identificados com o paradigma “quantitativo” / “positivista”, que têm como propósito a explicação das causas dos fenômenos sociais, a pesquisa etnográfica “[...] tem como princípio a busca exaustiva do conhecimento por meio da interação entre o discurso e o comportamento das pessoas, e as observações do pesquisador sobre cada detalhe que compõe os ambientes físico e social pesquisados.” (SOUSA; BARROSO, 2008, p. 151).

Conhecer os valores, crenças e visões de mundo dos sujeitos pesquisados é o propósito de quem faz uma pesquisa etnográfica. O pesquisador só atinge tal propósito se fizer um estudo exaustivo e aprofundado dos sujeitos, da teia de suas relações e do contexto em que vivem seu cotidiano; para tanto é indispensável sua imersão no contexto sociocultural dos sujeitos da pesquisa.

Fundamentada em uma observação sistematizada, a etnografia exige que o pesquisador saiba ver realmente tudo que está à sua volta. Ver, no sentido etnográfico, vai além da visão propriamente dita, alcança o âmbito de perceber o ambiente e as interações com todos os sentidos e apreendê-lo nas diversas dimensões possíveis. (SOUSA; BARROSO, 2008, p. 152).

No entanto, considerando que a estratégia indutiva – ou seja, aquela em que o caminho é construído no próprio andar da pesquisa – é constitutiva da pesquisa etnográfica e como o pesquisador não pode tudo ver, tudo registrar, a tudo atribuir a mesma importância, ele deverá ser guiado por seu quadro teórico de referência e por suas perguntas ou hipóteses de pesquisa. É no quadro de referência e nas perguntas de pesquisa que o pesquisador encontrará os critérios para orientar suas decisões sobre os aspectos centrais e os secundários da realidade que está investigando.

Tendo escolhido o campo a ser pesquisado, o pesquisador deve se munir dos instrumentos necessários à captação dos dados: o diário de campo (é consenso seu uso na pesquisa etnográfica), o gravador, a máquina fotográfica e/ou filmadora (embora não haja consenso sobre o emprego desses recursos, eles vêm sendo utilizados na pesquisa contemporânea como recurso complementar ao diário de campo).

Por essa razão, a pesquisa etnográfica implica diversas habilidades: de observação e de registro do observado, de descrição, de narração. Além disso, o pesquisador precisa saber se inserir no grupo a ser pesquisado e se relacionar bem com as pessoas, despido de seus preconceitos e de conhecimentos prévios sobre os pesquisados. Por fim, o pesquisador

precisa saber escrever.

Saber escrever é imprescindível quando se trata de apresentar um relatório que dê aos seus leitores uma visão fidedigna do contexto pesquisado e dos atores em suas atividades cotidianas. O pesquisador deverá redigir um texto cujas características se aproximem o mais possível das características do discurso científico das ciências humanas e sociais: estilo mais simbólico, polissêmico, com uso de metáforas e outras figuras de estilo, de modo a induzir diferentes possibilidades de interpretação pelo leitor.

Pesquisa social, observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa analítica, são termos utilizados por diferentes autores para designar a pesquisa etnográfica.

Da mesma forma que a pesquisa-ação, a pesquisa etnográfica tem suas contraindicações para trabalhos acadêmicos; Cozby (2003) aponta algumas dificuldades:

- a pesquisa de campo (por campo entenda-se o contexto pesquisado) é de difícil realização: a coleta de dados nem sempre pode ser programada em horários e locais convenientes;
- a pesquisa pode exigir um tempo bastante longo e o deslocamento do pesquisador para o local pesquisado;
- nesse tipo de pesquisa há frequente mudança nos padrões dos eventos, ao contrário, por exemplo, de um levantamento, cujo instrumento de pesquisa é planejado com antecedência, assim como sua aplicação;
- o processo de análise é bastante complexo: há necessidade de exame repetido dos dados, o desenvolvimento de hipóteses para explicá-los etc.

5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

São muitas as técnicas à disposição do pesquisador para a coleta dos dados necessários à pesquisa: observação, entrevista, questionário, análise de conteúdo, história de vida, sociometria, testes (psicológicos, de aptidão etc.).

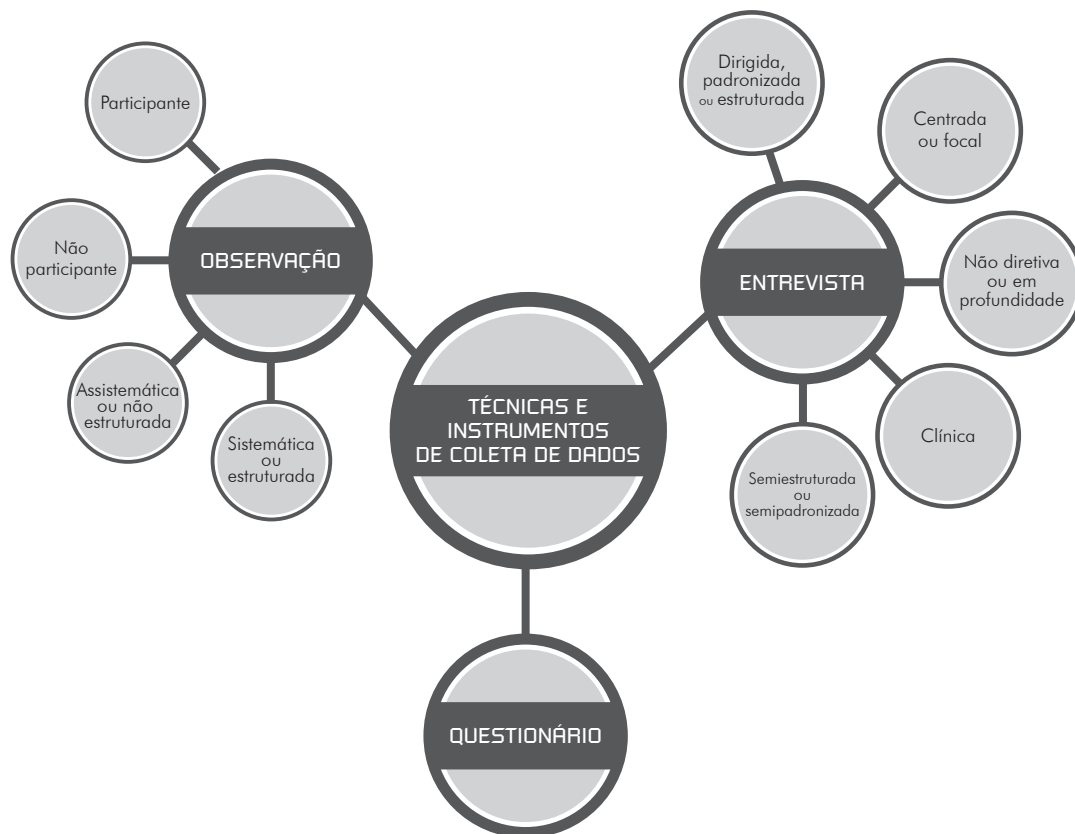
Essas técnicas recebem, por vezes, denominações diversas de diferentes autores. Referindo-se aos três grandes grupos de técnicas utilizadas nas ciências sociais, Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994, p. 143) citam: “[...] o inquérito, que pode tomar uma forma oral (a entrevista) ou escrita (o questionário); a observação, que pode assumir uma forma directa sistemática ou uma forma participante, e a análise documental”.

Laville e Dionne (1999), no entanto, classificam a pesquisa de opinião, a enquete,

a abordagem antropológica (observação participante), o estudo de caso e a história de vida como estratégias de pesquisa, reservando a expressão técnicas de pesquisa para o questionário, a entrevista e a observação. Becker (1999, p. 101-115), no capítulo em que examina a história de vida, a qualifica ora como método, ora como técnica; para Haguette (2003, p. 69-74), a história de vida pode ser tratada como uma técnica de captação de dados ou como documento.

Optou-se aqui por descrever a observação, a entrevista e o questionário por serem as técnicas mais comumente utilizadas na pesquisa social.

O esquema a seguir apresenta o conteúdo desta seção.



5.1 Observação

A observação, entendida como a “ação de considerar com atenção as coisas, os seres, os eventos”⁵, é um recurso usado pelas pessoas nas mais variadas situações da vida cotidiana. Como instrumento básico e amplamente utilizado na pesquisa científica, no entanto, a observação vai muito além de um olhar atento. Torna-se uma técnica usada pelo pesquisador para coletar os dados de

que necessita à medida que, além de servir a um determinado objetivo de pesquisa, seja sistematicamente planejada, metodicamente registrada e submetida a verificações e controles de validade e exatidão.

Como a maior parte das técnicas de pesquisa, a observação apresenta vantagens e limitações (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 90-91):

Vantagens da observação	Limitações da observação
Possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos	O observado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador
Exige menos do observador do que as outras técnicas	A ocorrência espontânea não pode ser prevista, o que impede, muitas vezes, o observador de presenciar o fato
Permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas	Fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador
Depende menos da introspecção ou reflexão	A duração dos acontecimentos é variável: pode ser rápida ou demorada e os fatos podem ocorrer simultaneamente; nos dois casos torna-se difícil a coleta dos dados
Permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou questionários	Vários aspectos da vida cotidiana, particular, podem não ser acessíveis ao pesquisador

Há diversos tipos de observação e respectivas metodologias; o pesquisador deverá escolher aquele que responde mais adequadamente ao seu objeto de estudo e aos seus objetivos de pesquisa.

5.1.1 Observação assistemática ou não estruturada

É a observação conduzida de forma mais livre, sem fichas ou instrumentos formais de registro, embora a fidelidade no registro dos dados observados seja critério inerente à pesquisa científica. As categorias com as quais o pesquisador opera ao conduzir a observação assistemática (também denominada espontânea, informal, ocasional) são amplas, abertas. Por isso mesmo é, em geral, utilizada em estudos exploratórios.

“O êxito da utilização dessa técnica vai

depender do observador, de estar ele atento aos fenômenos que ocorrem no mundo que o cerca, de perspicácia, discernimento, preparo e treino, além de ter uma atitude de prontidão.” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 91-92).

5.1.2 Observação sistemática ou estruturada

Sua realização requer, além de condições controladas, um cuidadoso planejamento e a elaboração de instrumentos para registro dos dados: quadros, escalas, fichas, dispositivos mecânicos etc. O pesquisador que faz uma observação sistemática deve ter clareza do que busca e daqueles aspectos dos fenômenos a serem observados que são os mais relevantes. Somente assim poderá “[...] preparar um plano bem determinado de observação: adaptado às circunstâncias

e ao objeto de estudo, esse instrumento vai permitir-lhe fazer uma ordenação dos dados antecipada dentro o fluxo de informações e selecionar as que são pertinentes.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 177).

Na observação estruturada todos os sujeitos da pesquisa são submetidos ao mesmo tratamento e o observador centra sua atenção a aspectos do contexto ou da situação em estudo “[...] explicitamente definidos e para os quais são previstos modos de registro simples, rápidos, que não apelam para a memória e que reduzem os riscos de equívoco.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 178).

5.1.3 Observação participante

Na observação participante o pesquisador deixa sua condição de espectador externo e passivo e passa a participar do grupo ou da comunidade que investiga. Na condição de participante do grupo ou da comunidade, “[...] tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária [...] do que o observador não participante.” (RICHARDSON, 2007, p. 261).

“Um pesquisador usa observação naturalística [assim denominada por alguns autores] quando quer descrever e compreender como uma pessoa vive em dado ambiente social ou cultural, como trabalha e experiencia seu ambiente.” (COZBY, 2003, p. 126).

A vantagem dessa técnica, tornando-se o pesquisador integrante do grupo, consiste no transcurso natural das atividades do grupo, na ausência de constrangimentos e inibições, ou de tentativas de “representar”. O uso da técnica é francamente desvantajoso, no

entanto, quando o pesquisador negligencia seus objetivos de pesquisa e deixa sua objetividade de lado ao registrar os dados, tomado por seu envolvimento emocional com o grupo.

5.1.4 Observação não participante

Neste tipo de observação, o pesquisador não se integra ao grupo; permanece em seu papel de expectador sem participar das atividades ou dos assuntos do grupo. Em geral munido de um roteiro de observação, permanece atento às ocorrências que lhe interessam, realizando uma observação ordenada e dirigida aos objetivos da pesquisa.

A técnica é tanto indicada para estudos exploratórios, como para estudos mais aprofundados.

5.2 Entrevista

A entrevista, uma técnica de pesquisa que possibilita uma estreita relação pesquisador-pesquisado,

[...] pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. (HAGUETTE, 2003, p. 86).

Assim como as demais técnicas de pesquisa, a entrevista tem vantagens e desvantagens. Suas vantagens são as seguintes:

- pode ser usada com qualquer pessoa;
- permite ampla flexibilidade para exploração mais completa das informações desejadas;
- capta imediatamente a informação desejada, pois a comunicação entrevistador-entrevistado é mais interativa;
- permite abordagem de temas complexos, ou de natureza pessoal, íntima e o aprofundamento de questões;
- faculta o confronto das respostas do entrevistado com sua realidade;
- permite correções, esclarecimentos, adaptações.

Como desvantagens podem ser citadas:

- é em geral limitado o número de sujeitos pesquisados;
- requer abordagem individualizada dos pesquisados tornando o processo dispendioso;
- exige preparo e habilidade do pesquisador na sua aplicação;
- há possibilidade de influência do pesquisador nas respostas do entrevistado, mesmo involuntária;
- exige um tempo maior para sua realização do que a resposta a um questionário, podendo ocasionar resistência à participação pelo entrevistado;
- possibilita a ocorrência de viés, cujas fontes podem ser: fatores externos (o próprio roteiro, fatos eventuais), ou decorrentes da situação interacional.

São vários os tipos de entrevista que podem ser empregados pelo pesquisador, conforme:

a) o grau de liberdade tanto para o entrevistador como para o entrevistado, em relação à formulação seja das perguntas, seja das respostas e

b) o nível de aprofundamento que se deseja das informações a serem obtidas.

5.2.1 Entrevista dirigida, padronizada ou estruturada

Nesta entrevista o pesquisador obedece a um roteiro previamente estabelecido, em geral com perguntas fechadas, que será seguido com todos os entrevistados selecionados. O propósito desse tipo de entrevista é obter dos entrevistados respostas que possam ser comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, cujas diferenças vão indicar as diferenças entre os pesquisados.

5.2.2 Entrevista semiestruturada ou semipadronizada

Essa entrevista é realizada a partir de um roteiro ou guia que abrange diversas áreas de tópicos que são apresentados ao entrevistado mediante questões abertas (exemplo: O que você acha ou pensa sobre a violência urbana?), respondidas por este pelo conhecimento de que dispõe no momento.

Além dessas perguntas, o pesquisador pode fazer questões “[...] controladas pela teoria e direcionadas para as hipóteses [...]”, cujo propósito é “[...] tornar o conhecimento implícito do entrevistado mais explícito.” (FLICK, 2004, p. 96). Um terceiro tipo de questões a serem utilizadas pelo pesquisador

são as questões confrontativas, cuja finalidade é confrontar criticamente as noções do entrevistado contidas em suas respostas com ideias concorrentes.

5.2.3 Entrevista centrada ou focal (focused interview)

A realização da entrevista compreende a apresentação inicial de um estímulo (um filme, por exemplo), após o qual o pesquisador busca detectar o impacto deste estímulo sobre o grupo de entrevistados, utilizando um guia de entrevista previamente elaborado.

A entrevista focal, também denominada guiada, tem sido usada predominantemente na pesquisa de marketing. Richardson (2007, p 212) assim a define:

[...] é utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência (exemplo, um filme, uma campanha social, um programa de televisão etc.) produzem mudanças nas pessoas expostas a ela. O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador.

Ao realizar a entrevista com o grupo, o pesquisador tem como principais tarefas impedir que participantes individuais dominem a entrevista com suas manifestações, assim como estimular os membros do grupo com comportamento mais reservado para participarem mais efetivamente, expressando suas opiniões.

Por haver entre os autores compreensões contraditórias sobre o que seja um grupo adequado, Flick (2004, p.126) alerta: “[...]

fica a critério de pesquisador utilizar de fato o método para decidir sobre a concepção ‘correta’, ou seja, aquela que se ajusta melhor ao objeto de pesquisa.”

5.2.4 Entrevista não diretiva ou em profundidade

A entrevista em profundidade busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, conhecer os pontos de vista subjetivos do entrevistado; o diálogo entre entrevistador e entrevistado é conduzido pelo primeiro sem estruturação do problema. As questões são organizadas para explorar um tema, aprofundá-lo, descrever processos, compreender o passado vivido pelo entrevistado, identificar problemas, padrões de comportamento, reunir elementos para a compreensão de uma situação ou de um problema.

A entrevista não diretiva ou em profundidade é recomendada para estudos exploratórios, cujo propósito é a busca de percepções, de conceitos dos sujeitos, e para estudos descritivos que mapeiam uma situação ou campo de análise. Não se presta, no entanto, para estudos causais que buscam estabelecer relações de causa e efeito.

5.2.5 Entrevista clínica

Este tipo de entrevista está orientado para a interpretação sociopsicológica da situação ou da personalidade dos sujeitos através de suas verbalizações.

Orientações para a realização da técnica da entrevista estão detalhadas no Apêndice C.

5.3 Questionário

O questionário será utilizado pelo pesquisador sempre que este tiver o propósito de descrever as características de um grupo social e de medir algumas de suas variáveis. O emprego do questionário seria equivocado, no entanto, se o pesquisador pretendesse fazer, por exemplo, uma reconstrução histórica, estudar um grupo determinado, ou fazer uma análise biográfica.

São três os objetivos que indicam o uso do questionário na pesquisa (HARVATOPOULOS; LIVAN; SARNIN, s.d.):

- estimar magnitudes: avaliar, por exemplo, o número de famílias que se encontram em determinada condição, ou as características de um grupo de mulheres para desenvolver uma campanha de prevenção do câncer de mama etc.;

- descrever uma população: ou seja, detalhar as características de um determinado grupo social, classificando os indivíduos que o constituem;

- verificar hipóteses: como, por exemplo, a hipótese expressa pela pergunta: é maior a incidência de câncer de mama entre mulheres fumantes? – tendo-se como pressuposto

que muitos fenômenos aparentemente correlacionados se explicam mediante uma ou mais variáveis.

O questionário, técnica de largo uso na pesquisa quantitativa, tem como vantagens a possibilidade de coletar dados de um grande número de informantes e abranger ampla área geográfica, de obter respostas com rapidez e precisão; além disso, proporciona maior liberdade nas respostas em razão do anonimato, bem como uniformidade na avaliação e rapidez no processamento dos dados.

Por outro lado, o uso do questionário também implica desvantagens: não pode ser aplicado a analfabetos, dificulta a resposta quando as instruções não são compreendidas pelo respondente, requer em geral um número restrito de questões e apresenta baixas taxas de devolução. Uma grande desvantagem reside no desconhecimento pelo pesquisador das circunstâncias em que o questionário foi respondido e de quem efetivamente o respondeu (no caso de questionários remetidos pelo correio ou por meio eletrônico), o que torna difícil o controle e a verificação.

5.3.1 A elaboração do questionário

O planejamento do questionário requer do pesquisador decisões sobre o conteúdo das questões e o tipo de questões a serem elaboradas. Quanto ao conteúdo, podem ser elaboradas perguntas sobre fatos ou ações (Com que frequência você vai ao dentista?) e sobre pensamentos, opiniões ou crenças (Você confia na justiça de seu país?), dependendo dos objetivos da pesquisa.

Quanto à forma das perguntas, estas podem ser abertas ou fechadas. As primeiras dão liberdade ao respondente de escolher o modo de formulação de sua resposta; já as perguntas fechadas fornecem certo número de respostas, cabendo ao respondente indicar qual resposta se aproxima mais do que faz ou pensa.

As perguntas fechadas admitem diversos tipos de formulação: respostas múltiplas (sim; não, ou várias respostas para assinalar uma); perguntas com escalas gráficas (as respostas expressam dimensões em termos de frequência, importância ou satisfação, de conformidade ou desacordo), ou uma escala de Likert.

A disposição das perguntas no questionário, longe de ser aleatória, deve obedecer a alguns critérios:

- perguntas fáceis no início, ou seja, questões pouco comprometedoras, amplas, que requerem pouca reflexão da parte do respondente;
- perguntas mais “delicadas” na sequência, ou seja, as que implicam algum compromisso do respondente referente a posições políticas ou ideológicas, à vida privada etc.;

- perguntas sociodemográficas (idade, sexo, grau de instrução, padrão salarial etc.) encerram o questionário.

O planejamento do questionário requer atenção ao agrupamento das questões em módulos (referentes às variáveis) e ao seu ordenamento que será definido pela lógica da investigação, evitando-se mudar frequentemente de assunto (o que pode desorientar o respondente).

Os seguintes erros na elaboração das perguntas devem ser evitados:

- perguntas demasiadamente amplas ou complexas: sua compreensão exige esforço do respondente;
- perguntas monótonas: todas perguntas do mesmo tipo podem cansar o respondente;
- perguntas com duplo sentido: apresentam duas proposições e exigem uma única resposta;
- perguntas com dupla negação: confundem o respondente;
- perguntas muito sutis: requerem conhecimentos superiores aos que são próprios da população estudada;
- perguntas imprecisas ou muito orientadas.

Outro cuidado importante no planejamento do questionário diz respeito ao seu *layout*, ou seja, à disposição das instruções, das perguntas e dos espaços para as respostas, aos cuidados tipográficos e estéticos, de modo a facilitar ao máximo sua leitura e compreensão pelo respondente.

O planejamento do questionário implica ainda decisões referentes à sua aplicação, que compreende as seguintes modalidades: envio

pelo correio ou pela internet, autoaplicação, aplicação a grupos de pessoas. Quando enviado pelo correio ou pela internet, o questionário deve ser acompanhado de carta (ou *e-mail*) ao respondente; nessa correspondência o pesquisador deve se apresentar e nomear a instituição a que pertence ou que representa, solicitar a participação do respondente e a razão de sua escolha, explicar a origem e a finalidade da pesquisa, além de dar garantias de sigilo e anonimato. No caso de questionários enviados pelo correio, um envelope endereçado ao pesquisador e selado para a resposta não deve ser esquecido.

Os eventuais defeitos na elaboração do questionário – referentes tanto ao tipo e conteúdo das questões, sua formulação e ordenamento, como à quantidade de questões e ao seu *layout* – podem ser detectados e corrigidos mediante a realização de um pré-teste.

5.3.1.1 O pré-teste do questionário

Pré-testar o questionário significa aplicá-lo a uma pequena população de características semelhantes àquela que constituirá a população da pesquisa. O pré-teste não se resume apenas à aplicação do questionário: é importante que os respondentes, após o preenchimento do questionário, sejam questionados quanto a (HARVATOPOULOS; LIVAN; SARNIN, s.d.):

- compreensão das perguntas, sua clareza e precisão;
- ambiguidades, conotações, duplos sentidos de palavras ou expressões;
- lógica e ordem das questões;

- complexidade das perguntas: uso de termos técnicos, de referências abstratas;
- possibilidade ou impossibilidade de respostas (socialmente inconfessáveis ou irracionais);
- influência de termos ou expressões com demasiada carga afetiva.

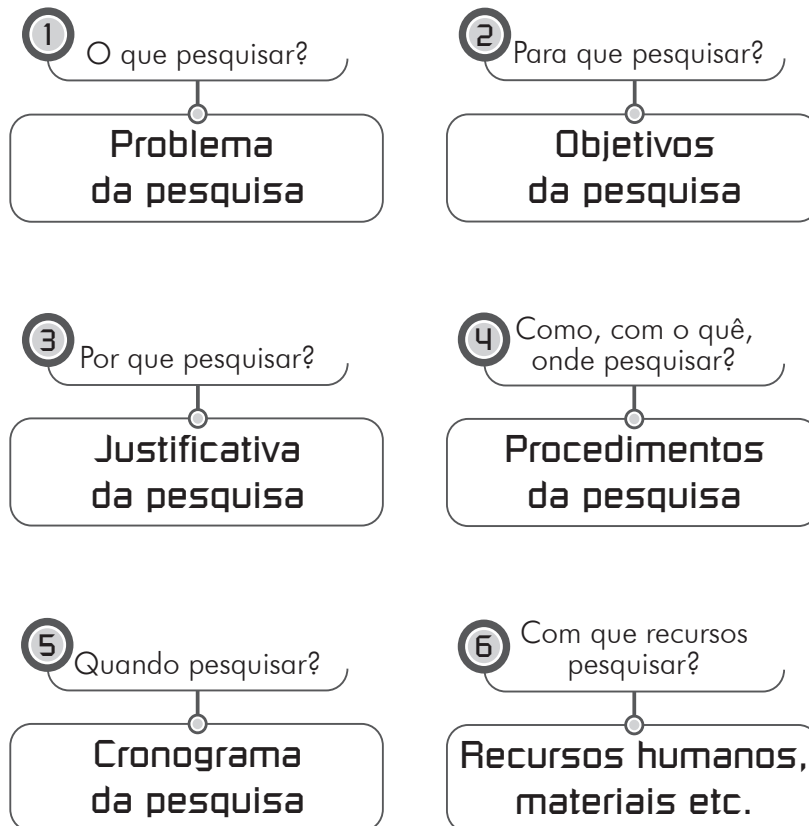
A necessidade e a utilidade do pré-teste residem na possibilidade de identificar e em seguida corrigir possíveis defeitos de sua elaboração: “[...] inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causem embaraço ao informante, se as questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas etc.” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 102).

6 ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA⁶

O planejamento da pesquisa, como já se afirmou, se concretiza mediante a elaboração de um documento denominado projeto de pesquisa.

Consultando-se autores como Rudio (1986), Köche (1999), Richardson (1985), Gil (1989), Laville & Dione (1999), Goldenberg (1997), constata-se que o modelo ou o roteiro de projeto de pesquisa, que cada um desses

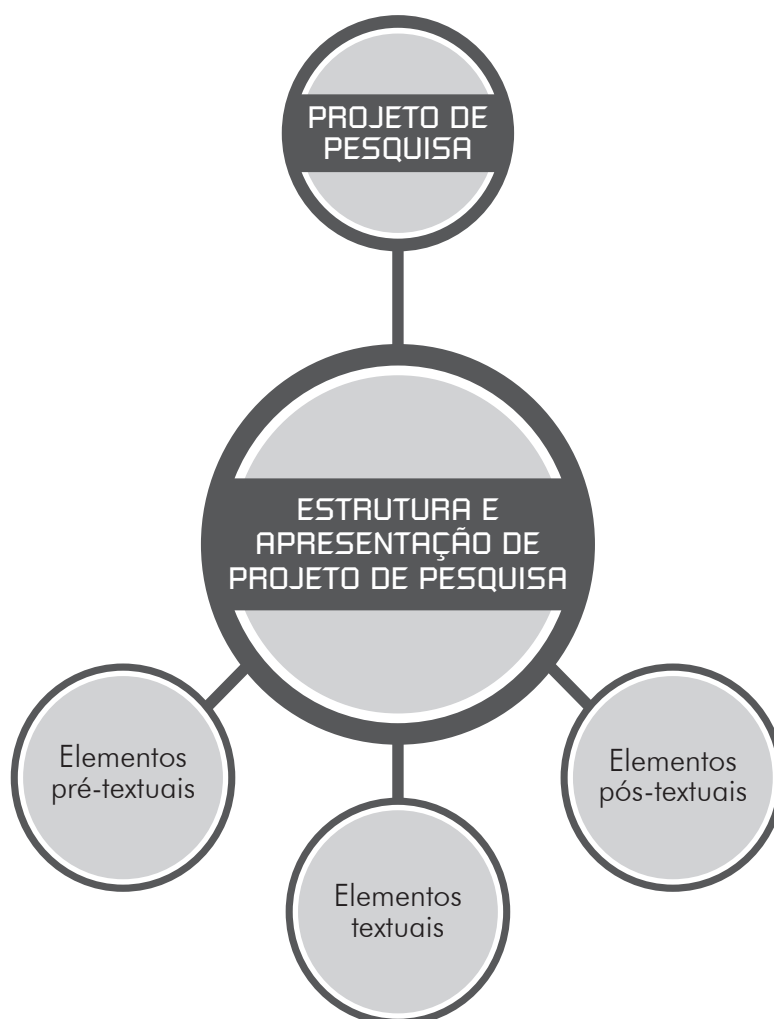
autores apresenta, difere, mais ou menos acentuadamente, dos modelos apresentados pelos demais. No entanto, ao analisar os diferentes modelos ou roteiros, verifica-se que, embora variando sua forma, todos eles preveem respostas para as seguintes perguntas: o que fazer? Por quê? Pra quê? Como e com quê? Onde e quando? Com que recursos?



Isso significa que o roteiro apresentado a seguir, cuja elaboração teve por base os roteiros de Rudin (1986) e Köche (1999), representa uma possibilidade de organização de um projeto de pesquisa, que será útil principalmente para o pesquisador principiante, mas que não deve

ser entendido como um receituário, pois, para quase tudo em pesquisa, não existem regras rígidas, receitas prontas a seguir.

O esquema a seguir apresenta o conteúdo desta seção.



6.1 Estrutura do projeto de pesquisa

Os aspectos formais da estrutura do projeto de pesquisa seguem as recomendações da ABNT NBR 15287:2005.

6.1.1 Elementos pré-textuais

Capa (elemento opcional) – a capa do projeto deve apresentar os dados a seguir, na sequência indicada: nome da entidade para a qual deve ser submetido, quando solicitado; nome de seu autor ou autores, centralizado no alto; no centro, o título da pesquisa e subtítulo, se houver, logo abaixo do título, precedido de dois pontos ou distinguido tipograficamente; ao pé da página, o local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado e o ano de entrega (Apêndice D – modelo de capa).

Folha de rosto (elemento obrigatório) – a folha de rosto deve apresentar os dados a seguir, na sequência indicada: nome do autor ou autores do trabalho, centralizado no alto; no centro, o título da pesquisa e subtítulo, se houver, precedido de dois pontos ou distinguido tipograficamente; nota indicando o tipo de projeto de pesquisa e nome da instituição a que deve ser submetido; ao pé da página, o local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado e o ano de entrega (Apêndice E – modelo de folha de rosto). O tipo de projeto de pesquisa e o nome da entidade a que é submetido são alinhados do meio da mancha para a margem direita.

Obs.: “Se exigido pela entidade, devem ser apresentados dados curriculares do(s) autor(es) em folha(s) distinta(s) após a folha de rosto.” (ABNT NBR-15287:2005).

Lista de ilustrações (elemento opcional) – relaciona as ilustrações – desenhos, esquemas, fluxogramas, fotos, mapas, gráficos, quadros

etc. – na ordem em que aparecem no texto, com o respectivo número da página.

Lista de tabelas (elemento opcional) – relação das tabelas apresentadas no texto, na ordem em que nele aparecem, com indicação do número da página.

Lista de abreviaturas e siglas (elemento opcional) – relação alfabética das abreviaturas e siglas que aparecem no texto com respectivo significado grafado por extenso.

Lista de símbolos (elemento opcional) – relação dos símbolos na ordem em que aparecem no texto, com respectivo significado.

Sumário (elemento obrigatório) – fornece a enumeração das principais divisões ou partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede, indicando o número da primeira página de cada parte; a subordinação dos itens deve ser destacada pela apresentação tipográfica utilizada no texto. Os elementos pré-textuais não devem constar do sumário. Sua organização obedece a ABNT NBR 6027. (Apêndice F – exemplo de sumário).

6.1.2 Elementos textuais

Os elementos textuais, ou seja, o conjunto dos textos que apresentam e descrevem os diversos aspectos do projeto de pesquisa, são assim resumidos pela NBR 15287:2005 (ABNT, 2005, p. 3):

Os elementos textuais devem ser constituídos de uma parte introdutória, na qual devem ser expostos o tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s), quando couber(em), bem como o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s) e a(s) justificativa(s). É necessário que sejam indicados o referencial teórico que o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua execução.

Esses elementos serão a seguir detalhados.

Introdução

A introdução tem a finalidade de apresentar o assunto ao leitor, dar-lhe uma visão geral do conteúdo do projeto.

Na introdução apresenta-se o tema central da pesquisa e seu contexto; destaca-se sua importância teórica ou prática e aponta-se a perspectiva sob a qual será tratado. Indica-se a importância e natureza da pesquisa, bem como suas limitações.

A introdução pode compreender ainda a justificativa da pesquisa (em alguns roteiros de projetos de pesquisa a justificativa constitui um tópico específico). A justificativa responde à pergunta: por quê se deseja fazer a pesquisa? Para tanto, deve esclarecer quais os motivos que justificam a pesquisa, sejam eles motivos de ordem teórica ou de ordem prática.

O conteúdo da justificativa pode se referir ao modo como foi escolhido o tema e como surgiu o problema da pesquisa; pode explicar a relação do problema com o contexto social e as possíveis contribuições da pesquisa para o conhecimento do fenômeno ou solução do problema; pode esclarecer os aspectos inovadores do estudo, se for esse o caso; pode ainda fazer considerações sobre a escolha do grupo de pessoas a ser investigado ou

do local onde será realizada a pesquisa. No caso de o projeto de pesquisa destinar-se à elaboração de dissertação de mestrado, é útil fazer referência à linha de pesquisa na qual o tema se insere.

Justificar é apresentar razões para a realização da pesquisa. Uma pesquisa pode ser justificada:

- por sua importância, podendo-se, para isso, recorrer aos seus objetivos,
- por sua oportunidade, mostrando as relações entre a pesquisa e determinadas circunstâncias locais/regionais existentes,
- por sua relevância para a área em questão,
- por sua viabilidade, como, por exemplo, baixo custo do projeto, fácil acesso a dados, experiência pregressa do pesquisador etc..

O problema da pesquisa

Nesse tópico responde-se à pergunta: o que fazer? Assim, é necessário descrever o problema da pesquisa, mediante a explicitação do quadro de referência teórico. Isto é, estabelecem-se as bases teóricas que orientarão o pesquisador ao longo da execução das diversas etapas do estudo e que, na verdade, se desenvolvem, se aprofundam, ou mesmo se reformulam ao longo de toda a pesquisa.

Um problema de pesquisa é formulado mediante a articulação ou a interação de diversos elementos, os quais explicitam a percepção que o pesquisador tem de uma determinada porção da realidade social a ser compreendida ou desvelada. Esses elementos – constitutivos da experiência pessoal –

consistem em uma mistura de conhecimentos e valores (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 89-96).

Aqui o pesquisador se valerá da revisão bibliográfica para, segundo Richardson (1987), abordar, entre outros aspectos, a relação do problema com o marco teórico e com pesquisas anteriores, questões alternativas possíveis de serem estudadas dentro dos limites do marco teórico e os acordos semânticos sobre os conceitos que serão utilizados. Em outras palavras, o pesquisador deverá explicitar os conceitos e as teorias que orientam tanto o planejamento como a condução da pesquisa.

As teorias são generalizações, porém de grande envergadura, como, por exemplo, a teoria das organizações, a teoria da gravitação universal, a teoria geral dos sistemas e inúmeras outras. Uma teoria tem valor explicativo: generaliza explicações tiradas de fatos que foram estudados para sua construção. Também tem valor analítico, pois o pesquisador a usa para o estudo de outros fatos ou realidades similares.

Os conceitos são “representações mentais de um conjunto de realidades em função de suas características comuns essenciais.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 91). A maioria dos conceitos representa realidades abstratas; na pesquisa têm um papel decisivo, pois, além de fornecerem as bases para a observação do que é relevante, orientam o pesquisador quanto às questões mais pertinentes a serem levantadas para a análise do fenômeno e quanto ao enfoque sob o qual conduzir sua pesquisa.

Se o pesquisador optar por trabalhar com hipóteses, estas deverão ser enunciadas em seguida à explicitação do problema, bem como operacionalizados os seus termos. Operacionalizar a hipótese significa transformar os conceitos nela contidos em fenômenos passíveis de observação; trata-se de definir a hipótese (seus termos) de forma que se possa verificá-la na prática.

Lembre-se: a investigação científica implica a escolha justificada, de uma perspectiva tanto teórica como prática, de conceitos e instrumentos de análise, seja do ponto de vista metodológico ou do conteúdo a que o tema e o problema se referem. Portanto, devem ser indicados os principais conceitos a serem utilizados, sempre em conformidade com os objetivos, isto é, deve estar claro o porquê da escolha desses conceitos.

Objetivos da pesquisa

Responde à pergunta: para quem se pretende pesquisar? Define-se o que se pretende alcançar com a execução da pesquisa, isto é, os objetivos da pesquisa, que podem ser divididos em gerais e específicos, a critério das necessidades do pesquisador, ou das características da pesquisa.

O objetivo geral, sendo uma formulação ampla, define o propósito do trabalho. Os objetivos específicos “operacionalizam”, ou seja, detalham o modo como se pretende atingir o objetivo geral.

Procedimentos da pesquisa

As perguntas que devem ser respondidas nesse tópico referem-se aos aspectos mais práticos da execução da pesquisa, ou seja: como fazer? Com quê? Onde fazer a pesquisa?

Deverão ser descritos os seguintes aspectos:

- a população que será investigada e suas características; caso o pesquisador opte pelo uso de amostra, deve ser justificada sua utilização, apresentando-se o modo como a amostra será selecionada;
- o campo ou local de realização da pesquisa;
- o tipo de pesquisa que será realizada;
- os métodos e as técnicas de pesquisa que serão utilizados;
- os instrumentos de pesquisa, bem como o modo como serão usados ou aplicados;
- o pré-teste dos instrumentos de pesquisa ou estudo-piloto.

Cronograma

A pergunta a ser respondida nesse tópico refere-se ao “quando fazer?” Um cronograma

é a “representação gráfica ou plástica das pretensões de um projeto, empreendimento, trabalho ao longo do tempo, destacando operações, objetivos, prazos e limites de cada etapa”⁷. Isso significa que o cronograma indicará quando cada uma das etapas da pesquisa será iniciada, bem como quando será terminada, estabelecendo, portanto, a duração total prevista para a realização da pesquisa.

Recursos

Responde-se nesse tópico à pergunta “com que recursos?” Deverão ser previstos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à execução da pesquisa. Esse item é opcional no projeto de dissertação.

Quanto aos recursos humanos, deverá ser relacionado o pessoal que atuará nas diversas etapas do trabalho, indicando sua qualificação e função na pesquisa; quanto aos recursos materiais, compreendem o detalhamento tanto do material de consumo que será utilizado (por ex.: papel, xerox, formulários etc.), quanto do material permanente (por ex.: computador, livros, instrumentos de medida etc.). Os recursos financeiros referem-se à previsão de despesas com material de consumo e material permanente, além das que forem necessárias ao pagamento de pessoal, se for esse o caso.

Não se deve descuidar dos aspectos normativos próprios de um trabalho acadêmico:

- use a NBR-6023 para registrar a documentação (bibliográfica e outra) que foi citada ou mencionada no projeto;
- lembre que a elaboração de citações deve seguir a NBR-10520.

6.1.3 Elementos pós-textuais

Referências

Compreende a relação, organizada segundo a ABNT NBR 6023, de todos os autores e fontes mencionados no projeto; é elemento obrigatório no projeto de pesquisa.

Por vezes, além das referências, é útil a inclusão de uma bibliografia sobre o assunto da pesquisa, indicando o conjunto das obras que serão utilizadas ao longo do trabalho, mas que não foram mencionadas no projeto de pesquisa.

Observação: Apêndices e anexos são elementos opcionais, cuja inclusão no projeto se justifica quando o autor dispõe de textos ou documentos que apresentam informações que complementam o projeto. Nos apêndi-

ces incluem-se textos ou documentos elaborados pelo autor; nos anexos, são incluídos textos ou documentos de outra procedência ou autoria. No caso de projetos de pesquisa, nos apêndices podem ser incluídos instrumentos de coleta de dados (por ex.: questionário, formulário, roteiro de entrevista ou de observação) e nos anexos, documentos de fontes diversas, tais como: mapas, plantas, organograma de uma organização, tabelas com dados estatísticos etc. Os apêndices e os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas seguidas por travessão e respectivos títulos (ex.: APÊNDICE A – Questionário da pesquisa; ANEXO A – Planta da área portuária de Itajaí).

Glossário (vocabulário agregado a uma obra, organizado em ordem alfabética) e índice são, igualmente, elementos opcionais.

6.2 Apresentação do projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa deve ser apresentado em papel branco, formato A-4 (21 cm x 29,7 cm), digitado e impresso na cor preta (outras cores podem ser usadas nas ilustrações).

Para digitação recomenda-se o espaçamento de 1,5 e a utilização de fonte tamanho 12 para todo o texto. Para citações longas, notas de rodapé, paginação, legendas, fontes de ilustrações e tabelas e tipo de projeto de pesquisa, recomenda-se espaçamento simples e fonte de tamanho menor. As citações com mais de três linhas são digitadas com recuo de 4 cm da margem esquerda. As referências ao final do projeto são separadas entre si por dois espaços simples.

Os títulos das subseções são separados do texto que os precede ou sucede por dois espaços 1,5.

As notas de rodapé são digitadas dentro das margens, sem espaço entre elas, separadas do texto por um espaço simples e por filete de 3 cm, a partir da margem esquerda. São alinhadas, a partir da segunda linha, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de modo a destacar o número que lhes corresponde.

Os indicativos de seções são alinhados na margem esquerda, precedendo o respectivo título, dele separados por um espaço.

Os títulos sem indicativos numéricos – listas de ilustrações, de abreviaturas, de siglas, de símbolos, sumário, referências, glossário, apêndice(s), anexo(s) e índice – são centralizados.

As folhas preliminares (pré-texto) do trabalho são contadas sequencialmente, a partir da folha de rosto, embora não sejam numeradas. A numeração (algarismos arábicos) aparece a partir da primeira folha da parte textual no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior. Havendo apêndice(s) e anexo(s), suas folhas são numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal. No caso de haver mais de um volume, a numeração das páginas é sequencial do primeiro ao último volume.

As abreviaturas e siglas, quando aparecem pela primeira vez no texto, devem ser precedidas pela forma completa do nome a que se referem.

A numeração progressiva das seções segue

as recomendações da ABNT NBR 6024 e as citações, da ABNT NBR 10520.

Quanto às ilustrações, qualquer que seja seu tipo, sua identificação aparece na parte inferior⁸, precedida da palavra que a designa (desenho, gráfico, quadro etc.) e seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e respectivo título e/ou da legenda (se houver), fonte consultada, notas e outras informações pertinentes à sua compreensão. A ilustração deve ser inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

As equações e fórmulas são destacadas no texto com o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes e outros); se necessário, são numeradas com algarismos arábicos colocados entre parênteses, alinhados à direita.

As tabelas, dispostas no texto o mais próximo do trecho a que se referem, têm sua elaboração padronizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1993).

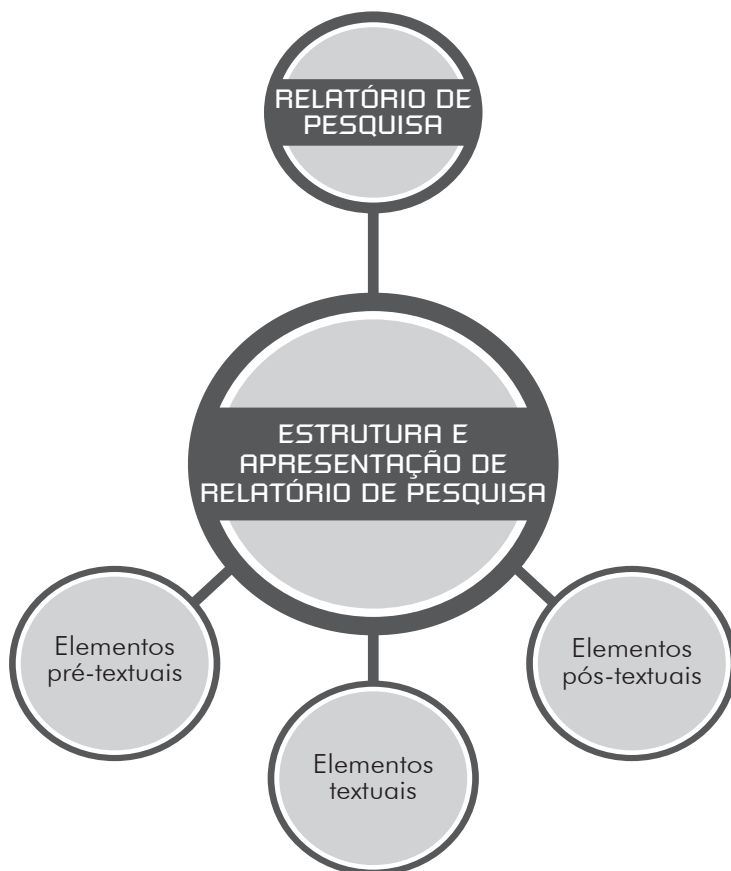
No Apêndice G o leitor encontrará um roteiro útil para a avaliação de projetos de pesquisa, que também poderá ser utilizado ao longo de elaboração do projeto como uma espécie de *check-list*.

7 ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA

Uma pesquisa só existe de fato com a publicação do respectivo relatório. O relatório de pesquisa corresponde, ao lado da consistência interna da própria pesquisa, a um dos aspectos fundamentais da produção científica: a forma adequada e convincente de sua apresentação.

Os aspectos formais referentes à estrutura e apresentação do relatório técnico e/ou científico – “documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica” – são definidos pela NBR 10719 de 2009.

O esquema a seguir apresenta o conteúdo desta seção.



7.1 Estrutura do relatório de pesquisa

A estrutura do relatório compreende os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

7.1.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais descritos a seguir, alguns obrigatórios e outros opcionais, devem ser apresentados na seguinte ordem:

Capa (opcional) – revestimento externo de material flexível ou rígido, contém nome e endereço da instituição responsável; número e ISSN (se houver), título e subtítulo (se houver) e classificação de segurança (se houver).

Folha de rosto (obrigatório) – contém os elementos essenciais à identificação do documento: nome da instituição responsável, que solicitou ou gerou o relatório; título e subtítulo (se houver) diferenciados tipograficamente; nome do(s) autor(es)/entidade(s) (título(s) e qualificação(ões) do(s) autor(es) ou sua(s) função(ões) podem ser incluídos, pois indicam sua autoridade no assunto); local da instituição responsável; ano da publicação, em algarismos arábicos. Outras informações podem ser incluídas na folha de rosto, se necessário: numeração do volume, quando o relatório for composto por mais de um volume; código de identificação, formado pela sigla da instituição, indicação da categoria do relatório, data, indicação do assunto e número sequencial do relatório na série; natureza, formada pelo título do projeto, programa ou plano; classificação de segurança (de acordo com a legislação vigente, órgãos públicos ou privados que desenvolvem pesquisa de interesse nacional de conteúdo sigiloso devem informar a classificação adequada).

Verso da folha de rosto (opcional) – relação da equipe técnica, colaboradores, coordenação geral, podendo incluir título(s) e qualificação(ões) das pessoas relacionadas, ou sua(s) função(ões); dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP), conforme o Cádigo de Catalogação Anglo-Americano vigente.

Errata (opcional) – lista das páginas e linhas em que há erros e respectivas correções.

Resumo na língua vernácula (obrigatório) – a elaboração do resumo segue as orientações da ABNT NBR 6028.

Lista de ilustrações (opcional) – relaciona as ilustrações – fotografias, desenhos, esquemas, fluxogramas, organogramas, plantas, mapas, gráficos, quadros etc. – na ordem em que aparecem no texto, com o respectivo número da página.

Lista de tabelas (opcional) – relação das tabelas apresentadas no texto, na ordem em que aparecem no texto, com indicação do número da página.

Lista de abreviaturas e siglas (opcional) – relação alfabética das abreviaturas e siglas que aparecem no texto com respectivo significado grafado por extenso.

Lista de símbolos (opcional) – relação dos

símbolos na ordem em que aparecem no texto, com respectivo significado.

Sumário (obrigatório) – fornece a enumeração das principais divisões, seções ou partes do documento, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede, indicando o número da primeira página de cada parte; a subordinação dos itens deve ser destacada pela apresentação tipográfica utilizada no texto. Os elementos pré-textuais não devem constar do sumário. Sua organização obedece a ABNT NBR 6027. (Apêndice F – exemplo de sumário).

7.1.2 Elementos textuais

A parte introdutória do relatório apresenta uma visão geral e sintética do que foi investigado, podendo abordar:

- os antecedentes ou origens do problema investigado e a situação atual,
- a abordagem adotada,
- os objetivos e questões ou hipóteses da pesquisa,
- o significado e a relevância da pesquisa, as razões que levaram à sua execução,
- a metodologia empregada: técnicas, procedimentos e instrumentos de coleta de dados e suas fontes,
- as dificuldades encontradas (se relevantes),
- o marco teórico em que se baseou a pesquisa,
- os capítulos constitutivos do relatório.

O desenvolvimento consiste na demonstração lógica da pesquisa realizada e compreende a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos. O pesquisador pode optar por dividir esta parte do relatório em seções (valendo-se de subtítulos), dependendo da natureza do problema, da metodologia adotada e das ramificações da análise. Os elementos teóricos podem fornecer os eixos organizadores da exposição dos dados colhidos, da demonstração e da discussão dos resultados.

O relatório se conclui com uma exposição clara e ordenada das deduções tiradas dos resultados do trabalho ou levantadas ao longo da discussão do assunto. É importante que as considerações finais ou conclusões:

- sejam precisas e pertinentes,
- reflitam as relações entre os dados examinados e os elementos teóricos,
- evidenciem os resultados alcançados e suas limitações,
- indiquem a aplicação dos resultados da pesquisa.

As conclusões podem ser complementadas por recomendações.

7.1.3 Elementos pós-textuais

Referências – conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual; as referências são elaboradas de acordo com a ABNT NBR 6023.

Apêndice (opcional) – inclui textos ou documentos elaborados pelo autor; é identificado

por letras maiúsculas consecutivas seguidas por travessão e respectivo título.

Anexo (opcional) – inclui textos ou documen-

tos de outra procedência ou autoria; é identificado por letras maiúsculas consecutivas seguidas por travessão e respectivo título.

7.2 Apresentação do relatório de pesquisa

Quanto ao formato, a NBR 10719:2009 recomenda: margens esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; espaçamento simples; paginação sequencial numérica em algarismos arábicos; fonte tamanho 12 e tipo da fonte padronizado para todo o relatório; fonte menor para legenda, fonte consultada, notas e outras informações necessárias à compreensão de ilustrações e tabelas.

As abreviaturas e siglas, quando aparecem pela primeira vez no texto, devem ser precedidas pela forma completa do nome a que se referem.

A numeração progressiva das seções segue as recomendações da ABNT NBR 6024 e as citações, da ABNT NBR 10520.

Quanto às ilustrações, qualquer que seja seu tipo, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra que a designa (desenho, gráfico, quadro etc.) e seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e respectivo título. Na parte inferior da ilustração devem ser indicadas: a legenda (se houver), a fonte consultada, notas e outras informações pertinentes à sua compreensão. A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

As equações e fórmulas são destacadas no texto com o uso de uma entrelinha maior

que comporte seus elementos (expoentes e outros); se necessário, são numeradas com algarismos arábicos colocados entre parênteses, alinhados à direita.

As tabelas, da mesma forma que as ilustrações, são dispostas no texto o mais próximo do trecho a que se referem; sua elaboração segue padronização da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1993).

○ pôster também é usado para sintetizar e divulgar resultados e dados relevantes da pesquisa.

○ Anexo H contém orientações para a elaboração de pôsteres.

NOTAS

- 1 Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0.
- 2 Vários autores, Yin (2001) e Becker (1999) entre eles, consideram o estudo de caso muito mais uma estratégia de pesquisa do que propriamente um tipo de pesquisa.
- 3 Embora não haja certeza sobre a invenção do processo da pesquisa-ação (TRIPP, 2005), Kurt Lewin – Professor titular de Psicologia da Universidade de Berlim, que deixou a Alemanha em 1933 fixando-se nos EE.UU, convidado pela Universidade de Stanford – é tido por muitos como seu criador. Seu interesse na relação entre justiça social e investigação rigorosa levou-o ao desenvolvimento de uma metodologia de investigação que chamou de pesquisa-ação.
- 4 Etnografia – Etno vem do grego *ethnos*, termo que designava os povos que não eram gregos, ou seja, os outros; grafia vem do grego *graf(o)*, significa escrever sobre. Etnografia é o “estudo descritivo das diversas etnias, de suas características antropológicas, sociais etc.”; “registro descritivo da cultura material de um determinado povo” (Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0).
- 5 Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0.
- 6 O texto do tópico “Estrutura e apresentação do projeto de pesquisa” reproduz, em suas linhas gerais, o capítulo 5 – “A estrutura do projeto de pesquisa” – da obra de Ferri, Leal e Hostins (2004). Seu conteúdo foi revisado e atualizado, incorporando as orientações da NBR 15287, publicada em 30 de dezembro de 2005.
- 7 Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0.
- 8 De acordo com a NBR 14724, que trata da apresentação de trabalhos acadêmicos, a identificação de ilustrações deve aparecer em sua parte superior.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999, p. 107-188.
- ANGOTTI, J. A. P.; AUTH, M. A. *Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação*. *Ciência & Educação*, v. 7, n. 1, p. 15-27, 2001. Disponível em: < <http://www.cultura.ufpa.br/ensinofts/artigo4/ctse-duca.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10719: apresentação de relatórios técnico-científicos*. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- BANKS, M. *Dados visuais para a pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CONTANDRIOPOULOS, A.P. et al. *Saber preparar uma pesquisa*. 2.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1997.
- COZBY, P.C. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERRARI, A.T. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- FERRI, C.; LEAL, E. J. M.; HOSTINS, R. C. L. *Pesquisa na universidade: elaboração de projetos e relatórios*. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 2004.
- FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FRANCO, M. A. S. *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf> >. Acesso em: 03

mar. 2011.

GEWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências Naturais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999, p. 3-106.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARVATOPOULOS, Y.; LIVAN, I. F.; SARNIN, P. *El arte de la encuesta: cómo realizarla y evaluarla sin ser especialista*. Madrid, Deusto, s.d.

IBGE. *Centro de Documentação e Disseminação de Informações*. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

KERLINGER, F.N. *Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEAL, E. J. M. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. *Contrapontos*, v. 2, n. 5, p. 227-235, maio/ago. 2002.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 137-155.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUNA, S. V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. de S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004. Disponível em: < <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/fulltexts/0169.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2010.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUSA, L. B.; BARROSO, M. G. T. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, v.12, n.1, p. 150-155, mar. 2008. Disponível em: <http://www.eean.ufrj.br/revista_enf/20081/25ARTIGO21.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2011.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

_____. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

TOGNETTI, M. A. R. *Metodologia da pesquisa científica*. Serviço de Biblioteca e Informação, IFSC-SBI. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.materiaprima.pro.br/extensao/pesquisa/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf. Acesso em: 20 mar. 2007.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf> >. Acesso em: 03 mar. 2011.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Parte 2

O Ensaio

INTRODUÇÃO

O ensaio, esse “gênero de alguma maneira indisciplinado” (Portella, 2000), é objeto da II Parte deste número dos Cadernos de Ensino.

É nosso propósito descrever as características do ensaio como gênero “de escrita” e oferecer indicações úteis àqueles que desejarem elaborar trabalhos acadêmico-científicos nessa modalidade. A tarefa parece não ser fácil, pois o ensaio, na opinião de muitos autores, é um gênero dos mais complexos, versátil, maleável, capaz de adaptar-se a novas formas de expressão embora conservando as características que lhe são próprias. “Impreciso e fugidio, o termo ensaio sempre apresentou diferentes acepções e nuances variadas.” (FRANCISCO, 2002, p. 26).

Ou, como esclarece Portella em sua conferência sobre o ensaio e sua trajetória no país, na Academia Brasileira de Letras:

O ensaio é um gênero múltiplo, dispõe de múltiplas facetas, mas está predominantemente localizado entre a literatura e a filosofia. Por que localizado entre a literatura e a filosofia? Porque há com ele um compromisso de pensar [...] E há um compromisso com o texto, com a qualidade do texto, sem o que não é ensaio. Pode ser uma monografia, pode ser um compêndio, pode ser uma exposição louvável, mas falta este toque imaginoso que só o ensaio tem. Logo, o ensaio é uma forma, uma forma não formal, que se identifica pelo vigor crítico e pela qualidade textual. (PORTELLA, 2000, p. 3).

Para bem descrever as características do ensaio como gênero, buscou-se apoio principalmente nos seguintes textos, entre outros: “*Teoría del ensayo*”, de José Luis Gómez-Martínez, “O ensaio como forma”, de Theodor Adorno, “Adorno e ‘O ensaio como forma’”, de Samon Noyama, e “A ensaística e o trabalho científico”, de Isidoro M. Alves.

1 O QUE É O ENSAIO?

O ensaísta é por definição o bom escritor.
Massaud Moisés

Deve-se a Michel de Montaigne (1533-1592) a criação do ensaio como gênero literário, assim como o emprego do termo para intitular sua obra – *Essais* –, iniciada em 1572 e publicada em 1580.

As origens do ensaio são possivelmente bem remotas. As características do gênero, afirma Menezes (2000, p. 19), podem ser reconhecidas em muitas obras do passado mais distante: “[...] a Poética, de Aristóteles, os Diálogos, de Platão, as Meditações, de Marco Aurélio, escritos de Sêneca, Plutarco, Cícero, as Confissões, de Santo Agostinho, e muitos outros.” No entanto, Montaigne é reconhecido como o criador do gênero em sua acepção moderna, marcada pela individualidade do homem moderno, distinta da “[...] individualidade clássica que desconhecera o relativismo que transborda os ensaios de um Montaigne.” (GRIPP, 2002, p. 15).

Etimologicamente, a palavra vem do latim – *exagium,ii* – que significa o ato de pensar, ponderar, avaliar (como se pode ler no Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0). De acordo com essa fonte, os significados do termo são diversos:

- avaliação crítica sobre as propriedades, a qualidade ou a maneira de usar algo; teste, experimento; tentativa, experiência;
- na rubrica música, teatro, refere-se à “mon-

tagem experimental de um espetáculo a portas fechadas, que vale como sessão preparatória à estreia para o público”;

- na rubrica fisiológica, diz respeito à “operação científica que visa analisar e descrever as propriedades físico-químicas de um corpo” e

- na rubrica literatura, o termo significa “prosa livre que versa sobre tema específico, sem esgotá-lo, reunindo dissertações menores, menos definitivas que as de um tratado formal, feito em profundidade”.

Tanto no francês (*essai*), como no italiano (*saggio*), no inglês (*essay*), no alemão (*Versuch ou Beitrag*), ou no espanhol (*ensayo*), o termo tem o mesmo significado.

A definição do ensaio como gênero, porém, não é questão pacífica, embora seja bastante aceito o reconhecimento de Montaigne como o autor que utilizou o termo pela primeira vez, e de sua obra como o paradigma do gênero. De fato, o conteúdo e a forma dos *Essais*, escritos com um estilo confessional, intimista, demarcaram as características do gênero até nossos dias. Montaigne assim o definiu ao escrever: “Eu sou a matéria do meu livro”, indicando que o ensaísta, com liberdade e na busca de um pensamento original, baseia seus escritos na reflexão que faz sobre o tema de sua eleição.

La obra de Montaigne era, en efecto, especial. Era especial en la forma y en el contenido, en el método y en los propósitos. Pero más importante todavía, introducía en primer plano el 'yo' en su creación artística. El mismo señala orgulloso su aportación: 'Los autores se comunican con el mundo en extrañas y peculiares formas; yo soy el primero en hacerlo con todo mi ser, como Miguel de Montaigne, no como gramático o como poeta, o como jurisconsulto'. (GÓMEZ-MARTINEZ, 1992, p. 6).

Poucos anos após a publicação dos *Essais*,

são publicados os primeiros ensaios de Francis Bacon (1597). As obras de Montaigne e de Bacon representam os fundamentos desse gênero literário, evidenciando uma notável peculiaridade: a identidade entre o ensaísta e seu ensaio, nas palavras de Gómez-Martínez (1992, p. 5), “el ensayo es inseparable del ensayista”. Por isso, fala-se de ensaístas e não deste ou daquele ensaio, afirma esse autor ao comparar dois ensaios, um de Montaigne (*Des menteurs*) e outro de Bacon (*Of Truth*), cujas peculiaridades estão sintetizadas no quadro abaixo.

<i>Montaigne - Des menteurs</i>	<i>Bacon - Of Truth</i>
Baseia-se em vivências	Baseia-se em abstrações
Caracteriza-se pela intensidade	Caracteriza-se pela ordem
É mais natural	É mais artístico
Enfatiza o individual	Enfatiza o prototípico
A intuição poética é dominante	A retórica é dominante

Os exemplos possibilitam perceber que o ensaio de Montaigne é marcado pela subjetividade e pela experiência pessoal, no qual o autor é o próprio objeto de reflexão. Ao passo que no ensaio de Bacon destacam-se a objetividade e a formalidade, o objeto se sobrepondo ao sujeito. “Esses dois tipos de ensaios deram origem a duas grandes tendências da elaboração de ensaios”, afirma Silveira (1991, p. 2) referindo-se também aos trabalhos dos dois ensaístas. Pode-se dizer que, enquanto o ensaio à Montaigne sempre foi mais próximo da literatura, o ensaio com as características dadas por Bacon se aproxima mais do ensaio de âmbito acadêmico.

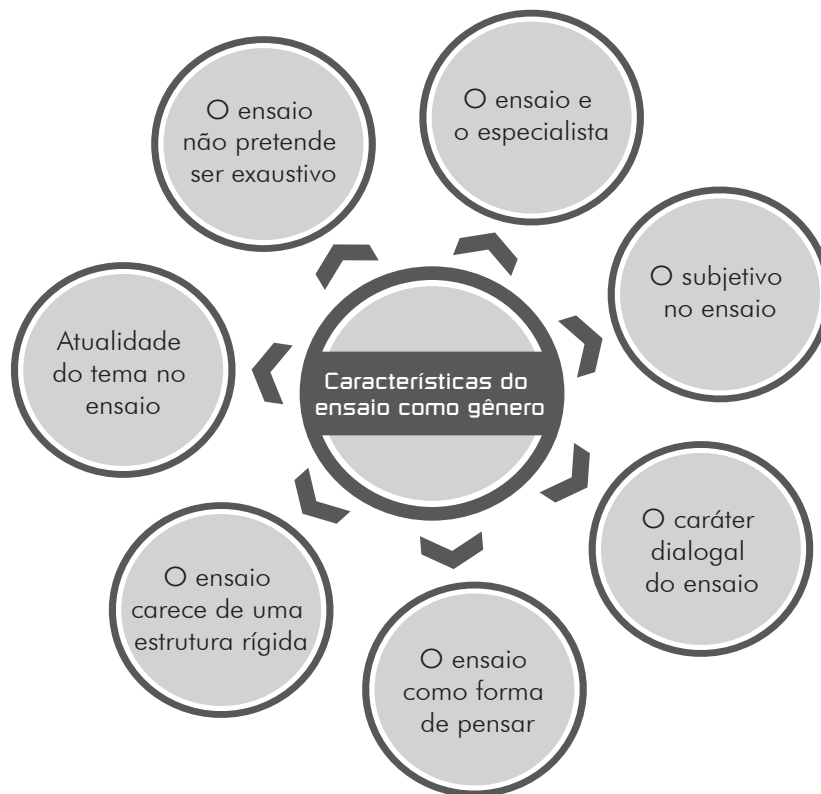
O ensaio tende a ser texto escrito, mais geralmente em prosa, cuja finalidade reside em propor questões e examinar aporias, sem uma organização preestabelecida e frequentemente com um caráter subjetivo, que recorre sem cessar a validações autorais (citações de clássicos literários e filosóficos). Todavia, em sua estrutura mais ou menos livre, o ensaio costuma configurar-se em seqüências explicativas próprias do discurso argumentativo. Tende também para uma modelização literária a partir de dissertações ou meditações filosóficas, bem como pode assumir intenções ou efeitos semelhantes àqueles do âmbito didático. Segundo a temática examinada, o ensaio pode ser de diversa natureza (literária, estética, filosófica, antropológica, política, etc.) e se distingue claramente do tratado ou manual de caráter expositivo [...] (MENEZES, 2000, p.19).

A subjetividade do ensaísta se expressa quando ele apresenta seu julgamento, sua reflexão sobre fatos presentes no contexto social, ou mesmo em sua própria vida, refletindo seu texto as circunstâncias de sua época. De certo modo, essa subjetividade se expressa também na despreocupação do ensaísta, ao descrever e analisar um assunto, em fundamentá-lo com documentos e provas, com a marca do científico.

A possibilidade de seu autor expressar tanto suas preocupações como sua personalidade é, portanto, uma importante qualidade desse gênero. Por outro lado, o ensaio permite tratar dos mais variados temas, nos “[...] mais diversos campos: literatura, filosofia, religião, história, medicina etc., não possuindo, conseqüentemente, uma única forma de expressão, sendo seu estilo bastante livre, flexível.” (GUERINI, 2000, p. 12).

2 CARACTERÍSTICAS DO ENSAIO COMO GÊNERO

Com apoio principalmente, ainda que não exclusivamente, na *Teoría del ensayo*, de Gómez-Martínez (1992), descrevem-se a seguir algumas das principais características do ensaio, representadas no esquema abaixo.



Atualidade do tema no ensaio

O ensaio é, comumente, uma reflexão sobre o presente, ainda que seu autor busque apoio no passado para melhor compreensão dos problemas contemporâneos; esta característica pode ser relacionada ao cunho comunicativo entre o ensaísta e seu leitor.

No ensaio, porém, o presente não se refere apenas aos fatos atuais, mas configura uma abordagem dos problemas humanos em face dos valores que identificam e diferenciam uma determinada época das que a precederam.

O ensaio não pretende ser exaustivo

O próprio significado de experimento, tentativa, experiência, contido no termo ensaio, remete a essa característica. Adorno (1986, p.179), em seu texto *O ensaio como forma*, diz que a quarta regra cartesiana – ‘fazer por toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais’ a fim de ‘não omitir nada’ – “corresponde à acusação que se faz contra o ensaio, a de que ele [...] não seria exaustivo [...]”. Para Adorno, porém, a descontinuidade é essencial ao ensaio, como também é descontínua a realidade.

Assim se diferencia, portanto, um ensaio de um tratado. Escreve ensaisticamente aquele que compõe experimentando; quem, portanto, vira e revira o seu objeto, quem o questiona, apalpa, prova, reflete; quem o ataca de diversos lados e reúne em seu olhar espiritual aquilo que ele vê e põe em palavras: tudo o que o objeto permite ver sob as condições criadas durante o escrever. (BENSE, 1947, *apud* ADORNO, 1986, p.180).

Tal característica do ensaio, longe de ser um defeito, é um de seus traços mais marcantes, de vez que o ensaísta se propõe a abrir novos caminhos e estimular sua continuação (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992).

Noyama (2009, p. 136-142), ao analisar “O ensaio como forma”, de Adorno, buscando a relação do ensaio (como tipo textual) com a forma de apresentação das ideias filosóficas, destaca os seguintes aspectos:

- a forma ensaística é pensada por Adorno como o estilo ou a maneira de fazer filosofia que, de uma maneira geral, exime o texto de cair nas tradições acadêmica e científica (dedutiva ou indutiva);

- o ensaio representa uma alternativa ao discurso científico porque abre a possibilidade do pensamento ir além dos limites estabelecidos pelo rigor da ciência;

- a relação do ensaio com a ideologia é aprofundada por Adorno quando afirma que o ensaio é a forma crítica por excelência; ele é a crítica à ideologia (ou crítica a uma ideologia hegemônica);

- o ensaio representa a totalidade da experiência do pensamento como atividade humana, contra a ideologia de que o conhecimento é construído por um rigor metodológico e pela concepção de verdade como algo acabado;

- o método ensaístico se opõe a uma das principais regras do método de Descartes, a que preconiza a necessidade da fragmentação do objeto no maior número de partes possíveis para reduzir sua complexidade e assim facilitar a compreensão do todo;

- o objeto, no ensaio, é pensado, desde o primeiro passo, com a complexidade que lhe é própria;

- a busca “[...] pela totalidade no ensaio reside na contradição entre parte e todo; e na impossibilidade de se seguir um método amarrado num único princípio [...]” (NOYAMA, 2009, p. 140);

- o ensaio se opõe também à última regra cartesiana, ou seja, à necessidade de fazer revisões completas e gerais, para evitar que algo escape ao pensamento; o ensaio exige deixar algo em aberto.

O ensaio e o especialista

A partir da constatação de que os ensaios, em geral, versam sobre algo já existente – o que é uma de suas características – e que, como já dito, não são exaustivos, lógico seria que estivessem na vanguarda de qualquer movimento. Gómez-Martínez (1992) esclarece, no entanto, que, enquanto cabe ao especialista investigar, ao ensaísta cabe interpretar, embora este também seja um especialista: é o especialista da interpretação.

El especialista comunica sus descubrimientos después de una rigurosa investigación y lo hace con el dogmatismo [...] de quien se cree poseedor de la verdad. El ensayista, por el contrario, siente la necesidad de decir algo, pero sabe que lo hace desde el perspectivismo de su propio ser y por lo tanto nos lo entrega no como algo absoluto, sino como una posible interpretación que debe ser tenida en cuenta. (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 21).

Como o valor do ensaio está antes no poder das intuições que se percebem e nas ideias que desperta no leitor do que na quantidade

de dados que apresenta, o ensaísta, consciente de sua limitação, não hesita em apresentar suas ideias no próprio processo de sua formulação – o que não significa que desconheça o assunto de que trata, nem que se limite ao plano das generalidades.

Caracterizam, portanto, a atitude do ensaísta o autoexercício de suas faculdades, aliado à liberdade pessoal e ao esforço para produzir um pensamento original, sempre em busca de uma perspectiva crítica que expresse sua recusa ao dogmatismo e ao autoritarismo (MENEZES, 2000).

Albert Einstein, lembrado como notável ensaísta, produziu seus melhores ensaios não sobre os fenômenos físicos – *On Education* é o ensaio citado por Gómez-Martínez (1992). Siqueira-Batista e Helayël-Neto (2008, p. 271) referem em sua resenha sobre a obra *Einstein e a educação*: “[...] Einstein também é reconhecido como notável humanista, construindo uma profunda reflexão sobre a “natureza” do conhecimento, a vida ético-política e os processos de educação.”

O subjetivo no ensaio

Do fato de o ensaísta tomar por objeto apenas os temas pelos quais se sente atraído, de expressar não apenas seus sentimentos, como também o processo de sua aproximação do conhecimento, decorre a subjetividade e o caráter confessional do gênero. No entanto, embora o ensaísta costume expressar o que sente, isso não significa que o processo de elaboração do ensaio ocorra à margem da razão, ou que seu autor não busque ser inteligível e convincente.

Como exemplo dessa característica, pode-se citar o ensaio “A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista”, em que Peter Burke menciona a insatisfação como o sentimento que o move ao iniciar seu trabalho, dizendo:

Quero adotar uma abordagem distinta neste ensaio. Meu ponto de partida é uma experiência pessoal, mas não acredito que ela seja peculiar a mim. Quando lemos as biografias do Renascimento, ao invés de apenas consultá-las em busca de informações ou citações, é difícil evitar uma sensação de estranhamento, um desconforto gerado pela frustração de nossas expectativas. (BURKE, 1997, p. 1).

Mais adiante, Burke afirma seguir os conselhos de Robert Darnton (historiador da cultura como ele), quando se vale da “sensação de estranhamento como ponto de partida para ‘captar a condição do outro’”. Indica a estratégia que seguirá no ensaio: após a revisão da “[...] ascensão da biografia na Europa do Renascimento, discutirei as regras contemporâneas do gênero e sua relação com a cultura mais ampla, para concluir com a análise de alguns poucos textos, com certo nível de detalhamento e – assim espero – com alguma profundidade.” (1997, p. 2). Neste trecho pode-se reconhecer uma característica distintiva do texto ensaístico: a marca pessoal, subjetiva – “podemos usar nossa sensação de estranhamento” –, a clara explicitação da opção do autor – “Esta será a estratégia adotada neste ensaio.” –, do seu gosto pessoal na abordagem do tema e na construção do texto, perceptível também quando diz: “[...] o contexto da biografia ao qual quero dar mais ênfase tem sido curiosamente ignorado pelos estudiosos.” (1997, p. 4).

Em outro texto, Burke (2010, p. 2) remete à questão do subjetivo ao apontar que, no ensaio,

[...] todas as nossas convicções são provisórias, todos os nossos escritos são uma forma de pensar em voz alta, todas as nossas figuras mentais são esboços carentes de infinita modificação. Montaigne, que escolheu como mote pessoal a pergunta “o que sei?”, encontrara a forma perfeita [...] para expressar sua particular visão de mundo.

No entanto, adverte o autor, o termo ensaio sofreu distorções, não da parte de seus criadores, mas de alguns de seus seguidores: “[...] passou a significar não somente um escrito de dimensões reduzidas, mas também um escrito ligeiro e possivelmente superficial, uma expressão de opinião que não se baseia em pensamento rigoroso nem pesquisa extensiva [...]” (BURKE, 2010, p. 2).

Apesar disso, Burke prevê um ressurgimento do ensaio, especialmente na história e nas ciências sociais, pois os trabalhos de Clifford Geertz na Antropologia, de Richard Rorty na Filosofia e de Carlo Ginzburg na História estão aí a demonstrar o valor do ensaio.

Ao discutir, do ponto de vista da Antropologia, o “modo ensaístico” de produção de texto científico como possibilidade criadora, Alves (2000, p. 14) aponta como característica do ensaio o fato de “[...] permitir maior liberdade conceitual e possibilitar um espaço mais amplo para o exercício criador e inovador, mesmo em áreas ‘não-literárias’.” Na defesa da utilização do texto ensaístico vai além de sua área:

[...] em quaisquer das áreas do conhecimento, mesmo aquelas como a física, a cosmologia ou a biologia, não há dúvida de que as

possibilidades de utilização das diferentes modalidades da escrita podem possibilitar efetivamente maior clareza e inventividade. Em muitos casos, a tradição canônica sempre espera uma demonstração “fechada” como num grande romance que não prescinde de uma chave final, sem o que se perde seu sentido. (ALVES, 2000, p. 16).

De todo modo, a subjetividade no trato do tema de escolha do ensaísta, assim como a intertextualidade e a flexibilidade formal e estilística constituem a essência dos ensaios,

[...] textos que caminharão sempre entre os rigores metodológicos de Bacon e a liberdade criativa e a simplicidade de Montaigne. [...] Após quatro longos séculos, o ensaio ainda pede, exige, que o ator se exponha, se mostre. É preciso que se esteja lá, no texto, ainda que o texto não trate de si. (FRANCISCO, 2002, p.25).

O caráter dialogal do ensaio

O ensaísta dialoga com o leitor. O ensaio apresenta, com frequência, um caráter conversacional, do qual não estão ausentes expressões coloquiais, pois seu autor expõe seus pensamentos, seus argumentos, à medida que os pensa e conforme são pensados. No ensaio o autor busca responder a um possível questionamento do leitor, antecipando suas possíveis perguntas sobre o assunto que seu texto procura esclarecer.

O caráter dialogal do ensaio é amplamente reconhecido: o ensaísta conversa com o leitor, indaga sobre suas opiniões e por vezes até finge as respostas que o leitor poderia dar.

No ensaio “A invenção da biografia e o in-

dividualismo renascentista”, Peter Burke (1997) interpela seu leitor em diversos momentos: “Mas como puderam os escritores do Renascimento ignorar a individualidade dessa maneira?”. No parágrafo seguinte: “O que pensavam os contemporâneos sobre a forma e a função do que nós chamamos de ‘biografia’?” e em seguida: “[...] o que essas ideias e pressupostos sobre a biografia nos dizem sobre suas visões do indivíduo, ou sobre toda a sua cultura?” (p. 2). Ao interpe- lar mais adiante novamente seu leitor com as perguntas: “[...] quem eram as pessoas cujas vidas eram consideradas tema apropriado para uma ‘biografia?’” (p. 4), “Mas o que exatamente era uma ‘biografia?’” (p.7), Burke as emprega para demarcar, por assim dizer, os tópicos dedicados a esclarecer tais questões.

Vê-se, então, que a pergunta retórica – a pergunta que não tem por objetivo obter uma resposta, mas provocar um efeito no leitor, ou disfarçar uma intenção – é um recurso estilístico apropriado ao ensaio. A pergunta retórica, como se viu no exemplo dado, representa um elemento de ligação para a argumentação que o autor fará em seguida.

Do caráter dialogal do ensaio segue-se que sua leitura não pode ser passiva, se considerarmos que tudo no ensaio parece provisório e sujeito à revisão. De fato, o ensaísta espera a participação ativa do leitor, exige que se detenha e reflita sobre as ideias que está apenas apontando. “*Por ello son frecuentes las ocasiones en que el ensayista interpela al lector*”, afirma Gómez-Martínez (1992, p. 34).

O leitor com o qual o ensaísta dialoga não pode ser entendido como uma pessoa deter-

minada, mas como integrante da “*generalidad de los cultos*”. O que implica dizer que o ensaio não é escrito na forma dialogal (forma em que personagens dialogam), pois nesse tipo de texto explicita-se a interpretação do autor (uma única), enquanto que o ensaio possibilita ao autor expor várias interpretações em distintos níveis implícitos em seu texto. Por essa razão, o ensaio abre seu raio de ação, pois, o “[...] *propósito del ensayo, incitar al lector a la meditación, se cumplirá independientemente del nivel de respuesta.*” (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 36).

O ensaio como forma de pensar

Em oposição à sistematização de um tratado, por exemplo, o ensaio deixa transparecer o processo de pensamento do ensaísta, o processo segundo o qual suas ideias são geradas. Essa espontaneidade característica do processo de escrever um ensaio é a consequência de uma profunda meditação, pois na escrita do ensaio coincidem a forma em que flui o pensamento e o desenvolvimento do texto. O que não impede, no entanto, que seja seguida por um reexame do já escrito, tanto para burilar o estilo, como para precisar as ideias e aprofundar o conteúdo.

A espontaneidade, no ensaio, não reside propriamente na essência do que é dito, mas no método e no caminho seguido. Em consequência dessa espontaneidade, o que domina no ensaio é precisamente a personalidade de seu autor, que aspira tão somente mostrar um caminho. Ainda assim, Gómez-Martínez (1992, p. 39) considera que o processo de escrever um ensaio compreende três etapas: “[...] *una preliminar en la que se medita sobre el tema a tratar; otra, la más*

fundamental, en la que se escribe el ensayo; y una tercera en la que se corrige y perfecciona lo ya escrito.”

O ensaio, ao contrário do tratado, tem a característica do fragmentário, nele seu autor persegue “[...] *sólo aquello que sabe que no podrá alcanzar plenamente[...]*”; do que decorre “[...] *que el valor de los ensayos sobreviva a la época que los vio nacer. Sólo lo que pretendió ser completo, caduca.*” (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 41).

O ensaio carece de uma estrutura rígida

A ausência de uma estrutura rígida é uma característica que distingue o ensaio da monografia, da dissertação, do artigo científico destinado a revistas especializadas. Essas formas da comunicação científica destacam o metódico, justamente o que, no ensaio, é secundário, eis que se opõe à liberdade criativa do escritor.

O ensaio se desenvolve por meio de associações, ou mesmo de intuições, em oposição, de certo modo, à ordem lógica do discurso científico, carente de valor estético, na visão do ensaísta. O cientista, ao estabelecer o propósito de sua pesquisa, está, em larga medida, vinculado aos ditames do método, deve segui-lo, pelo menos em seus procedimentos mais gerais. Diferentemente do que faz o cientista ao expor sua pesquisa, o ensaísta, com o objetivo de problematizar seu objeto de estudo, elabora reflexões sobre ele sem ter a pretensão de impor sua posição, ou de esgotar o tema. Isso não significa, no entanto, dizer que o ensaísta se mantenha distante do pensamento científico, ou que este lhe seja estranho:

Lo que sucede es que mientras para el científico lo estético es accidental, para el ensayista es esencial. El investigador busca como fin el exponer los resultados de su labor, por lo que subordina lo artístico a la rigidez del método, la claridad a la precisión técnica: su objetivo es la comunicación depositaria. El ensayista es ante todo un escritor y como tal busca la perfección en la expresión, contando con su propia personalidad para dar unidad a sus reflexiones[...] (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 43).

A subjetividade, já apontada como característica do ensaio, se contrapõe à objetividade do tratado, da tese, do texto científico, cujo ordenamento é externo, determinado pelo caráter da investigação e dirigido ao especialista. Francisco (2002, p. 24) assim explica tal oposição:

A liberdade para se tratar do tema escolhido foi, modernamente, um tanto quanto cerceada em prol da cientificidade que é exigida de um texto acadêmico. São teias formais que a era da ciência e da comprovação tenta impor para creditar valor às criações humanas.

3 O ENSAIO E A ACADEMIA

Inventa-se um mundo cada vez que se escreve.
Michel Maffesoli

Sem dúvida o ensaio não é o tipo de trabalho que goze de irrestrita acolhida no meio acadêmico. No entanto, há manifestações de diversos autores, como Adorno, que registram essa recusa, que a criticam, que a examinam e que apontam razões para admitir o ensaio como forma legítima de expressão do pensamento científico.

Adorno é o mais importante autor que, em “O ensaio como forma”, faz uma crítica vigorosa às restrições impostas pela academia a essa forma de escrita, especificamente no que respeita à apresentação das ideias filosóficas. Sua crítica, ao mesmo tempo em que aponta as objeções que são feitas ao ensaio, defende seu valor.

Na Alemanha, diz o autor, o ensaio, por evocar liberdade do espírito, provoca uma atitude defensiva da academia, que tem origem em suas próprias características. O ensaio é considerado um despropósito quando começa “[...] com aquilo de que quer falar; diz o que lhe ocorre, termina onde ele mesmo acha que acabou e não onde nada mais resta a dizer [...]” (ADORNO, 1986, p. 168). Ademais, é considerado ocioso o esforço do ensaísta que pretende desvendar o que a objetividade do discurso científico esconde.

Adorno – crítico da hegemonia da ciência diante da arte, uma decorrência do processo de objetivação do mundo – critica também a intensificação da relação da filosofia com a ciência, e de sua metodologia com o rigor e com as regras do discurso e do pensamento científico. Tal “[...] aproximação com a ciência criou um padrão para a apresentação das ideias que acabou por estabelecer limites às pretensões do pensamento filosófico, especialmente em relação à intenção de alcançar a verdade.” (NOYAMA, 2009, p. 138). Para Adorno é o ensaio a alternativa ao discurso científico, “[...] porque abre a possibilidade do pensamento ir além dos limites estabelecidos pelo rigor da ciência [...]” (NOYAMA, 2009, p. 139).

Adorno elenca aspectos em que o ensaio e o texto marcado pelo método científico divergem ou mesmo se contrapõem, notadamente quando se refere às regras do “Discurso sobre o Método” de Descartes. Entende que a segunda regra – a que se refere à fragmentação do objeto em partes para reduzir sua complexidade e facilitar a compreensão do todo – não tem a ver com o ensaio, que se produz na contramão desse processo. Diante do todo e de seus elementos, “[...] o ensaio se orienta pela ideia daquela ação recíproca [...]. Não se pode desenvolver os momentos

apenas a partir do todo, nem o todo a partir dos momentos.” (ADORNO, 1986, p. 178). Contra a terceira regra cartesiana – a que recomenda conduzir o pensamento dos elementos mais simples e facilmente conhecidos aos mais complexos – Adorno (1986, p. 178-179) afirma que

[...] contradiz brutalmente a forma ensaística, pois esta parte do mais complexo, não do mais simples [...] Se a ciência [...] reduz o difícil e o complexo de uma realidade cindida de modo antagônico [...] a modelos simplificadores [...] então o ensaio sacode a ilusão desse mundo simples, fundamentalmente lógico, que tão bem se coaduna à defesa daquilo que simplesmente já está aí.

Noyama (2009, p. 141) explica: “O ensaio principia da e na complexidade, começa pelo que tradicionalmente deveria ser um fim: tem início no cerne do problema; sua carta de apresentação é seu próprio nó.”

A quarta regra cartesiana, que prescreve a sistematização em enumerações completas e revisões gerais para nada omitir, segundo Adorno, “[...] corresponde à acusação que se faz contra o ensaio [...] de que não seria exaustivo [...]”. No entanto, a forma ensaística requer que algo fique em aberto, que haja uma tensão entre a exposição e o seu conteúdo, com a “[...] consciência de que forma e objeto não podem ser o mesmo, sequer iguais. Mas seu referencial teórico e histórico, os conceitos que nele aparecem e ainda o esforço de alcançar alguma objetivação aproximam o ensaio da ciência.” (NOYAMA, 2009, p. 142).

Tal característica do ensaio de deixar algo em aberto, apontada por Noyama (2009), é registrada por Ferraz Jr. (1997), em sua Apre-

sentação à obra de Norberto Bobbio, *Teoria do ordenamento jurídico*: “Seus escritos [...] são [...] peças que se encaixam sob a forma de reflexões analíticas que o nosso autor executa com maestria, conduzindo o leitor [...] **não a soluções, mas a perplexidades.**” (FERRAZ Jr., 1997, p. 8 – grifo meu).

“O ensaio como forma” de Adorno estabelece um paradigma ao fazer “[...] uma reflexão sobre o valor do pensamento, e da necessidade de sua autonomia política, ideológica e histórica, porque traz à tona a sanidade, a serenidade e a robustez do pensamento.” (NOYAMA, 2009, p. 146).

Ainda que Adorno reconheça que os “tempos que correm” (“O ensaio como forma” foi escrito entre 1954 e 1958) sejam desfavoráveis ao ensaio – na medida em que este “[...] se vê esmagado entre uma ciência organizada, na qual todos se arrogam o direito de controlar a tudo e a todos, ciência que exclui [...] o que não estiver adequado ao padrão de consenso [...]” – defende-o como forma de exposição do pensamento cuja “[...] mais intrínseca lei formal [...] é a heresia.” (ADORNO, 1986, p. 186-187).

Há entre nós ensaios de reconhecido valor e perfil acadêmico: *Os sertões*, de Euclides da Cunha, um dos mais influentes trabalhos de interpretação do Brasil, *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, obras de Gilberto Freyre, descritas por ele mesmo como ensaios, apesar de sua extensão (BURKE, 2001). Podem ser citados, ainda, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, um ensaio histórico, um “clássico de nascença” nas palavras de Antônio Cân-

dido; *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, sobre as origens do patrimonialismo no Brasil; a obra de Darcy Ribeiro sobre a formação do povo brasileiro; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, considerado entre os livros brasileiros mais importantes do século XX; e a obra de Anísio Teixeira de análise e interpretação do problema educacional brasileiro, e tantos outros.

Esses e outros ensaístas brasileiros – intérpretes do Brasil dedicados a decifrar a vida nacional em diferentes momentos de sua história – contribuíram, segundo Portella (2000), para levar a flexibilidade do ensaio à compreensão da História e das Ciências Sociais, no caso de Gilberto Freire, ou da Economia, no caso de Celso Furtado, que fez ver “[...] que o economista não é apenas um contador de luxo, mas sobretudo alguém que sabe que a economicidade é alguma coisa que nasce do encontro da História com a Política.” (PORTELLA, 2000, p. 8).

A leitura de alguns desses importantes ensaios certamente seria bastante instrutiva para todo aquele que quisesse ou precisasse produzir um ensaio acadêmico-científico¹. Para tal propósito também é possível encontrar em revistas acadêmicas e em coletâneas publicadas bons ensaios de menor extensão (como é sabido, os aprendizes dos grandes mestres da pintura aprendiam copiando suas obras, assim também se pode aprender a escrever ensaios observando como escrevem os bons ensaístas).

No texto “A ensaística e o trabalho científico”, Alves (2000, p. 14) discute “[...] o ‘modo

ensaístico’ de produção de texto científico como possibilidade criadora [...]”. Lembra inicialmente a semelhança entre as características do ensaio e da escrita antropológica, cujo conteúdo consiste de fatos descritos e interpretados de modo narrativo. Segundo ele, o diário de campo do antropólogo “[...] é o primeiro momento de experimentação da escrita [...]” No entanto, a “[...] etnografia resultante – aqui considerada a narrativa impressa – tem seguido os cânones estabelecidos para o chamado trabalho científico.” (p. 15).

De todo modo, intelectuais (integrantes da academia ou não), ao se valerem de ensaios para expressar suas reflexões sobre questões ou problemas contemporâneos relevantes, utilizam em suas produções não apenas sua capacidade reflexiva e interpretativa, como também seu conhecimento de mais de uma área da ciência, de vez que a produção ensaística, por não dispensar “o rigor lógico e a coerência de argumentação”, “exige grande informação cultural e muita maturidade intelectual.” (SEVERINO, 2000, p. 153).

No artigo “Uma contribuição para o estudo do ensaio científico avaliativo”, Regina Célia Pagliuchi da Silveira inicialmente considera que o discurso científico compreende tanto o discurso da descoberta – narrativo, produzido solitariamente pelo cientista na busca da solução para o problema que pesquisa – como o discurso da manifestação – que é social, produzido para dar a conhecer sua descoberta à comunidade científica. Isto posto, assim conceitua o ensaio científico avaliativo:

[...] é produzido pelo confronto de experiências conhecidas pelo ensaísta, sendo estas comparadas, apreciadas, julgadas e transmitidas à comunidade científica a fim de que esta mude de opinião e aceite o ponto de vista do escritor-cientista; este ensaio é formal e marcado pela personalidade de seu escritor. (SILVEIRA, 1991, p. 2).

O ensaio “acadêmico” ou teórico, produzido pelo “escritor-cientista”, não deixará, no entanto, de ter algumas das características próprias do gênero, sintetizadas nas próprias palavras de Montaigne; *“Reflexiono sobre las cosas, no con amplitud sino con toda la profundidad de que soy capaz, y las más de las veces me gusta examinarlas por su aspecto más inusitado.”* (Montaigne, *apud* GÓMEZ-MARTÍNEZ, p. 2).

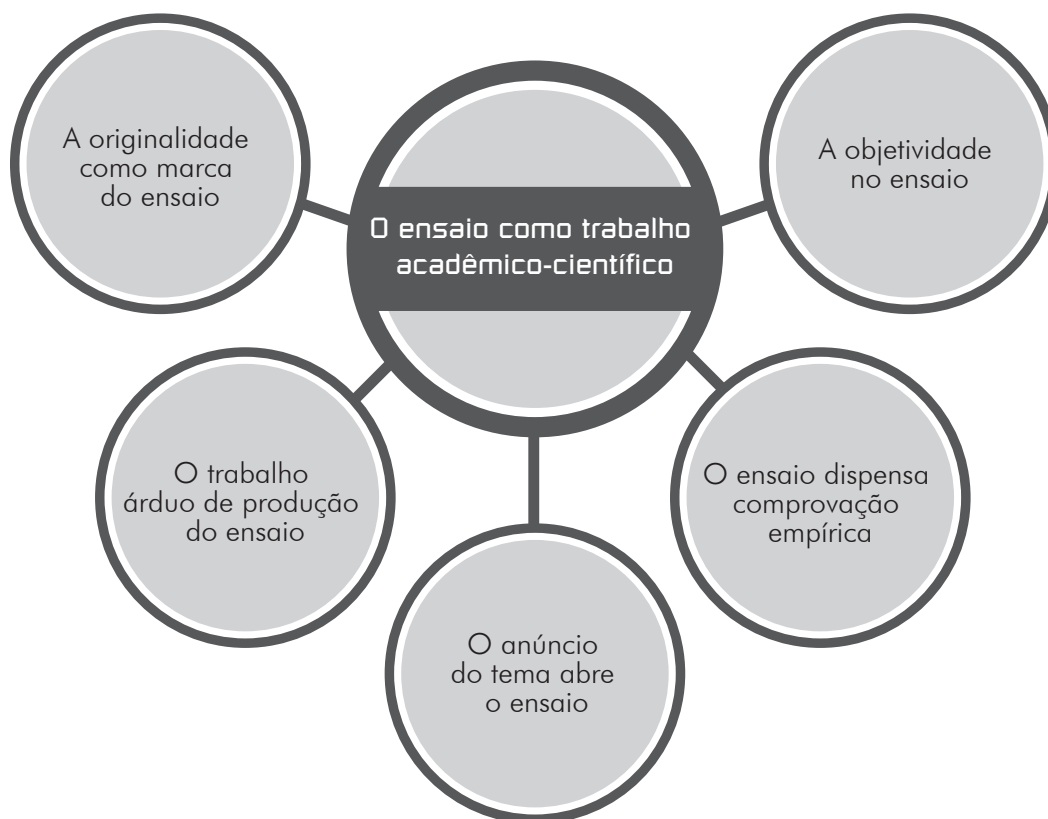
Assim, a escrita do ensaísta, liberada de amarras metodológicas, guiada frequentemente pela inspiração, temperada, porém, pela experiência e pelo conhecimento acumulado, transita por temas diversos, transgredindo as fronteiras disciplinares (tem-se um exemplo em Foucault que faz um percurso transversal da história para a psicologia e para a linguagem), dado que o compromisso maior do ensaio é com a liberdade, não tanto com a autoridade.

4 O ENSAIO COMO TRABALHO ACADÊMICO-CIENTÍFICO: aspectos a considerar

Para examinar alguns aspectos do ensaio como trabalho científico tomaram-se por base os seguintes textos: “O que é um ensaio-teórico?”, de Meneghetti (2011), “O ensaio como reflexão metodológica para o campo jurídico”, de Gabriela Maia Rebouças (2008), “O ofício do ensaísta”, de Sylvio

Lago Jr. (2000), “Pequenas notas sobre a escrita do ensaio”, de Antonio Marcos Vieira Sanseverino (2004), além de outros.

No esquema a seguir estão representados os aspectos que devem ser levados em conta na produção de um ensaio acadêmico



A originalidade como marca do ensaio

“A forma ensaística é a forma como são incubados novos conhecimentos, até mesmo científicos ou pré-científicos”, afirma Meneghetti (2011, p. 323).

Em relação à originalidade na argumentação, o ensaio tem como atributo sair da razão e da argumentação padronizada. A linha de raciocínio argumentativa não deve render-se ao mero formalismo da lógica tradicional. A compreensão dos argumentos precisa estar embasada em pressupostos válidos, verificáveis ou não, pois se somente os pressupostos verificáveis tivessem validade, o ensaio se reduziria à comprovação mecanicista da realidade. [...] Os argumentos são resultados da interação de sujeito e objeto, em que a lógica e as verdades são meios e não fins em si mesmos. (MENEGETTI, 2011, p. 324).

No ensaio, a originalidade requer esquivar-se do padronizado, do já consagrado. No entanto, afirma Perissé (2011, s/p), o paradoxal “[...] é que a arte de ser original, e, concretamente, de escrever de maneira original, consiste na capacidade de repetir o que alguém já disse, de renovar o que alguém já pensou, já expressou, e fazê-lo de uma forma reconhecidamente inédita”.

Para Meneghetti, a originalidade é a característica mais elementar do ensaio teórico, associada ao ineditismo. A originalidade tanto “[...] pode estar na argumentação, na escolha do objeto de análise, no recorte dado à análise, na abordagem epistemológica, na subversão da racionalidade dominante, relacionada ao tema. Em muitas situações, o ensaio está relacionado ao novo, ao eclético ou ao fora de padrão.” Quanto à originalidade da argumentação, há que encon-

trar novos elementos, abordagens ainda não tentadas, ou indícios que possam contribuir para modificar “[...] a compreensão qualitativa do objeto, contudo sem fazer do próprio argumento uma verdade em si mesma.” (MENEGETTI, 2011, p. 324).

Uma argumentação tem a marca da originalidade quando encontra elementos novos e distintos dos tradicionalmente apresentados, ou quando revela certa ousadia, expressa seja no controverso, na plausibilidade de uma hipótese inovadora, ou ainda quando se contrapõe ao senso comum. Por outro lado, o “[...] caráter de novidade do ensaio está [também] na sua forma. Ele não cria nada de novo, mas sempre revê o já existente, procurando um novo modo de abordá-lo.” (SANSEVERINO, 2004, p. 104).

Um exemplo de originalidade como “subversão da racionalidade dominante” pode ser encontrado na declaração de Raymundo Faoro, no Prefácio à segunda edição de *Os donos do poder*, em que o autor esclarece os caminhos que escolheu para sua análise: “As hipóteses e conjeturas, **em aberta rebeldia aos padrões consagrados**, inspiram-se no propósito de abarcar, num lance geral, a complexa, ampla e contraditória realidade histórica.” (FAORO, 2000, p. 1-2) (grifo meu).

A originalidade também pode estar no percurso que o autor decide imprimir a seu trabalho, como nos mostram as palavras de Norberto Bobbio, no “Prefácio para a edição brasileira” da obra *A teoria e as formas de governo*:

Para um curso de filosofia política, que deveria ter sido mais teórico do que histórico, decidi tomar um terceiro caminho: escolher como

objeto do curso um dos temas fundamentais, que chamei de ‘temas recorrentes’, da teoria política, e segui-lo de um autor a outro para captar-lhe o desenvolvimento interno através das afinidades e das diferenças, das persistências e das inovações. (BOBBIO, 1995, p. 4).

O trabalho árduo de produção do ensaio

A pressão por publicação posta pelas universidades e demais órgãos de controle (MEC, CNPq, Capes) “faz com que os pesquisadores procurem meios para serem cada vez mais produtivos. E [...] o ensaio parece ser o meio mais fácil.” (MENEGETTI, 2011, p. 323). Pode parecer que a elaboração de um ensaio seja um trabalho mais fácil de ser concluído do que, por exemplo, um artigo científico, justamente por este requerer a realização de uma pesquisa (experimental, empírica ou de outro tipo) e aquele dispensá-la.

No entanto, a elaboração de um ensaio teórico de qualidade demanda exigências rigorosas do ensaísta: maturidade teórica e capacidade analítica e crítica sustentadas por um repertório de conhecimentos de onde lhe seja possível extrair reflexões originais, criativas e sólidas.

Como o ensaio é considerado um discurso que se situa na interseção entre a teoria e a literatura, as exigências postas para quem pretende se iniciar no gênero incluem

[...] uma busca também estética no ensaio, pelo estilo, por algum perfume de poesia, pela

referência à metáfora que convida o leitor a se situar no limite da ficção. Esta preocupação estética do ensaio é mais uma nota de sua liberdade. Não se constringe numa disciplina nem pretende separar ciência e arte. O fato mesmo de sua inserção acadêmica já reflete seu hibridismo. (REBOUÇAS, 2008, p. 3202).

O ensaio, portanto, qualquer que seja sua feição (literária ou acadêmico-científica), requer importantes atributos do ensaísta:

[...] é de se lembrar que tanto o exercício da memória e do sentido de organização quanto o registro das leituras têm um peso considerável, tendo em vista que o ensaísta é um colecionador metódico de conhecimentos e fatos que serão por ele estudados. (LAGO Jr. 2000, p. 6).

Assim como Lago entende ser o ensaísta “um colecionador metódico de conhecimentos e fatos”, Clifford Geertz, no ensaio em que defende uma antropologia interpretativa, apresenta argumento semelhante: “Os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceituados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas.” (GEERTZ, 1989, p. 35).

O mergulho profundo de que Geertz nos fala não é senão o resultado da capacidade de interpretação do ensaísta – essa importante dimensão de seu trabalho de produção, pois “[...] o ensaio, seja de trinta páginas ou trezentas, parece o gênero natural no qual apresentar as interpretações culturais e as teorias que a sustentam [...]” (GEERTZ, 1989, p. 35).

O anúncio do tema abre o ensaio

O ensaio se inicia em geral com o anúncio do seu tema. Peter Burke abre seu ensaio, “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”, dizendo logo no primeiro parágrafo:

“O ponto de partida deste artigo é uma insatisfação com a visão tradicional sobre seu tema. Todos os estudiosos do Renascimento sabem que Jacob Burckhardt afirmou que no Renascimento ocorreu “um desabrochar do indivíduo”, e sabem que ele ilustrou sua afirmação com o fenômeno da ascensão da biografia (inclusive a autobiografia).” (BURKE, 1997, p. 1).

Como se pode ver, ao mesmo tempo em que Burke anuncia o tema de seu ensaio, comunica sua disposição (insatisfação) em relação à forma como o tema vem sendo tratado (“a visão tradicional”) – deixando implícito que a forma como vai abordá-lo será outra.

Howard Becker nos dá outro exemplo. Na abertura de sua obra *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*, sob o título “Introdução: Métodos de Pesquisa”, escreve:

Este volume contém ensaios que escrevi sobre o tema dos métodos de pesquisa em sociologia. Cada um deles se desenvolveu a partir da reflexão sobre as técnicas que eu havia utilizado em trabalhos de pesquisa e, deste modo, refletem minha visão geral de que metodologia é assunto de todos os cientistas sociais, em vez de ser uma área especial de conhecimento esotérico dominada somente por poucos especialistas. (BECKER, 1999, p. 9).

Além de anunciar o tema na primeira frase de sua obra, Becker esclarece a fonte das ideias

que desenvolve – a reflexão sobre as técnicas que utilizou em suas pesquisas – e que essas ideias representam sua visão sobre a metodologia da pesquisa. Note-se, ainda, que ele escreve na primeira pessoa do singular (não apenas na Introdução, mas ao longo de toda a obra), como Burke também o faz.

No primeiro parágrafo de “Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social”, seu autor anuncia: “Este ensaio sobre a inércia social brasileira se vale dessa nova historiografia [cujas características o autor apontou no parágrafo anterior] para formular algumas hipóteses sociológicas sobre o padrão de incorporação dos trabalhadores nos primórdios da ordem capitalista no Brasil.” (CARDOSO, 2008, p.71).

Iniciar o ensaio pelo anúncio do tema nem sempre constitui regra seguida. Há autores que preferem, por entenderem ser necessário, iniciar seu ensaio apresentando as motivações que o levaram a escrever sobre a temática que elegeram. Bruno Pucci, no ensaio “Iniciação científica: em busca da maioria prometida”, fala inicialmente de sua formação acadêmica e de sua atividade e experiências como docente e pesquisador que investiga problemas educacionais tendo como referencial teórico a Teoria Crítica da Sociedade. Após delinear sua trajetória, esclarece que a mencionou “[...] não para mostrar minha experiência de aproximadamente 20 anos de trabalho com graduandos iniciantes à pesquisa, mas para daí extrair alguns eixos de reflexão.” E passa a nomeá-los detalhando-os: a função do iniciante em pesquisa e suas possíveis atividades; a dimensão profundamente educativa/formativa presente no processo de aprendizado da pesquisa; a importância da participação do

orientando nas atividades de um grupo de estudos e pesquisa e da orientação colegial da que o grupo desenvolve em seus participantes. (PUCCI, 2005).

Por vezes, o ensaio se inicia pela exposição do contexto factual e/ou teórico em que o objeto de análise se insere, necessária para o adequado “enquadramento” da argumentação que o ensaísta desenvolverá. É o que faz Maria Luiza Belloni no “Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil”, em exposição de 4 páginas que abre seu texto, justificada no seguinte trecho:

Cabe lembrar o óbvio, como meio de sinalizar a perspectiva desta análise: as inovações educacionais decorrentes da utilização dos mais avançados recursos técnicos para a educação (o que inclui as Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC, mas também as técnicas de planejamento inspiradas nas teorias de sistemas, por exemplo) constituem um fenômeno social que transcende o campo da educação propriamente dita, para situar-se no nível mais geral do papel da ciência e da técnica nas sociedades industriais modernas. (BELLONI, 2002, p. 118).

O ensaio dispensa comprovação empírica

Muito mais do que evidências empíricas, o ensaísta se vale da cultura que acumulou, das leituras que fez ao longo do tempo na(s) área(s) de conhecimento de seu interesse, da capacidade de crítica que desenvolveu em relação às questões polêmicas presentes no(s) tema(s) de sua eleição, da habilidade analítica que lhe permite realizar uma interpretação correta e ao mesmo tempo inovadora de realidades contraditórias, de certo dis-

tanciamento crítico em relação ao tema que examina, notadamente quando encerra aspectos contraditórios, a fim de evitar conclusões óbvias ou apressadas (LAGO Jr. 2000).

Não se trata, porém, de negar a importância da evidência empírica na produção do ensaio; sua força, como já se afirmou, está na forma como os procedimentos são questionados. No ensaio, o empírico, como já foi previamente apreendido, é exposto à experimentação da razão do ensaísta.

O ensaísta pode ainda aventurar-se na compreensão do objeto por associações ou analogias, sem, contudo, render-se ao formalismo da técnica científica tradicional. [...] não desconsidera totalmente o empírico, caindo em uma metafísica sem sentido ou que nega a importância do real como elemento importante para a construção do conhecimento. Apenas o coloca em posição secundária, em face do movimento da razão para compreender o objeto já apreendido. (MENEGETTI, 2011, p. 327).

É da natureza do ensaio o abandono até certo ponto do já estabelecido e do sistema articulado, para estudar novas conexões possíveis para o conhecimento. Parece difícil, diz Sanseverino (2004, p. 102), “[...] entregar-se ao ensaísmo, arriscar-se a dizer uma inconveniência, sofrer a pressão de assumir uma atitude, talvez cometer um exagero ou desmedida, sair fora dos padrões estabelecidos em uma área de conhecimento.” No entanto, é essa atitude do ensaísta – “[...] a perda do apoio seguro do conhecimento solidificado ou do senso comum” –, segundo ele, que permite o movimento do pensamento.

“A atitude ensaística se caracteriza, além disso, pelo livre exame, pela reflexão, pela crítica, pela paciente investigação e pela elasticidade

mental do autor no exercício do compreender e do explicar.” (LAGO Jr. 2000, p. 6).

Ao interpretar e recriar – atos que caracterizam a produção ensaística –, o autor lança mão de seu repertório de conhecimentos teóricos para aprofundar sua reflexão sobre a realidade que examina. Ainda assim, o ensaio se diferencia “[...] do compêndio, da monografia, porque ele tem uma leveza – a sustentável leveza do ensaio.” (PORTELLA, 2000, p. 3).

Como exemplo do que está sendo dito, pode-se apontar a análise de Antônio Cândido, em seu Prefácio ao *Raízes do Brasil*, sobre as qualidades da obra e de seu autor:

Livro curto, discreto, de poucas citações [...] O seu respaldo teórico prendia-se à nova história social dos franceses, à sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos da teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nós. No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um rigor de composição [...] (CÂNDIDO, 1981, p. xii).

A objetividade no ensaio

Se o ensaio se caracteriza, como vimos, pela subjetividade, como se coloca a questão da objetividade no ensaio teórico?

Em 2004, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD - decidiu não premiar nenhum dos ensaios teóricos encaminhados ao seu Encontro anual. O Prof. Clovis L. Machado da Silva², seu Presidente na ocasião, assim justificou a decisão:

A maioria dos ensaios teóricos produzidos a propósito da perspectiva institucional de análise, no Brasil, são, pura e simplesmente, pseudo-ensaios teóricos. Usualmente são apressados, inconsistentes e superficiais. Contrariam a própria noção de que um ensaio deve resultar de um trabalho prolongado, profundo e criativo de reflexão sobre um corpo teórico à luz da observação sistemática da realidade. Um ensaio teórico deveria ser escrito apenas quando se alcançasse a maturidade intelectual para tanto, decorrência natural de muita reflexão e da realização de estudos, continuados e consistentes, em um campo do conhecimento. Ensaios teóricos precisam, necessariamente, oferecer alternativas originais e viáveis para a evolução dos estudos em determinada área. (MACHADO -DA-SILVA, 2004, s/p.).

O Presidente da ANPAD apontou, com muita clareza, os equívocos e insuficiências que tais “pseudo-ensaios teóricos” apresentavam:

- a) supersimplificação de conceitos fundamentais das ciências sociais;
- b) utilização reducionista de conceitos em decorrência de inadequada apreensão;
- c) interpretação equivocada da obra de autores relevantes;
- d) redução simplória de fenômenos sociais complexos a um único fator de base explicativa;
- e) conversação obscura entre teorias de diferentes bases ontológicas e epistemológicas;
- f) prescrição de base estritamente ideológica como fundamento da análise: como a realidade deveria ser independentemente de como é socialmente construída;
- g) limitação do plano de mera compilação simplificadora de abordagens já exploradas, com mais propriedade, em obras mais completas;
- h) não explicação das conexões relevantes do que se propõe no ensaio e das possibilidades

de realização de investigações teórico-empíricas, a partir das considerações nele contidas;

i) adjetivação derogatória, em lugar de argumentos científicos sólidos, que resultam de arrogância ingênua ou de propósitos não explicitados...(MACHADO-DA-SILVA, 2004, s/p.).

Por outro lado, critérios de objetividade estão sendo explicitados quando Lago Jr. (2000, p. 6) afirma:

[...] o ensaísta deve, naturalmente, esclarecer problemas, fixar distinções e paralelos, reexplicar conceituações e extrair de si e de outros autores as melhores visões, realizando interpretações à luz de uma ampla investigação, sem rigidez perceptiva ou precipitadas generalizações. [...] não precisa ter a objetividade de um redator de atas ou a exatidão de um guarda-livros, não obstante realizando interpretações objetivas dos fenômenos que analisa.

Vejamos como é coincidente a compreensão desses dois autores - Machado-da-Silva (MdS) e Lago Jr. (LJr) - sobre os atributos que conferem objetividade ao ensaio teórico. Enquanto o primeiro condena a supersimplificação e a utilização reducionista de conceitos, o segundo propõe ao ensaísta que se detenha no esclarecimento de problemas, no estabelecimento de distinções e paralelos, na explicação de conceitos, repetida se necessário. Enquanto LJr recomenda “extrair de si e de outros autores as melhores visões”, MdS adverte sobre os danos à objetividade do ensaio que resultam da falta de clareza de seu autor sobre “teorias de diferentes bases ontológicas e epistemológicas”. O ensaio teórico, para MdS, não pode se limitar à “mera compilação simplificadora de abordagens já exploradas”; LJr, por sua vez, enfatiza a ne-

cessidade de “interpretações à luz de uma ampla investigação” a fim de evitar generalizações precipitadas e para que, desse modo, o ensaio ganhe em objetividade.

Voltando ao conjunto dos equívocos apontados por Machado-da-Silva, pode-se supor, por contraste, que as leituras feitas ao longo da vida acadêmica, as reflexões intelectuais, o trânsito interdisciplinar, a experiência vivida, a cultura geral assimilada, constituem certamente o lastro que possibilita (dependendo de sua solidez e extensão até mesmo garante) a objetividade na produção (ou na escrita) do ensaio acadêmico.

É no estudo, na leitura e na escrita, de fato, que podem ser encontrados os meios de trabalho privilegiados do ensaísta que “[...] problematiza a escrita cada vez que escreve, e problematiza a leitura cada vez que lê, ou melhor, [o ensaísta] é alguém para quem a leitura e a escrita são, entre outras coisas, lugares de experiência [...]” (LARROSA, 2003, p. 108).

A própria prática do ensaísta está compreendida, sem dúvida, nesses “lugares de experiência”. Na já citada “Introdução: Métodos de Pesquisa”, Becker argumenta que os métodos de pesquisa que desenvolveu, por terem dado provas de seu valor para pesquisadores que se defrontavam com problemas semelhantes, levou-o a escrever sobre eles.

Assim, escrevi sobre estas idéias, e o processo de escrever, de tornar meus pensamentos públicos, me levou a torná-las mais claras e mais sistemáticas do que foram quando eram simplesmente minha solução *ad hoc* para um problema imediato. O caráter quase sistemático destes ensaios não deve induzir artificialmente o leitor a pensar que

as idéias neles contidas foram desenvolvidas de alguma maneira lógica antes de serem postas em uso. Foi exatamente o contrário que aconteceu. Eu desenvolvi a lógica depois do fato de sua utilização, de modo a tornar meus métodos mais inteligíveis e úteis para os outros. (BECKER, 1999, p. 13).

No ensaio, por outro lado, como afirma Meneghetti, os questionamentos são mais relevantes do que as conclusões, o “movimento permanente de reflexão, que se constrói a partir da relação dúvida, pergunta, reflexão, identidade, não-identidade e nova dúvida” é mais relevante do que a “formalidade da sistematização racionalizada”. “No ensaio é mais relevante estabelecer as dúvidas certas do que chegar às afirmações tidas como verdadeiras. A importância de estabelecer perguntas adequadas garante a relação dialética entre subjetividade e objetividade.” (MENEGETTI, 2011, p. 330).

Pode-se, novamente, recorrer à análise de Antônio Cândido sobre os recursos intelectuais e metodológicos usados por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra:

Raízes do Brasil é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários [...] nós vemos o pensamento do autor se constituir pela exploração de conceitos polares. O esclarecimento não decorre da opção prática ou teórica por um deles [...]; mas pelo jogo dialético entre ambos. A visão de um determinado aspecto da realidade histórica é obtida [...] pelo enfoque simultâneo dos dois; um suscita o outro, ambos se interpenetram e o resultado possui uma grande força de esclarecimento.

[...]

Trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo – são pares que o

autor destaca no modo-de-ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros. (CÂNDIDO, 1981, p. xiv- xv).

Lago Jr. (2000) refere, ainda, outros critérios ou qualidades do ofício do ensaísta, relacionados, como nos parece, à objetividade: a capacidade analítica regulada pela dúvida metódica, a recusa de conclusões fáceis ou óbvias, a veracidade das análises, o exercício da memória (e consequente valorização do registro de leituras), o livre exame, a crítica, o exercício constante de compreender, explicar e interpretar.

Confrontando a questão da objetividade na ciência e no trabalho de construção do ensaio, Meneghetti esclarece:

Enquanto a ciência introduz a condição da objetividade do início ao fim de uma pesquisa, o ensaio trabalha dialeticamente com a relação subjetividade-objetividade, em movimento permanente de afirmação e renúncia ao caráter afirmativo que o conhecimento pode adquirir no movimento do pensamento. (MENEGETTI, 2011, p. 329).

O comentário de Saldanha (1995, p. 7) sobre a obra *A teoria e as formas de governo*, de Norberto Bobbio, exemplifica de certo modo a objetividade no ensaio teórico: “[...] este rigor de expressão, que evidentemente corresponde a um rigor de pensamento [...] se acha presente em alguns de seus ensaios críticos mais interessantes [...]”. Vale citar ainda o comentário de Ferraz Jr. (1997, p.8) sobre o estilo do autor, na obra *Teoria do ordenamento jurídico*: “Um estilo [...] difícil de ser executado, pois requer finura de espírito, rigor de linguagem, disciplina de pensamento e um formidável acúmulo de informações”.

De todo modo, é problemática a relação entre subjetividade e objetividade no ensaio que pretende transitar na academia. Francisco (2002, p. 24-25) assim a expressa:

A liberdade para se tratar do tema escolhido foi, modernamente, um tanto quanto cerceada em prol da cientificidade que é exigida de um texto acadêmico. São teias formais que a era da ciência e da comprovação tenta impor para creditar valor às criações humanas.

Nada pode ser belo pelo prazer da beleza, nem leve pelo amor à leveza. Tudo há que ter um fim, um objetivo, uma utilidade. É claro que a imaginação e a criatividade ainda têm espaço no ensaio moderno – do contrário, esse teria se convertido em um texto dissertativo, o que não é o caso –, mas agora a subjetividade e a criação têm de negociar seu espaço com a forma e o rigor acadêmico, a fim de encontrarem um ponto de equilíbrio em que possam conviver pacificamente.

4.1 Há demanda para ensaios no universo das publicações acadêmicas?

Um levantamento informal, sem qualquer pretensão de rigor ou de completude, em sites de algumas publicações acadêmicas e de associações acadêmicas e respectivas chamadas para apresentação de trabalhos em encontros científicos, indicou que, sim, há demanda para a produção de trabalhos acadêmico-científicos na forma de ensaios.

A Revista Brasileira de Educação Médica, publicação oficial da Associação Brasileira de Educação Médica – ABEM, detalha as distintas formas de trabalhos ou manuscritos que aceita³ e relaciona, em primeiro lugar, “artigos originais” e suas diferentes modalidades: pesquisa (“artigos apresentando resultados finais de pesquisas científicas”), ensaios (“artigos com análise crítica sobre um tema específico relacionado com a Educação Médica”), revisão (“artigos com a revisão crítica da literatura sobre um tema específico”).

A Revista Educação & Sociedade, publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes, da Universidade de Campinas, nas instruções aos autores⁴, relaciona as “cate-

gorias de artigos” que publica: textos de pesquisa e ensaio, compondo as diferentes seções do periódico: Artigos, Revisão & Síntese, Análise das Práticas Pedagógicas, Formação de Profissionais da Educação, Debates & Polêmicas, Imagens & Palavras (incluindo resenhas). Na sequência das instruções, porém, só se refere a “artigo”.

Novos Estudos, Revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, define como seu objetivo a publicação de “artigos que tratam de temas das Humanidades, debates, entrevistas, resenhas e literatura escritos por autores brasileiros e estrangeiros”. Não há aqui referência a ensaios. No entanto, em seu número 80 de 2008, encontramos o trabalho de Adalberto Cardoso: “Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social”.

A Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)⁵, publicada pela Associação Brasileira de Enfermagem, define os tipos de trabalhos que recebe para as diversas seções que integram a revista: Editorial, Pesquisa, Revisão, Ensaio,

Reflexão, Relato de Experiência, Atualização, História da Enfermagem, Página do Estudante e Cartas ao Editor.

Já a Revista Latino-americana de Enfermagem, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, informa que publica prioritariamente artigos destinados à divulgação de resultados de pesquisas originais e revisões sistemáticas, ou integrativas, cartas ao editor e editoriais. Artigos originais são definidos como “[...] contribuições destinadas a divulgar resultados de pesquisas inéditas, que possam ser replicados ou generalizados e pesquisas interpretativas, assim como as formulações discursivas de efeito teorizador.” O trabalho “O ensino do controle de infecção: um ensaio teórico-prático”⁶ (vol. 11, nº 2, de março-abril de 2003) que “traz reflexões sobre questões relacionadas às medidas de prevenção e controle de infecção [...]”, como se pode ler em seu resumo, talvez seja um exemplo de “pesquisas interpretativas”.

A publicação trimestral Psicologia USP, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, publica artigos de reflexão e ensaios “que reflitam o amplo espectro das preocupações atuais dos pesquisadores e os debates mais significativos que se travam nas áreas de fronteira das ciências humanas e biológicas.”⁷

A Revista de Ensino de Engenharia⁸, publicação semestral da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, embora indique em “políticas de seção” apenas a publicação de artigos, vem publicando trabalhos que, às vezes apresentados por seus autores como artigos, têm características de ensaios. Como exemplos, podem ser citados “A perspectiva

social do desenvolvimento científico e tecnológico”, de Silveira, Pinheiro e Bazzo (2010, p. 4), que defendem a necessidade de “[...] reflexões mais críticas a respeito dos elementos que envolvem a ciência, a tecnologia e suas implicações no contexto social.” E ainda o interessante “Básia, Mediânia e Dífria: uma utopia do ensino de matemática em engenharia”, de Nelson Luís Dias, que discute diferentes níveis de habilidade matemática envolvidos nas atividades de engenharia valendo-se “de uma paródia, ou uma lenda, ou uma parábola”. (DIAS, 2009, p. 55).

A Revista de Nutrição, publicada pela PUC-Campinas, aceita trabalhos de diversas categorias, entre as quais estão os ensaios, assim caracterizados: “trabalhos que possam trazer reflexão e discussão de assunto que gere questionamentos e hipóteses para futuras pesquisas...”⁹

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, lançou em 2010 o “Concurso Nacional de artigos científicos ou ensaios teóricos sobre Educação para a Diversidade e Enfrentamento às Desigualdades no contexto brasileiro, valorizando a diversidade em suas múltiplas dimensões dentro e a partir da escola”¹⁰.

A revista Estudos Avançados¹¹, publicação quadrimestral do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), publica trabalhos sobre questões de relevância nacional e internacional e sobre temas de cultura humanística, científica e tecnológica. Os textos “Ciência e destruição” e “Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas” são exemplos de ensaios que a revista publica. No primeiro, seu autor, Carlos Malferrari (2010, p. 83), “vê a ciên-

cia como o longo esforço da humanidade para estancar o rio heraclitiano das coisas em perpétuo movimento”. No segundo texto, a relação entre nação e religião, no período que vai da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX, é discutida por seu autor (HAUPT, 2008).

A Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade¹², da UFSCAR, autodefinida como uma revista de orientação pluralista e interdisciplinar, publica trabalhos com contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas a Ciência, Tecnologia e Sociedade. Na seção Ponto de Vista publica ensaios; como exemplo pode ser citado o ensaio “Elementos para uma teoria crítica da tecnologia”, de Renato Dagnino (2009).

Também publicam ensaios as seguintes revistas: Revista de Gestão USP – REGE-USP, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, revista Ciência e Cultura da SBPC, Revista de Administração Contemporânea – RAC da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.

Publicações brasileiras de áreas diversas, portanto, publicam ensaios, trabalhos científicos cujas características os distinguem de, por exemplo, um artigo, uma resenha, um relato de experiência, um depoimento.

NOTAS

¹ No século XII, por exemplo, John of Salisbury ensinava explicitamente aos seus alunos que o segredo da filosofia e do escrever bem estava em ler os grandes mestres do passado e redigir como se os estivessem encarnando num novo contexto histórico. Mais do que meramente copiar, o escritor prestava uma homenagem ao imitado, dizendo, nas entrelinhas, que só o imitava porque nele encontrara um valor... inimitável. (PERISSÉ, 2011, s/p.).

² O professor Clovis L. Machado-da-Silva, falecido em junho de 2010, Presidente da ANPAD em diversos mandatos, foi incentivado da produção científica da área da Administração no Brasil, fundador e editor da RAC - Revista da Administração Contemporânea e da BAR - *Brazilian Administration Review*, e membro do Conselho Editorial de diversas revistas científicas nacionais e internacionais. Era pesquisador I-A do CNPq, Conselheiro no *Advisory Board* da University of Birmingham (Inglaterra) e Vice-Presidente da *Iberoamerican Academy of Management*.

³ <http://www.scielo.br/revistas/rbem/pinstruc.htm>

⁴ <http://www.scielo.br/revistas/es/pinstruc.htm>

⁵ <http://www.scielo.br/revistas/reben/pinstruc.htm>

⁶ <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n2/v11n2a17.pdf>

⁷ http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1977%3Arevista-psicologia&catid=64%3Arevistas&Itemid=81&lang=pt

⁸ <http://www.upf.br/seer/index.php/ree/about>

⁹ <http://www.scielo.br/revistas/rn/pinstruc.htm>

¹⁰ http://www.anped.org.br/docs/Edital_Artigos_2010.pdf

¹¹ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0103-4014&nrm=iso

¹² http://seer.ibict.br/inex.hp?option=com_mtree&task=viewlink&link_=1789&Itemid=109

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). *Theodor Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p. 167-187.
- ALVES, I. M. A ensaística e o trabalho científico. *Logos – Comunicação e Universidade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 14-17, 2º sem., 2000. Disponível em: < <http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos13.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2011.
- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BELLONI, M. L. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. *Educ. Soc.*, v. XXIII, n. 78, abr. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf> >. Acesso em: 28 abr. 2007.
- BOBBIO, N. *A teoria e as formas de governo*. 8. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1995.
- BURKE, P. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 1-14, 1997. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/211.pdf> >. Acesso em 10 mar. 2010.
- _____. Um ensaio sobre ensaios. *Folha de S. Paulo*, Mais!, 28 jan. 2001. Disponível em: < <http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/teoria/docs/ensaio> >. Acesso em: 17 ago. 2010.
- CÂNDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil [Prefácio]. In: BUARQUE DE HO-LANDA, S. *Raízes do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- CARDOSO, A. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos Estudos*, n. 80, p. 71-88, mar. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a06n80.pdf> >. Acesso em 13 abr. 2011.
- DAGNINO, R. Elementos para uma teoria crítica da tecnologia. *Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 3-33, jul/dez 2009. Disponível em: < <http://www.revistabrasileiradect.ufscar.br/index.php/cts/article/viewFile/63/2> >. Acesso em: 13 abr. 2011.
- DIAS, N. L. Básiã, Mediãnia e Dífria: uma utopia do ensino de matemática em engenharia, *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 28, n. 1, p. 55-64, 2009.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Globo: Publifolha, 2000. Vol. I.
- FERRAZ Jr., T. S. Apresentação: O pensamento jurídico de Norberto Bobbio. In: BOBBIO, N. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 7-18.
- FRANCISCO, D. L.. De Montaigne à modernidade. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.). *Ensaio em arte final*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2002. p. 22-26. Disponível

em: < www.letras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/ensaiosafinal-site.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2010.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, J. L. *Teoría del ensayo*. 2.ed. México: UNAM, 1992. Disponível em: < <http://www.ensayistas.org/critica/ensayo/gomez/ensayo1.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

GUERINI, A. A teoria do ensaio: reflexões sobre uma ausência. *Anuário de Literatura*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 8, 2000, p. 11-27. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewFile/5416/4778>>. Acesso em: 07 set. 2010.

HAUPT, H. G. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 77-94, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a06v2262.pdf>>. Acesso em 5 jul. 2011.

LAGO Jr., S. O ofício do ensaísta. *Logos – Comunicação e Universidade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 5-9, 2º sem., 2000. Disponível em: < <http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos13.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

LAROSSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003.

MACHADO-DA-SILVA, C. *Prêmios e Qualidade da Produção Científica na Área de Administração: o Papel das Divisões*

Acadêmicas da ANPAD. 2004. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/informe-se/noticias-academicas/premios-e-qualidade-da-producao-cientifica-na-area-de-administracao-o-papel-das-divisoes-academicas-da-anpad/1756/>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

MALFERRARI, C. Ciência e destruição. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 69, p. 79-84, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a05.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

MENEZES, E. D. B. de. A morte de João Ninguém, ao vivo, pela TV, no país do Mão Branca. *Logos: comunicação e universidade*, Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, v. 7, n. 13, p. 19-21, 2º sem., 2000. Disponível em: < <http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos13.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

NOYAMA, S. Adorno e “O ensaio como forma”. *Ítaca – Revista de Pós-graduação em Filosofia IFCS-UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 135-147, 2009. Disponível em: < <http://www.revistaitaca.org/versoes/vers14-09/135-147.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

PICCOLO, H. I. L. Os donos do poder, de Raymundo Faoro. *Cadernos IHU Ideias*, v.2, n.19, 2004. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1163186269.77.pdf.pdf>>. Acesso

em: 07 jun. 2011.

PORTELLA, E. O ensaio. [Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras em 10 de outubro de 2000]. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4268&sid=531&tpl=printerview>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

PUCCI, B. Iniciação Científica: em busca da maioria prometida. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo-RS, v. 12, n. 01, p. 78-90, 2005.

REBOUÇAS, G. M. O ensaio como reflexão metodológica para o campo jurídico. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 27., 2008, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador, 2008. Disponível em: < http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/gabriela_maia_reboucas.pdf>. Acesso em 02 ago. 2011.

SALDANHA, N. Notas para a edição brasileira. In: BOBBIO, N. *A teoria e as formas de governo*. 8. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1995. p. 7-11.

SANSEVERINO, A. M. V. Pequenas notas sobre a escrita do ensaio. *História Unisinos*, v. 8, n. 1, p. 97-106, jul-dez 2004. Disponível em: < http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/12historian10vol8_artigo06.pdf>. Acesso em 18 abr. 2011.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVEIRA, R. C. P. Uma contribuição para o estudo do ensaio avaliativo. *Revista Letras*, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, n. 2, jul./dez. 1991. Disponível em: < http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos_r2/revista2_5.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

SILVEIRA, R. M. C. F.; PINHEIRO, N. A. M.; BAZZO, W. A. A perspectiva social do desenvolvimento científico e tecnológico. *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 29, n. 1, p. 3-10, 2010.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; HELAYËL-NETO, J. A. Einstein e a educação [Resenha]. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, abr./jun. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022008000200016&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 15 set. 2010.

APÊNDICES

Apêndice A

Todo problema é um problema de pesquisa?¹

Nem todos os problemas com que nos deparamos se prestam necessariamente à pesquisa científica. Um problema de pesquisa supõe a possibilidade de buscar informações a fim de esclarecê-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou contribuir para sua solução.

Um problema de pesquisa, portanto, não é um problema que possa ser resolvido pela intuição, pelo senso comum ou pela simples especulação.

Consideremos os seguintes exemplos de problemas:

A	B
1 O fracasso escolar deixaria de existir se toda e qualquer avaliação fosse banida do ensino fundamental?	1 Quais as características que o fenômeno do fracasso escolar apresenta nas escolas da rede municipal de São João da Esperança?
2 Jovens negros devem ter acesso facilitado a vagas na universidade pública, em Santa Catarina?	2 Jovens negros concluintes do ensino médio têm acesso à universidade pública em Santa Catarina?
3 As empresas devem dispensar funcionários para melhor enfrentar períodos de recessão?	3 Quais as estratégias empregadas por empresas que ultrapassaram com êxito períodos de recessão?

As formulações que lemos na coluna A não caracterizam problemas de pesquisa, pois não cabe à ciência dizer o que deve ou não deve ser feito; além disso, o modo de sua expressão impede uma busca de dados, permite, no máximo, um levantamento de opiniões; no caso da primeira delas há ainda a agravante de remeter ao território da pura especulação.

Já as formulações que lemos na coluna B possibilitam que se verifique, por exemplo:

em 1: em que séries do ensino fundamental há maior incidência de reprovações? Como vem se comportando a taxa de fracasso escolar da rede municipal nos últimos anos? Que ações a Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo para reduzir o fracasso escolar? Quais os resultados dessas

ações nas escolas? Como os professores interpretam o fracasso escolar? Qual a origem social das crianças atingidas pelo fracasso escolar? Etc..

em 2: qual a proporção de jovens negros concluintes do ensino médio que prestam vestibular nas universidades públicas de Santa Catarina? Qual a situação socioeconômica das famílias dos jovens negros que prestam vestibular nas universidades públicas de SC? Dos jovens negros que prestam vestibular nas universidades públicas de SC, quantos são aprovados? Como se distribuem os universitários negros pelos diversos cursos das universidades públicas de SC? Qual a trajetória escolar dos jovens negros aprovados no vestibular nas universidades públicas de SC? Etc..

em 3: que estratégias as empresas X, Y e Z (identificadas como empresas que enfrentaram com sucesso a recessão) desenvolveram com relação a seu quadro de pessoal, durante períodos de recessão? Que tratamento foi dado aos investimentos durante esses períodos? Foram introduzidas modificações no processo de produção durante esses períodos? Quais? Com que efeitos? Etc..

Uma primeira preocupação do pesquisador será, portanto, a de se certificar de que o problema que enuncia – melhor dizendo, o primeiro esboço de suas intenções de pesquisa – representa um verdadeiro problema de pesquisa, ou seja, que sua proposição justifica ou requer a realização de uma pesquisa, ainda que essa primeira formulação não seja definitiva, pois está sujeita a retificações, ajustes, reorientações, eis que a dinamicidade é uma das características do processo de pesquisa.

NOTA

¹ Este texto foi retirado de: LEAL, E.J.M. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. *Contrapontos*, v. 2, n. 5, p. 227-235, maio/ago. 2002. p. 230-231.

Apêndice B

Aspectos do desenvolvimento do estudo de caso como estratégia de pesquisa

1 Fases do desenvolvimento do estudo de caso como estratégia de pesquisa

O estudo de caso como estratégia de pesquisa apresenta algumas vantagens importantes, a mais significativa das quais está na possibilidade de aprofundamento que oferece. Ao longo da investigação o pesquisador pode adaptar seus instrumentos de coleta de dados às especificidades das situações que surgem, modificar sua abordagem para explorar elementos não previstos. Os aspectos não previstos, por sua vez, podem sugerir ao pesquisador a necessidade de reexaminar questões teóricas, ampliando ou alterando seu quadro teórico com a incorporação de novos elementos.

É assim que um estudo de caso tem início comumente não com um plano de trabalho plenamente estruturado, mas com um plano aberto cuja definição mais precisa ocorre numa etapa posterior da pesquisa, conforme as etapas ou fases a seguir detalhadas.

1.1 Fase exploratória

A primeira fase do desenvolvimento de um estudo de caso é aberta, exploratória. O plano inicial do pesquisador é incipiente; vai se delinear mais claramente à medida que o estudo se desenvolve.

As questões iniciais com as quais o pesquisador se municia podem se originar:

- do exame da bibliografia pertinente;
- de observações ou de depoimentos de especialistas;
- do contato inicial com documentação existente;
- do contato com pessoas ligadas ao fenômeno estudado;
- da experiência pessoal do pesquisador.

Como o estudo de caso não parte de uma visão predeterminada (prévia) da realidade, a fase exploratória tem por propósito a definição mais precisa do objeto de estudo. Nesta fase, o pesquisador especifica as questões de pesquisa, estabelece os contatos iniciais para entrada em campo, localiza os informantes iniciais e as fontes de dados necessárias ao estudo.

No estudo de caso, como em toda e qualquer pesquisa, o domínio teórico do tema é de fundamental importância:

- nas fases iniciais da pesquisa garante a correta seleção das questões e dos dados a serem coletados;

- os elementos teóricos articulados pelo pesquisador funcionam como filtro da massa de dados, assim como fornecem os eixos para sua organização;
- são os elementos teóricos que garantem ao pesquisador tanto sua correta inserção na realidade como seu distanciamento crítico;
- o domínio teórico possibilita ao pesquisador a progressiva percepção de padrões que podem ou não confirmar suas suposições iniciais.

1.2 Fase de delimitação do estudo e coleta de dados

Nesta etapa do planejamento do estudo de caso, o pesquisador:

- detalha as proposições do estudo com base em questões teóricas (as quais vão apontar as evidências a serem buscadas);
- indica as unidades de análise, cuja apropriada seleção depende da correta especificação das questões de pesquisa (Yin, 2001);
- estabelece os contornos ou a delimitação do estudo, fazendo o "recorte" do real.

Tais procedimentos permitem ao pesquisador definir a estratégia de pesquisa em função do propósito do estudo (teórico/aplicado), das unidades de análise, dos critérios de seleção do caso, do uso de múltiplas fontes de dados.

No planejamento e realização da coleta de dados, com a finalidade de aumentar a qualidade do estudo, o pesquisador deve atentar

para o uso de:

- a) várias fontes de evidências, ou seja, evidências provenientes de duas ou mais fontes, mas que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas;
- b) um banco de dados para o estudo de caso, isto é, uma reunião formal de evidências distintas a partir do relatório final do estudo de caso;
- c) um encadeamento de evidências, isto é, ligações explícitas entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões a que se chegou. (YIN, 2001, p. 105).

Yin (2001, p. 105-119) aponta distintas fontes de evidências possíveis de serem utilizadas nos estudos de caso:

- documentação (atas, documentos administrativos, cartas, artigos publicados na mídia, relatórios escritos etc.);
- registros em arquivo (registros de serviço, dados organizacionais, geográficos, levantamentos como o censo, registros pessoais etc.);
- entrevistas (aberta, focada, semiestruturada, tipo *survey*); são consideradas relatórios verbais, sujeitos a problemas (preconceito, falhas de memória), por isso as informações que fornecem devem ser confrontadas com outras fontes;
- observação direta, que pode ser realizada mediante atividades formais de coleta de dados, com o uso de protocolos de observação, ou informais, realizadas durante visitas ao campo ou simultaneamente à realização de entrevistas);
- observação participante, em que o pesqui-

sador tem alguma função no contexto estudado, deixando de ser apenas um observador passivo;

- artefatos físicos ou culturais, tais como aparelhos, ferramentas ou instrumentos, obras de arte etc.

1.3 Análise das evidências

Por ser a análise das evidências “um dos aspectos menos explorados e mais complicados ao se realizar um estudo de caso”, Yin (2001, p. 131-157) dedica um capítulo ao assunto. Embora as técnicas para análise das evidências não tenham sido muito bem definidas, “[...] cada pesquisador deve começar seu trabalho com uma estratégia analítica geral – estabelecendo prioridades do que deve ser analisado e por que.” (YIN, 2001, p. 131).

O autor apresenta duas estratégias gerais (YIN, 2001, p. 133-134).

A primeira estratégia consiste em basear-se nas proposições teóricas estabelecidas no início do estudo, que possibilita manter o foco e estabelecer critérios para selecionar os dados, ajuda a organizar o caso e analisar possíveis interpretações alternativas.

A segunda estratégia analítica diz respeito ao desenvolvimento da descrição do caso: a elaboração de uma estrutura ou de um esquema descritivo é útil para organizar a análise e sistematizar o relato do caso.

2.0 relatório do estudo de caso

Por não seguir fórmulas ou roteiros predefinidos, o relatório do estudo de caso

exige considerável esforço do pesquisador (é possível mesmo que demande maiores habilidades redacionais do que relatórios de outros tipos de pesquisa).

Uma das primeiras preocupações do pesquisador é pensar no público a que se destina o relatório. Como resultado de um trabalho acadêmico, seja de conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação, o público principal é constituído pela banca examinadora à qual o trabalho será submetido. Nesse caso, o importante são as indicações dos cuidados metodológicos tomados durante a pesquisa, as questões teóricas que orientaram a busca das evidências que o estudante reuniu e o tratamento que lhes deu.

Quando o relatório precisa ser encaminhado a uma instituição financiadora da pesquisa, “[...] o significado das descobertas do estudo de caso, tanto em termos práticos quanto acadêmicos, é tão importante quanto o rigor com que a pesquisa foi conduzida.” (YIN, 2001, p. 162).

Por vezes, no entanto, além desse público principal, estudos de casos interessam às organizações, grupos ou comunidades que foram “sujeitos” da pesquisa; nesse caso, “[...] o mais importante são os elementos descritivos quando se relata alguma situação da vida real, assim como as implicações para a ação.” (YIN, 2001, p. 162).

2.1 Indicações para a redação do relatório

No relatório de um estudo de caso o pesquisador deve equilibrar e integrar a apresentação dos dados e a fundamentação teórica. Por outro lado, é preciso que no relato haja

clara separação entre as evidências recolhidas e as interpretações que o pesquisador elaborou sobre elas. O relato, portanto, deve permitir ao leitor acompanhar as inferências do pesquisador a partir das evidências que este apresenta.

Como nem tudo que foi reunido na etapa da coleta de dados pode ser aproveitado no relatório, selecionar os aspectos a serem incorporados ao relato nem sempre é fácil; embora a seleção seja redutora, é necessária, pois os estudos de caso padecem na maioria das vezes da desvantagem de serem extensos e volumosos.

Nos relatórios de estudos de caso as habilidades redacionais são decisivas, pois o caso, de fato, só passa a existir depois de escrito.

Yin (2001, p. 170-4) sugere seis estruturas para a constituição dos estudos de caso:

- estruturas analíticas lineares: compreendem a apresentação do tema e do problema, a revisão de literatura, os métodos utilizados, as descobertas feitas a partir da coleta e análise dos dados e, finalizando, as conclusões e possíveis implicações decorrentes das descobertas. Como se pode ver, representa um modelo padrão de relatório;
- estruturas comparativas: o mesmo caso pode ser repetido duas ou mais vezes a partir de pontos de vista diferentes, sempre com o propósito comparativo;
- estruturas cronológicas: quando o estudo trata de eventos ocorridos ao longo de um certo tempo, a sequência dos tópicos deve obedecer às fases iniciais, intermediárias e finais do caso;
- estruturas de construção da teoria: a sequência das seções obedece a lógica da teoria

que fundamenta o caso, em que cada seção desenvolve um argumento teórico;

- estruturas de "incertezas": invertem a abordagem analítica, apresentando os resultados do estudo na seção inicial; as explicações alternativas são apresentadas em seguida;
- estruturas não sequenciais: a ordem dos capítulos não tem especial importância; nesse caso importa, porém, a relação total dos dados, sua completude.

3 Estudo de caso : algumas fontes bibliográficas

BECKER, H.S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. Cap. 5.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994. Parte II, cap. 2.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 33-35.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979. Cap. 19.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. Parte IV, caps. 12 e 13.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Apêndice C

Anotações sobre a técnica da entrevista¹

A entrevista, uma técnica clássica para obtenção de informações – tanto dados objetivos como subjetivos –, é amplamente utilizada nas pesquisas de natureza social, seja na sociologia, antropologia, etnografia e educação, como na administração, psicologia, comunicação, pesquisas de mercado e de opinião.

Para que o pesquisador tenha êxito ao realizar suas entrevistas, é preciso uma preparação rigorosa prévia à realização da entrevista, que compreende: seu planejamento – orientado pelos objetivos da pesquisa – incluindo a organização do roteiro de questões; a escolha dos entrevistados e sua disponibilidade para dar as entrevistas; a antecipação de condições que favoreçam a fluidez da entrevista, entre outros aspectos.

Embora os tipos de entrevistas não sejam tratados aqui, pois já o foram no item 4.2 do corpo do texto, as orientações a seguir referem-se à entrevista semiestruturada, um tipo de entrevista bastante utilizado na pesquisa social, em razão da “[...] expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.” (FLICK, 2004, p. 89).

A entrevista semiestruturada, para ser bem conduzida pelo entrevistador, requer um

roteiro de questões-guia, cujo conteúdo corresponde aos seus propósitos da pesquisa, pois esse tipo de pesquisa “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

1 Passos para o planejamento e realização das entrevistas

Da mesma forma que para o processo global da pesquisa, também para a realização das entrevistas há necessidade de um planejamento minucioso, cujos principais aspectos são discutidos a seguir.

1.1 Seleção das pessoas a serem entrevistadas

É preciso que o pesquisador selecione as pessoas que detêm as informações mais relevantes do ponto de vista do problema e dos objetivos da pesquisa, não só quanto à familiaridade dessas pessoas com o tema, como também quanto à disponibilidade para serem entrevistadas.

De acordo com Thiollent (1981, p. 34), “a seleção das pessoas a serem entrevistadas intensivamente não obedece a regras mecânicas. [...] A seleção resulta de uma ava-

liação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas. Tal avaliação fica por conta da ‘intuição’ dos pesquisadores”. Trata-se, portanto, de uma seleção guiada por critérios do pesquisador, a qual vai incluir, dependendo dos objetivos da pesquisa, representantes de posições as mais diversas. Por exemplo, se o problema da pesquisa refere-se ao transporte urbano, usuários e não usuários, assim como representantes das empresas concessionárias e do poder público devem ser entrevistados.

A seleção dos entrevistados pode ter por critério a conveniência ou a viabilidade, ou seja, o pesquisador seleciona as fontes que estão próximas ou disponíveis (exemplo: escolhe alunos de cursos universitários da área da saúde, no intervalo das aulas, para coletar informações sobre suas expectativas em relação ao seu futuro profissional).

A seleção dos entrevistados pode ter por base a intencionalidade, nesse caso o pesquisador seleciona os entrevistados a partir de critérios derivados dos objetivos da pesquisa, tais como, expertise ou representatividade do entrevistado, a posição que detém num contexto particular – líder, participante ativo, *outsider* etc..

1.2 Elaboração do roteiro (plano) da entrevista

É indispensável o uso de um roteiro que guie a entrevista através dos tópicos principais a serem cobertos. As perguntas que constarão do roteiro surgem do problema/objetivo da pesquisa; os dados, as informações, porém, provêm dos entrevistados e essa é uma razão, entre tantas outras, que requer uma cuidadosa formulação das perguntas as quais

devem ser apresentadas da forma mais aberta possível. Mann (1983, p. 124) recomenda que o pesquisador, ao elaborar o roteiro, se coloque permanentemente no lugar do entrevistado, tentando imaginar como este se sentiria ao lhe serem feitas tais perguntas. Serão compreendidas pelos entrevistados? Poderão respondê-las? Serão respondidas adequadamente?

Ao elaborar o roteiro da entrevista, o pesquisador deve ter claro que tal instrumento não representa uma “camisa de força” para a condução da entrevista. As questões, seu encadeamento, apresentação e profundidade, são moduladas ao longo da entrevista pelo entrevistador, orientado por seu *feeling* em relação ao entrevistado – seus conhecimentos, sua disposição em participar da situação, a qualidade de suas respostas – e às circunstâncias da entrevista.

○ roteiro seguirá uma ordem lógica, bem como uma ordem psicológica, ou seja, deve-se cuidar

[...] para que haja uma sequência lógica entre os assuntos, dos mais simples aos mais complexos, respeitando o sentido do seu encadeamento. Mas atentará também para as exigências psicológicas do processo, evitando saltos bruscos entre as questões, permitindo que elas se aprofundem no assunto gradativamente e impedindo que questões complexas e de maior envolvimento pessoal, colocadas prematuramente, acabem por bloquear as respostas às questões seguintes. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 36).

○ número de questões para uma entrevista semiaberta não deve ser muito grande, pois cada resposta do entrevistado pode ser explorada pelo pesquisador, discutindo-as com

o entrevistado (mediante questões mais específicas) para aprofundar os aspectos mais pertinentes aos objetivos de pesquisa. Assim, é útil que o roteiro da entrevista relacione, para cada questão, os tópicos específicos que ela compreende. O equilíbrio entre a questão aberta e o tópico específico é assim detalhado por Flick (2004, p. 106):

[...] o entrevistador pode e deve decidir, durante a entrevista, quando e em que sequência fazer quais perguntas. Se uma pergunta, por acaso, já tiver sido respondida em passante e puder ser omitida, isso somente poderá ser decidido ad hoc. O entrevistador também enfrenta a dúvida quanto a investigar com mais detalhes e auxiliar o entrevistado em divagações e quando fazê-lo, ou, ao contrário, de quando retornar ao guia da entrevista nos momentos de digressão do entrevistado. [...] Essas decisões, que somente podem ser tomadas na própria situação de entrevista, exigem um alto grau de sensibilidade para o progresso concreto da entrevista e do entrevistado. Além disso, requerem uma boa visão geral daquilo que já foi dito e de sua relevância para a questão de pesquisa do estudo.

1.3 Previsão de data, horário e local da entrevista

As conveniências das pessoas a serem entrevistadas em relação à data, horário e local da entrevista sempre prevalecerão, devendo o pesquisador a elas se submeter, em qualquer caso, observando com rigor a pontualidade. Dependendo do tipo de entrevista e do tema, é importante a escolha do local, de vez que um ambiente calmo, isolado, sem interferências de terceiros, favorece o estabelecimento de um rapport positivo entre entrevistador e entrevistado.

1.4 Treinamento do(s) entrevistador(es) e testagem prévia do roteiro

Antes da realização da série de entrevistas previstas para a pesquisa propriamente dita, há necessidade de treinamento tanto do próprio pesquisador (se somente ele realizará as entrevistas), como do grupo de entrevistadores (se for o caso), como também de testagem do roteiro da entrevista. São entrevistadas poucas pessoas com características semelhantes às do grupo selecionado para a pesquisa. Em situação ideal, as entrevistas simuladas são gravadas (vídeo) e posteriormente analisadas pelo grupo em seus diversos aspectos: a introdução/o início da entrevista, os problemas apresentados pelo roteiro (e seu conteúdo) ou decorrentes das respostas dos entrevistados, o modo de utilização do roteiro da entrevista, a passagem de uma questão a outra, o comportamento não verbal do entrevistador e suas reações ao entrevistado, os erros ocorridos etc.

1.5 Realização das entrevistas

Não há receitas infalíveis a serem seguidas que garantam o êxito das entrevistas. Este dependerá em boa medida do talento do pesquisador, ou seja, de suas qualidades e habilidades como entrevistador, do *rapport* que conseguir estabelecer com os entrevistados.

Ainda que o entrevistador seja talentoso, não está dispensado de um preparo pessoal para a realização da entrevista e este inclui, entre outras coisas (tais como a verificação prévia do equipamento a ser utilizado, do material necessário para eventuais anotações etc.), um adequado “domínio” do roteiro da entre-

vista, mesmo quando este tenha sido organizado pelo próprio entrevistador, pois dessa forma este estará “livre” para se concentrar no entrevistado e no conteúdo de suas respostas.

A concentração do entrevistador no entrevistado e no conteúdo das respostas que este está formulando no decorrer da entrevista, além de funcionar como um poderoso estímulo para a manutenção do bom andamento da entrevista e da vontade de cooperar do entrevistado, permite ao entrevistador conduzir o entrevistado de volta à questão central, caso tenha se desviado do foco da pergunta, como também evita que o entrevistador faça perguntas cujas respostas eventualmente já tenham sido dadas pelo entrevistado, ao responder alguma das questões.

2 A interação na entrevista

Lüdke e André (1986, p. 33-4) chamam atenção para o caráter de interação presente na entrevista. Nesta técnica de pesquisa, mais do que noutras, como o questionário ou a observação,

a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas (...), o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica.

Outros autores se referem a esse “clima” que se deve buscar estabelecer durante a entrevista com a palavra inglesa *rapport*, dizendo

ser um termo impreciso, mas cujo “significado geral é claro”. “Um *rapport* existe entre o entrevistador e o informante, quando o último aceita os objetivos da pesquisa e procura ativamente auxiliar a obter a informação necessária.” (GOODE; HATT, 1972, p. 245).

Esses autores alertam para alguns aspectos a serem observados pelo entrevistador, com o objetivo de se estabelecer o *rapport* :

- um interesse real e simpático pela pessoa é sempre bem recebido; nesse sentido é eficaz ser simplesmente um bom ouvinte;

- o entrevistador deve ter confiança, o que não significa impetuosidade, mas a confiança que “deriva da segurança calma”;

- a entrevista deve ocorrer como uma conversa calorosa e amistosa, orientada pela clareza da pesquisa científica;

- o entrevistador, dependendo do assunto, deve oferecer garantias de que as respostas serão confidenciais ou que a identidade do entrevistado não será revelada.

O pesquisador deve ter presente, com vistas ao estabelecimento do *rapport*, que tanto a situação da entrevista, como a situação peculiar do entrevistado podem, eventualmente, influenciar a natureza das informações prestadas e o “clima” da entrevista. Existem algumas especificidades da situação da entrevista que podem levar os entrevistados a um estado de ansiedade, tensão ou nervosismo:

- a entrevista pode ser uma situação nova para o entrevistado, especialmente se ele não perceber bem seus objetivos, ou se for-

mar uma ideia distorcida dos propósitos da pesquisa, ou ainda se não souber o que é esperado dele;

- o entrevistado pode se sentir inferiorizado pela situação da entrevista, se a perceber como uma situação de natureza autoritária, no que se refere ao relacionamento entrevistador-entrevistado;

- o entrevistado pode entender que as respostas que der poderão comprometê-lo junto aos seus superiores; nesse sentido, Goldenberg (1997, p. 85) adverte: “[...] é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros.”

- o entrevistado pode perceber o entrevistador como uma pessoa de alta especialização ou como representante de instituição ou organização importante ou bem situada na hierarquia do Estado ou da empresa e sentir-se intimidado, ou, então, recorrer a mecanismos de defesa, tais como: colaboração aparente, desvio no direcionamento da entrevista, esquecimento, etc..

Ainda com relação ao desenvolvimento com êxito da entrevista, Lüdke e André (1986, p. 35) apontam uma série de exigências e cuidados a observar:

- respeito muito grande pelo entrevistado, o que inclui desde a observância do local e horário marcados segundo a conveniência deste, até a garantia de sigilo e anonimato de que já se falou;

- respeito igualmente pelo “[...] universo próprio de quem fornece as informações, as opiniões, as impressões, em outras palavras, evitar o que se chama de ‘imposição de uma problemática’ (conforme THIOLENT, 1981); ou seja, às vezes, o entrevistador introduz uma questão que nada tem a ver com o universo de valores e expectativas do entrevistado; nesses casos, o entrevistado tende a responder de acordo com as expectativas do entrevistador;

- desenvolvimento da capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo de informações por parte do entrevistado, sem, no entanto, “forçar” as respostas em determinada direção; em outras palavras, garantir o clima de confiança;

- desenvolvimento da “atenção flutuante”, como a chama Thiollent (1981), ou seja, o entrevistador deve estar atento não apenas (e nunca rigidamente) ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que vão sendo dadas; a captação da comunicação não verbal (gestos, expressões, silêncios, entonações, ritmos etc.) é importante para a compreensão e validação do que foi efetivamente dito.

3 O registro da entrevista

Pode ser feito de duas formas básicas: a gravação direta e a anotação durante a entrevista, podendo-se, ainda, como uma terceira alternativa, combinar estas duas formas e utilizá-las simultaneamente na entrevista. O fato é que ambas - a gravação direta e a anotação - suscitam grandes discussões e apresentam defeitos e virtudes.

A gravação, segundo Lüdke e André (1986, p. 37), “[...] tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado.” Mas não registra a comunicação não verbal: expressões faciais, gestos, mudança de postura, além de poder ser um fator constrangedor para alguns entrevistados. Além disso, a transcrição da gravação é tarefa trabalhosa que consome muito tempo, cujo resultado é ainda “bastante cru”, bruto. Apesar desse último aspecto, a entrevista gravada permite ao pesquisador dispor de todo o material fornecido pelo entrevistado, o qual, segundo Triviños (1987, p.148), “[...] pode ajudar a completar, aperfeiçoar e destacar etc. as ideias por ele expostas, caso o fizermos escutar suas próprias palavras gravadas.”

As entrevistas não gravadas, por sua vez, requerem grande habilidade do pesquisador e apresentam certas desvantagens em relação às entrevistas gravadas, como as apontadas por Lüdke e André (1986, p. 37): “O registro feito através de notas durante a entrevista certamente deixará de cobrir muitas das coisas ditas e vai solicitar a atenção e o esforço do entrevistador, além do tempo necessário para escrever”.

Esta modalidade de registro requer muita habilidade do entrevistador no sentido de conseguir ao mesmo tempo manter um clima de atenção e interesse pelo que diz o entrevistado e fazer as suas anotações. Nesse caso, é indispensável que o entrevistador, logo após a entrevista, faça a sua reconstituição, ou seja, complete as suas anotações, enquanto tudo estiver bem vivo na memória.

A escolha de uma ou de outra forma de registro depende também, entre outros fatores, da preferência e do estilo de cada pesquisador.

3.1 Alguns cuidados na condução da entrevista

- Identificar-se: nome, instituição em que trabalha, função que exerce, outros dados relevantes. Dar alguma informação sobre o trabalho de pesquisa que realiza: o tema ou objeto da pesquisa, os objetivos da entrevista e as razões da escolha do entrevistado.
- Assegurar ao entrevistado o anonimato e o sigilo das respostas.
- Caso o pesquisador tenha previsto o uso de gravador, verificar se o entrevistado está de acordo com o procedimento (o gravador somente deverá ser usado com o consentimento do entrevistado).
- Antes do início da entrevista propriamente dita, registrar alguns dados, tais como: n. da entrevista, nome do entrevistado, hora de início da entrevista (ao final, registrar a hora do seu término), local da entrevista, outros dados sobre o entrevistado (idade, nível de instrução, profissão, local de trabalho, cargo ou função, etc.), desde que interessem à pesquisa.

- Evitar, durante a entrevista, o clima de interrogatório ou de exame, conduzindo-a mais como uma conversação.
- Dispor-se a ouvir, dando ao entrevistado o tempo necessário para refletir após a formulação das questões, sem apressá-lo, permitindo que fale livremente, sem interrompê-lo.
- Apresentar as questões uma de cada vez, para não confundir o entrevistado. Se necessário, repetir as perguntas ou formulá-las de modo diverso (sem, no entanto, deturpá-las ou distorcê-las), para garantir boa compreensão das questões pelo entrevistado. Caso o entrevistado, em sua resposta, divague em excesso ou fuja do tema, conduzi-lo com tato de volta ao objeto da pergunta.
- Manter uma atitude de respeito pelo entrevistado, evitando manifestações de simpatia ou, ao contrário, de rejeição pelas afirmações ou opiniões do entrevistado; evitar, da mesma forma, manifestar seus próprios pontos de vista, mesmo se solicitado pelo entrevistado.
- Evitar que a entrevista se prolongue muito além de trinta minutos, pois, além de se tornar repetitiva, pode ter seu conteúdo empobrecido consideravelmente (TRIVIÑOS, 1987).
- Ao término da entrevista, na despedida, expressar seu agradecimento e reconhecimento pela colaboração prestada pelo entrevistado (lembrar que a entrevista é realmente um favor prestado, já que ninguém está obrigado a concedê-la).

4 Vantagens e desvantagens da entrevista

Selltiz et al. (1974), ao comparar o questionário com a entrevista, apontam como uma vantagem desta em relação àquele o fato de o questionário “ser adequado apenas para pessoas de grande educação formal”. Ou seja, “[...] os questionários complexos, que exigem extensas respostas escritas, só podem ser usados com pequena percentagem da população.” “As entrevistas, ao contrário, podem ser usadas com quase todos os segmentos da população [...]” (SELLTIZ et al., 1974, p. 270).

Outra vantagem da entrevista é sua maior flexibilidade. No questionário, se a pessoa interpreta uma pergunta inadequadamente ou escreve sua resposta de modo confuso, pouco se pode fazer para remediar o fato. Numa entrevista existe a possibilidade de repetir a pergunta, apresentá-la de outro modo, para se ter certeza de que foi compreendida, ou fazer perguntas adicionais para esclarecer o sentido da resposta.

Lüdke e André (1986, p. 34) afirmam que a “[...] grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.”

A entrevista, quando bem feita, permite abordagem tanto de temas complexos como de natureza pessoal e íntima; permite o aprofundamento de questões importantes da pesquisa, além de possibilitar que se atinjam pessoas com pouca instrução formal, dificilmente atingíveis por outras técnicas, como o questionário, por exemplo.

A “entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações”; enquanto “outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador [...], a entrevista ganha vida ao iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

No entanto, a entrevista é um processo mais dispendioso do que o questionário; exige mais habilidade na sua aplicação; requer que as perguntas sejam feitas a cada indivíduo separadamente, ao contrário dos questionários que, no caso de serem enviados pelo correio, podem atingir um grande número de informantes.

Há ainda a considerar a questão do viés na entrevista, cuja fonte “se localiza tanto nos fatores externos [...], tais como o próprio roteiro e o informante ou entrevistado, como na situação interacional entre entrevistador e entrevistado [...]” (HAGUETTE, 1987, p.76). Ciente dos vários fatores que podem se constituir em fonte de distorção da “realidade objetiva”, não só na entrevista como em outras técnicas, deve-se considerar que o “[...] ponto-chave no controle da qualidade dos dados em todos os casos situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas com o fato observado a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade”. (HAGUETTE, 1987, p. 77-8). Mais especificamente, ao usar a técnica da entrevista, o pesquisador pode descobrir lacunas ou omissões fazendo a comparação entre as entrevistas.

5 Diário do entrevistador

É de toda conveniência que o entrevistador mantenha um diário durante o período em que realizar as entrevistas; esse diário poderá ser um recurso adicional importante para o bom êxito do seu trabalho. O diário terá como finalidade o registro de:

- detalhes importantes ocorridos antes, durante ou depois da realização das entrevistas;
- impressões do pesquisador sobre aspectos da realidade investigada que sejam relevantes para os propósitos da pesquisa e que possam ser captados pelo entrevistador durante seu contato com o entrevistado (por exemplo, quando o pesquisador, ao se encontrar com o entrevistado, circula em seu local de trabalho e este local ou o que ali acontece interessa à pesquisa);
- avaliação da entrevista: o pesquisador poderá registrar aspectos positivos e negativos do andamento da entrevista, com a finalidade de aprimorar seu desempenho a cada entrevista que realizar;
- lembretes para as entrevistas seguintes sobre, por exemplo, alguma informação inusitada dada pelo entrevistado (que poderá ou não ser autêntica e deverá ser “checada” nas entrevistas seguintes), ou, então, algum aspecto inteiramente novo da realidade em estudo e desconhecido do pesquisador quando do planejamento da investigação, ou do roteiro das entrevistas;
- registro de conversas informais: às vezes a boa sorte do pesquisador o coloca em situação tal de participar de um “bate-papo”

com pessoas ligadas à situação em estudo, ocasião em que informações ou opiniões relevantes para a pesquisa podem surgir; o seu registro no diário impedirá que sejam perdidas para a pesquisa.

NOTA

¹ Este texto foi elaborado inicialmente para a disciplina Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica I, do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Posteriormente foi revisto e ampliado para treinamento da equipe da Fundação Catarinense de Educação Especial participante da pesquisa “Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997” (SANTA CATARINA, 2002). Para sua inclusão neste documento foram feitos acréscimos e alterações.

REFERÊNCIAS

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1972.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANN, P. H. *Métodos de investigação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar: 1983.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. *Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997*. São José, FCEE, 2002.

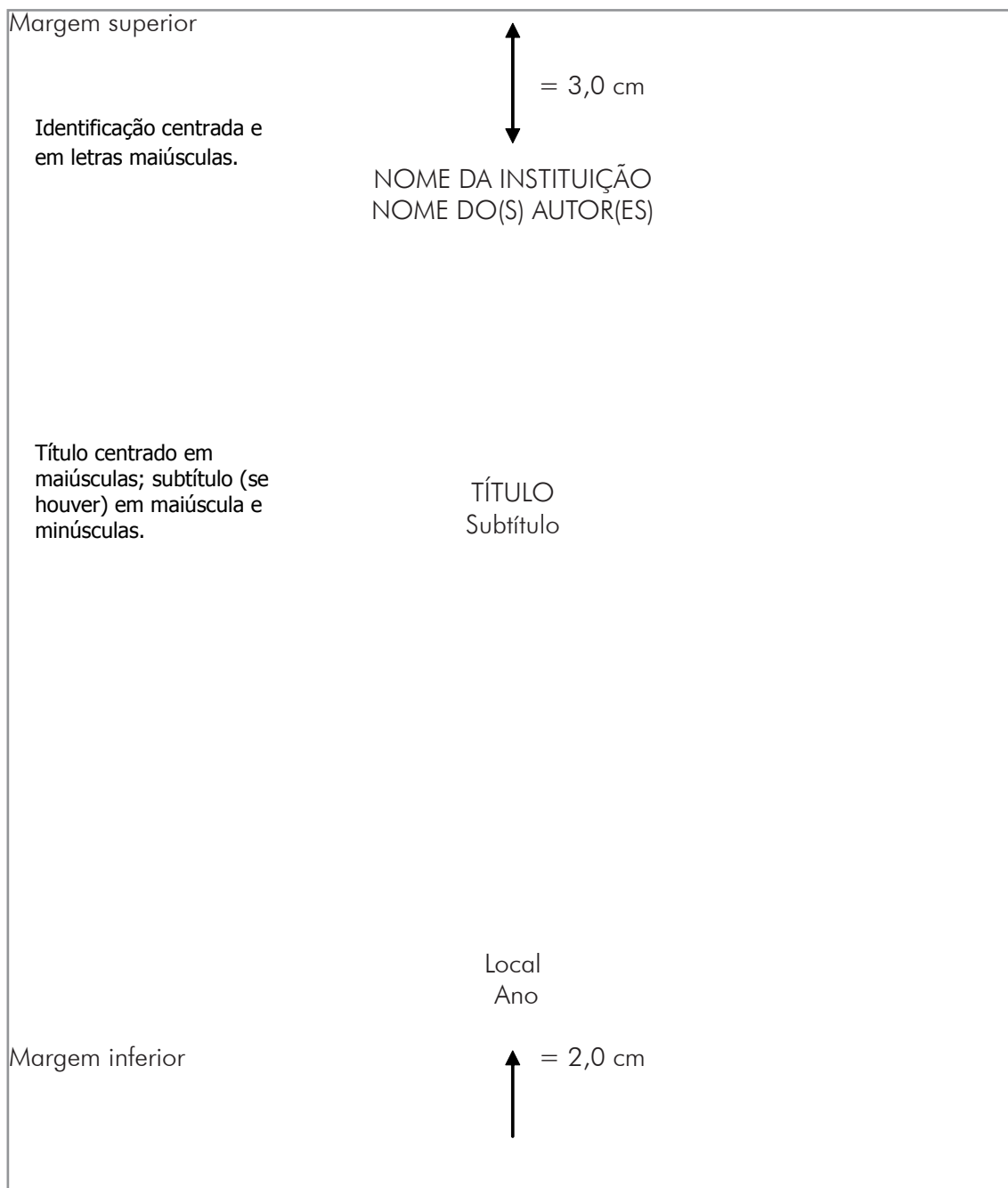
SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1974.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

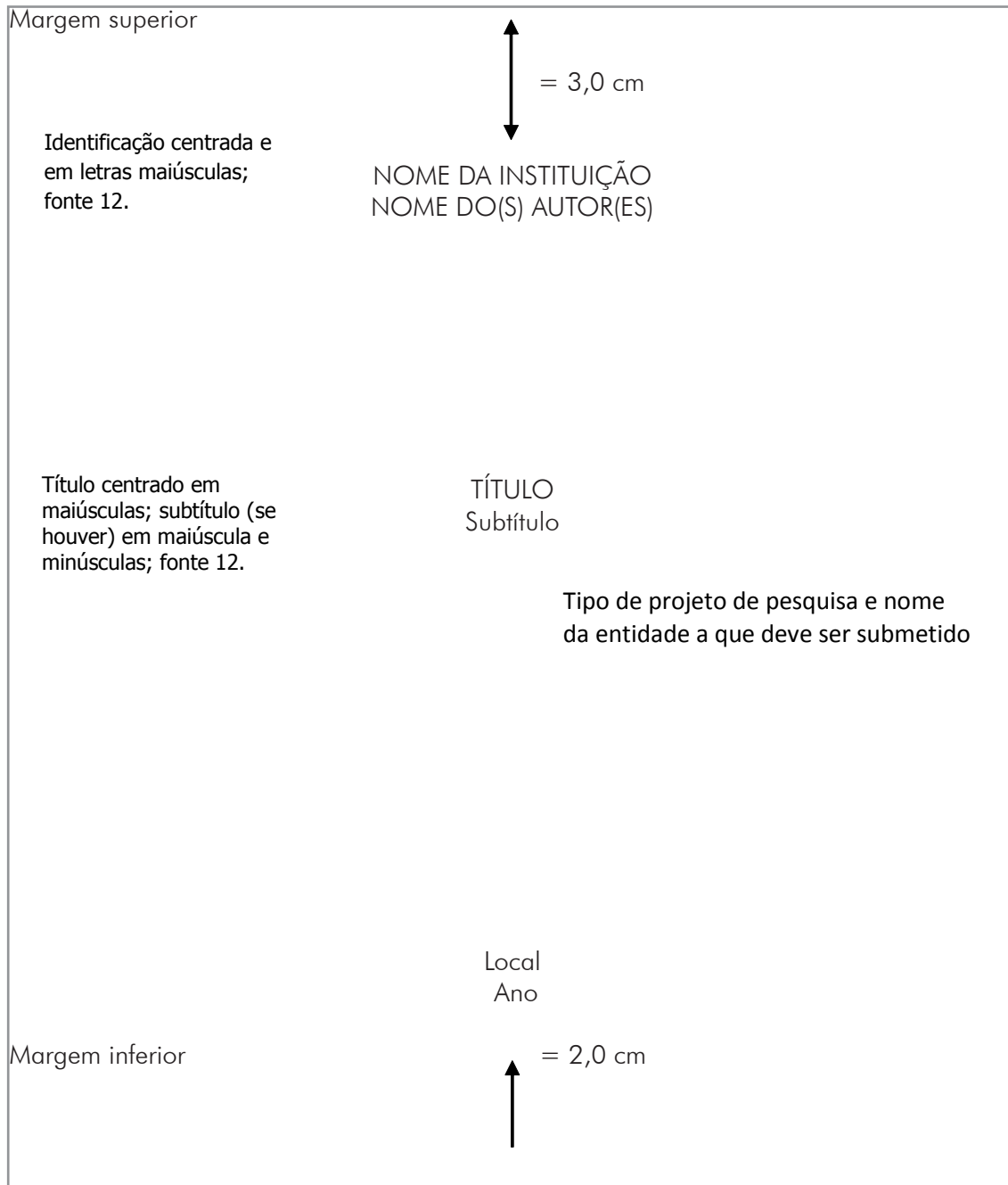
Apêndice D

Modelo de capa do projeto de pesquisa



APÊNDICE E

Modelo de folha de rosto do projeto de pesquisa



APÊNDICE F

Exemplo de sumário

Centrado
e em letras maiúsculas;
fonte 12

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS	
1	INTRODUÇÃO	4
1.1	Justificativa	6
2	PROBLEMA DA PESQUISA	8
2.1	Referencial teórico	10
3	OBJETIVOS	15
3.1	Objetivos específicos	15
4	METODOLOGIA	17
4.1	Materiais utilizados	19
5	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21
	APÊNDICE	23

APÊNDICE G

Roteiro para avaliação de projetos de pesquisa

	TÓPICOS	O QUE VERIFICAR
1	Título	Está adequado ao tema da pesquisa proposta?
2	Sumário	Sua organização observa o recomendado pela NBR 6027:2003?
3	Introdução	Explicita os antecedentes, a origem e a situação atual do problema e sua relação com o contexto social? Expõe a relevância da pesquisa e as contribuições teóricas e/ou práticas esperadas? Indica o local e a população-alvo da pesquisa?
4	Problema	Está claramente explicitado e descrito nos seus vários aspectos teóricos e práticos? Os pressupostos conceituais estão delineados? O quadro teórico que dá sustentação à pesquisa é apresentado e analisado criticamente (discutido)? As posições dos autores escolhidos/consultados são comparadas, contrastadas e discutidas criticamente? O panorama geral da área (estado da arte) examina as pesquisas mais relevantes ao problema da pesquisa? As fontes bibliográficas utilizadas são adequadas, em termos de qualidade e atualidade?
5	Questões/ hipóteses	Estão claramente formuladas? Orientam o desenvolvimento da pesquisa?
6	Objetivos	Estão apresentados de forma clara e concisa? São coerentes com as questões ou hipóteses? São suficientes em face do problema formulado?
7	Abordagem metodológica	A abordagem metodológica adotada é justificada? É coerente com o quadro teórico? As técnicas e instrumentos de coleta de dados e suas fontes estão adequadamente descritos? Os procedimentos metodológicos (seleção dos sujeitos, estratégias e técnicas de pesquisa e instrumentos de coleta de dados) são apropriados aos objetivos e suficientes para responder as questões de pesquisa? O campo/local de realização da pesquisa está definido, bem como a forma de acesso a ele? Os sujeitos (população) da pesquisa estão identificados? Estão indicados os procedimentos para formação da amostra? O modo de emprego ou de aplicação das técnicas e dos instrumentos de pesquisa está adequadamente descrito? As técnicas, os instrumentos e os procedimentos de análise estão adequadamente descritos?
8	Cronograma	Define claramente as etapas de realização da pesquisa e as distribui adequadamente no tempo disponível?
9	Organização geral	A organização geral do projeto é lógica e consistente? A redação é adequada quanto à linguagem e ao estilo? Sua organização observa o recomendado pela NBR 15287:2005?

APÊNDICE H

Pôster

O pôster é um instrumento de comunicação, cuja finalidade é sintetizar e divulgar informações e dados relevantes da pesquisa. Pode ser impresso em papel, lona, plástico, acrílico ou em meio eletrônico.

Critérios a observar na organização do pôster

A elaboração de um pôster requer um planejamento cuidadoso de sua composição visual. A disposição dos elementos visuais (título, autor, texto, imagens, tabelas etc.) que estarão presentes no pôster deve merecer um ordenamento e um arranjo tais que facilitem o processo de comunicação.

A quantidade de texto a incluir deve ser ponderada: se for excessiva, o pôster pode ficar sobrecarregado e ter sua leitura dificultada; se for escassa, a compreensão do conteúdo pelo leitor pode ficar prejudicada.

Os diversos recursos disponíveis: cores, figuras de fundo, imagens e recursos tipográficos (caixa alta, negrito e outros) devem ser usados com parcimônia para não sobrecarregar o visual do pôster.

Os princípios de composição visual apresentados por Pereira (2010/2011) podem ser úteis para a elaboração do pôster:

Princípios de cor – as cores, cuja finalidade é produzir uma combinação agradável, não devem afetar a legibilidade do texto. Deve-se evitar, portanto, o uso de muitas cores, ou de combinação de cores que dificultem a leitura do texto. Pode ser útil a consulta a sistemas¹ que ajudam a encontrar combinações esteticamente agradáveis e com contraste.

Princípios de tipografia – O uso de apenas caixa alta dificulta a leitura do texto. É melhor usar maiúsculas e minúsculas. É preferível também não justificar o texto e, sim, alinhá-lo à esquerda. Quanto à fonte de letra, convém evitar fontes com serifa (aquele pequeno tracinho que arremata os terminais da letra), pois estas são recomendadas para textos impressos. As fontes sem serifa são as mais adequadas para cartazes ou pôsteres. Convém evitar ainda a utilização demasiada de fontes diferentes num mesmo pôster. A escolha do tamanho da letra vai depender da quantidade de texto e do conjunto de informações a serem incluídos no pôster; de qualquer forma, 20 é o menor tamanho recomendado.

A B C fonte Times New Romam – fonte com serifa

A B C fonte Arial – fonte sem serifa

Princípios de hierarquia visual – A hierarquia dos diversos elementos (o que é mais ou menos importante) pode ser estabelecida mediante:

- o tamanho relativo dos elementos gráficos (o maior tende a ter mais destaque);
- a posição relativa dos elementos gráficos (o que está centrado ou mais acima no enquadramento tende a ter mais importância visual);
- o destaque cromático de um elemento gráfico (o que está numa cor diferente adquire maior importância visual);
- o tamanho relativo da fonte (o uso combinado de diferentes tamanhos de tipo pode indicar maior ou menor importância de palavras ou expressões do texto).

Princípios de coerência e unidade visual – A unidade visual desejável é quebrada quando se utiliza no início uma fonte, no meio outra e no fim outra. No uso de cores, pode-se buscar coerência e correspondência no tratamento da cor entre o texto escrito (ou partes dele) e elementos gráficos (imagens etc.). Caso se use imagens, suas cores poderão ser empregadas em outros elementos, como nos títulos, por exemplo.

Princípios de legibilidade – a relação entre texto e fundo deve ser tal que não crie problemas de legibilidade; imagens complexas como fundo podem criar tais problemas. Por vezes o mais prudente é não usar imagem de fundo e, sim, uma cor plana (que pode ser forte para criar contraste).

Aspectos normativos da elaboração do pôster

Os elementos a serem apresentados no pôster, de acordo com a ABNT NBR 15437:2006, são:

Título (obrigatório) – palavra, expressão ou frase que expressa o conteúdo do trabalho; deve ser disposto na parte superior do pôster.

Subtítulo (opcional) – quando houver subtítulo, este deve ser tipograficamente diferenciado do título, ou dele separado por dois pontos.

Autor (obrigatório) – O(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou da entidade aparece(m) abaixo do título. O autor do pôster tanto pode ser a pessoa física responsável pelo conteúdo do trabalho apresentado, como um autor-entidade, isto é, instituição, organização, empresa, comitê, comissão etc.. Quando se trata de trabalhos acadêmicos, o nome do orientador (ou dos orientadores) pode ser incluído.

Informações complementares (opcional) – Instituição de origem, cidade, estado, país, endereço postal e/ou eletrônico, data etc.
Resumo (opcional) – Elaborado de acordo com ABNT NBR 6028, com até 100 palavras, acompanhado das palavras-chave.

Conteúdo (obrigatório) – Apresenta as ideias principais do trabalho em forma de texto, podendo incluir ilustrações e/ou tabelas. O conteúdo compreende a exposição dos seguintes elementos: introdução, material e método, resultados, discussão e conclusão.
Referências (opcional)² – Organizadas con-

forme a ABNT NBR 6023.

São recomendadas as seguintes dimensões para pôster impresso: largura: de 60 cm a 90 cm; altura: de 90 cm a 1,20 cm.

NOTAS

¹ <http://kuler.adobe.com/> www.colourlovers.com/ www.colorhunter.com/ www.colorjack.com/sphere/ www.colorschemer.com/schemes/

² Embora a NBR 15437:2006 indique as referências como elemento opcional, em pôsteres destinados à comunicação de trabalhos científicos as referências devem ser citadas, ainda que com pouco destaque.

REFERÊNCIA

PEREIRA, L. *Princípios básicos de Design Gráfico para não designers*. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/leonardpeartree/principios-clssicos-de-composio-visual-e-grfica-para-no-designers>>. Acesso em: 03 jun. 2011.